

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária  
Período de Análise: setembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto É Dinheiro Rural

## Índice

<b>Igreja pede novo índice rural de produtividade - Roldão Arruda - O Estado de S.Paulo - Nacional - 02/09/2009 .....</b>	<b>6</b>
<b>MP da Grilagem arma bomba-relógio - Claudio Angelo - Folha de São Paulo - Brasil - 02/09/2009 .....</b>	<b>7</b>
<b>MST INVADE UMA USINA DESATIVADA NO SUL DE MINAS - Folha de São Paulo - Brasil - 02/09/2009 .....</b>	<b>8</b>
<b>Pressão descabida - Sítio Eletrônico do MST - 02/09/2009 .....</b>	<b>10</b>
<b>Ministros divergem sobre Índice de produtividade - Roldão Arruda - Estado de São Paulo - Nacional - 03/09/2009 .....</b>	<b>11</b>
<b>Ruralista só defende ambiente na "terra dos outros", diz Minc - Folha de São Paulo - Brasil - 03/09/2009 .....</b>	<b>14</b>
<b>Cadastro de terras indica concentração na Amazônia - João Carlos Magalhães e Matheus Pichonelli - Estado de São Paulo - Brasil - 03/09/2009 .....</b>	<b>14</b>
<b>Conflitos no campo diminuem, mas violência cresce - Sítio Eletrônico do MST - 03 de setembro de 2009 .....</b>	<b>15</b>
<b>Setor de 'uso da terra' faz aliança de olho no clima - Daniela Chiaretti - Valor Econômico - Agronegócios - 03/09/2009 .....</b>	<b>18</b>
<b>"Não somos fracos", diz Kátia Abreu - Sítio eletrônico da CAN - 04/09/2009 .....</b>	<b>19</b>
<b>MST ameaça invadir áreas produtivas - Roldão Arruda - Estado de São Paulo - Nacional - 04/09/2009 .....</b>	<b>20</b>
<b>Sem-terra preparam ocupações no interior - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo - Nacional - 04/09/2009 .....</b>	<b>21</b>
<b>Lula descumpre prazo prometido ao MST - Eduardo Scolese - Folha de São Paulo - Brasil - 04/09/2009 .....</b>	<b>22</b>
<b>Stora Enso obtém aval para regularização de terras no RS - André Vieira - Valor Econômico - Empresas - 04/09/2009 .....</b>	<b>23</b>
<b>'MST não tem imunidade penal', avisa Marrey - Estado de São Paulo - Nacional - 05/09/2009 .....</b>	<b>24</b>
<b>Na Câmara, 136 ambientalistas aprovaram 'MP da grilagem' - Estado de São Paulo - Nacional - 06/09/2009 .....</b>	<b>25</b>
<b>Senado debate hoje atualização dos índices da produtividade rural - Sítio eletrônico da CNA - 08/09/2009 .....</b>	<b>25</b>
<b>Em audiência pública, debatedores defendem novos critérios para índices de produtividade rural - Sítio eletrônico da CAN - 08/09/2009 .....</b>	<b>26</b>

<b>Aluguel de terras tem que ajudar o país, diz analista – Denyse Godo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/09/2009 .....</b>	<b>27</b>
<b>‘Lula não fez Reforma Agrária’ - Por Rodrigo Mendes e Valéria Nader – sítio Eletrônico do MST – 08/09/2009.....</b>	<b>28</b>
<b>Os tentáculos do agronegócio e a arte de ludibriar o povo - Por Gladstone Leonel da Silva – Sítio Eletrônico do MST - 8 de setembro de 2009 .....</b>	<b>30</b>
<b>Só demarca Quem é dono – CíceroAlvesdaCosta – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/09/2009 .....</b>	<b>32</b>
<b>Acordo deve permitir mudança no Código Florestal – João Domingos e Célia Froufe - Estado de São Paulo – Vida &amp; - 09/09/2009.....</b>	<b>33</b>
<b>MDA, Incra e Ouvidoria Agrária participam de audiência na Câmara dos Deputados – Sítio Eletrônico do MDA - 09/09/2009 .....</b>	<b>34</b>
<b>Kátia Abreu reforça defesa pelo fim dos índices de produtividade no campo – Sítio eletrônico da CNA – 10/09/2009 .....</b>	<b>35</b>
<b>“Os juízes tem promovido a paz no campo”, diz Kátia Abreu na comemoração de 60 anos da AMB – Sítio Eletrônico da CNA – 10/09/2009 .....</b>	<b>36</b>
<b>MST intensifica invasões no Sul após morte de sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 10/09/2009.....</b>	<b>37</b>
<b>Kátia Abreu faz discurso inflamado ameaçando MST – Sítio Eletrônico do MST - 10 de setembro de 2009.....</b>	<b>38</b>
<b>A crise e o assalariamento temporário do agronegócio – sítio Eletrônico do MST - 10 de setembro de 2009.....</b>	<b>38</b>
<b>O escândalo dos agrocarburentes nos países do Sul - François Houtart – Sítio eletrônico do MST - 10 de setembro de 2009.....</b>	<b>40</b>
<b>90% dos latifúndios do Mato Grosso são irregulares – Sítio eletrônico do MST - 10 de setembro de 2009.....</b>	<b>42</b>
<b>Engavetada, PEC do Trabalho Escravo prevê punição a fazendeiros – Sítio Eletrônico do MST - 11 de setembro de 2009 .....</b>	<b>43</b>
<b>Novamente os índices de produtividade da agricultura – Plínio de Arruda Sampaio – MST - 11 de setembro de 2009.....</b>	<b>43</b>
<b>Ibama flagra desmate em assentamentos de GO – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 12/09/2009.....</b>	<b>44</b>
<b>Incra faz acordo com MST para proteger Lula em RR - Jailton de Carvalho e Luiza Damé – O Globo – O País – 14/09/2009.....</b>	<b>45</b>
<b>Governo amplia restrição a estrangeiros na Amazônia – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 15/09/2009 .....</b>	<b>46</b>
<b>Projeto de lei limita venda de terras para estrangeiros – Sítio eletrônico do MST - 15 de setembro de 2009.....</b>	<b>47</b>

<b>Brasil: acumulação do capital está diretamente ligada à terra – Sítio Eletrônico do MST - 14 de setembro de 2009 .....</b>	<b>48</b>
<b>"Bancada ruralista é contra a Constituição e não quer novos índices", afirma Cassel – Sítio eletrônico do MST - 15 de setembro de 2009 .....</b>	<b>52</b>
<b>Kátia Abreu protocola pedido de CPMI para investigar MST – sítio Eletrônico da CNA - 16/09/2009 .....</b>	<b>54</b>
<b>Oposição pede CPI sobre repasses para o MST - Guilherme Scarance – Valor Econômico – Nacional – 17/09/2009.....</b>	<b>55</b>
<b>Novas regras para canais são propostas pelo governo – Sítio eletrônico do MST - 17 de setembro de 2009.....</b>	<b>56</b>
<b>Lula assinará revisão dos índices de produtividade – Sítio Eletrônico da CPT - 18/09/2009.....</b>	<b>56</b>
<b>O agronegócio incendiário e racista – Sítio Eletrônico da CPT - 21/09/2009 .....</b>	<b>57</b>
<b>Em defesa da democracia e do MST – Plínio de Arruda Sampaio, Pedro Tierra e Osvaldo Russo – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 21/09/2009.....</b>	<b>58</b>
<b>Empresa é acusada de grilagem em MT – Sítio Eletrônico do MST - 21 de setembro de 2009.....</b>	<b>60</b>
<b>Intelectuais assinam manifesto contra CPI dos repasses para MST - Guilherme Scarance – Estado de São Paulo - Nacional – 23/09/2009 .....</b>	<b>61</b>
<b>Armistício entre ruralistas e ambientalistas – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 23/09/2009 .....</b>	<b>62</b>
<b>A CPMI do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 24/09/2009.....</b>	<b>63</b>
<b>Sarney defende MST e critica 'demonização' – O Globo – O País - 24/09/2009.....</b>	<b>64</b>
<b>Hackbart defende reforma agrária além dos índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MDA - 25/09/2009 .....</b>	<b>65</b>
<b>Empresas que controlam a agricultura brasileira – Sítio Eletrônico do MST - 25 de setembro de 2009.....</b>	<b>67</b>
<b>Integração é aposta para barrar expansão – Estado de São Paulo – Vida &amp; - 28/09/2009.....</b>	<b>67</b>
<b>Insensatez dos índices oficiais de produtividade – Cesário Ramalho da Silva – Folha de São Paulo – Tendências e debates – 28/09/2009 .....</b>	<b>68</b>
<b>Primeira comunidade quilombola urbana do país é titulada – Sítio Eletrônico da CPT - 30/09/2009.....</b>	<b>70</b>
<b>Censo: agricultura familiar produz mais em menor área – Sítio Eletrônico do MDA - 30/09/2009 .....</b>	<b>70</b>

<b>Concentração de terras, rebanhos e devastação aumentam - Sítio Eletrônico do MST - 30 de setembro de 2009 .....</b>	<b>72</b>
<b>Produtividade, o combustível para exportações agrícolas sustentáveis - Fernando Lopes - Valor Econômico - agronegócios - 30/09/2009.....</b>	<b>75</b>

**Igreja pede novo índice rural de produtividade** - Roldão Arruda - O Estado de S.Paulo – Nacional – 02/09/2009

Polêmica aumenta e agricultores advertem Lula de que mudança pode 'minar todo sucesso do agronegócio'

O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bispo Ladislau Biernaski, divulgou nesta terça-feira, 1º, uma nota pública em defesa da atualização dos índices de produtividade rural no País, classificando-a como "uma exigência de justiça social". Segundo o bispo, os que se opõem à mudança são os que defendem "o latifúndio improdutivo das empresas nacionais e estrangeiras, desconsiderando a função social da terra, estabelecida na Constituição Federal". Diz ainda o texto que, se não houver mudança, o Brasil continuará sendo "o campeão mundial do latifúndio, depois de Serra Leoa".

A nota da CPT elevou ainda mais o tom do debate iniciado duas semanas atrás, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com representantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), em Brasília, prometeu-lhes alterar os índices. A divulgação da promessa presidencial desencadeou uma onda de reações na bancada ruralista do Congresso e nas entidades de defesa dos produtores. Um dia antes da nota da CPT, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB) haviam enviado um documento ao presidente da República, alertando-o sobre os riscos da alteração dos índices.

A medida, segundo o alerta, vai "minar todo o sucesso do agronegócio brasileiro". No domingo, em reportagem publicada pelo Estado, produtores rurais manifestaram o temor de que a revisão dos índices leve a uma escalada na invasão de terras.

A nota da CPT, que é vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lembra que a revisão dos índices cumpre uma determinação legal, prevista na Lei Agrária de 1993. Também observa que os índices hoje empregados estão em vigor desde 1975. "Naquele ano produziam-se 10,8 quilos de carne bovina por hectare; hoje são 38,6 quilos", diz o texto, ao justificar a necessidade de revisão.

O MST defende a mudança dos índices porque quando um produtor rural não consegue alcançá-los a sua terra se torna legalmente indicada para a desapropriação, podendo ser destinada para a reforma agrária. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, apoia a reivindicação dos sem-terra. Ela encontra resistência, porém, no Ministério da Agricultura, chefiado por Reinold Stephanes.

Para ocorrer, a mudança tem que ser antes aprovada pelo Conselho Nacional de Política Agrícola, que reúne representantes de vários ministérios e de setores produtivos. Depois de passar pelo conselho, a medida é assinada pelos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e, finalmente, publicada no Diário Oficial. Esse conselho nunca foi convocado no atual governo e, segundo assessores de Stephanes, não há por enquanto nenhuma previsão de convocação de seus integrantes

**MP da Grilagem arma bomba-relógio** – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 02/09/2009

É virtualmente seguro afirmar, como fez o ministro Carlos Minc ontem, que o desmatamento na Amazônia em 2009 será o menor da história. Caso Minc e sua estimativa -que, ele mesmo admite, "não é muito científica"- estejam certos e a devastação fique mesmo na casa dos 9.000 km<sup>2</sup>, o Brasil vai bater bumbo na conferência do clima de Copenhague, em dezembro. Dirá que controlou o desmatamento, o que não é verdade. Mais certo seria dizer, como um bêbado em reabilitação, que controlou o desmate neste ano. E "controlar" aqui é licença poética. Afinal, 9.000 km<sup>2</sup>, quase uma Jamaica, ainda é mais do que toda a produção de açúcar ceifou da mata atlântica entre 1700 e 1850. Mesmo que fosse um dado a comemorar, como toda boa notícia na Amazônia, esta corre o risco de se desfazer -literalmente- numa nuvem de fumaça nos próximos meses. O "ano fiscal" da derrubada fecha com um viés de alta, e uma alta forte: julho de 2009 termina com um aumento de 93% em relação a julho de 2008, segundo o sistema SAD, do Imazon. E 160% em relação ao mesmo mês segundo o Deter, do Inpe. A cobertura de nuvens, alta demais neste verão amazônico, fez com que parte do desmatamento de meses anteriores só viesse se revelar agora. "Mas não foi só efeito de nuvens", diz Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon. Segundo ele, a retomada da devastação pode ser explicada por dois fatores principais: afrouxamento das medidas de controle do governo, que ajudaram a derrubar o desmate sobretudo no verão amazônico de 2008, e um surto de grilagem que explodiu neste ano. A origem do surto tem nome: Medida Provisória 458, a MP da regularização fundiária. Apesar de a MP só ter sido aprovada em junho, a sinalização do governo de que ela passaria, já no começo do ano, bastou para atirar os especuladores. Uma evidência disso é a mudança na geografia do desmatamento neste ano. Áreas que não têm atividade agropecuária forte aparecem desmatadas. Entre elas está o eixo da rodovia BR-163, no Pará. O sul do Amazonas, considerado até pouco tempo atrás "fechado" ao desmatamento por conta de unidades de conservação criadas na divisa com Mato Grosso, também faz sua estreia entre os "pontos quentes" da Amazônia, bem como a calha norte paraense. "A mudança no perfil é preocupante", diz Gilberto Câmara, diretor do Inpe. Regiões de desmatamento tradicionalmente alto, em especial Mato Grosso e Rondônia, cederam à crise econômica, às pressões do mercado (como a moratória da soja e o embargo dos supermercados à carne, após denúncias do Greenpeace) e ao cassetete, além da constatação deprimente de que, nesses Estados, há cada vez menos floresta para desmatar. No oeste do Pará, o desmate saiu do controle.

presidente Lula. À frente do ministério, Marina criou unidades de conservação no "arco da grilagem" do oeste paraense e no sul do Amazonas. Lula não só não tirou esses parques do papel como armou a bomba-relógio da MP 458, que ameaça estourar em seu colo no pior momento possível -em 2010.

**MST INVADE UMA USINA DESATIVADA NO SUL DE MINAS** – Folha de São Paulo – Brasil – 02/09/2009

Cerca de 50 integrantes do MST invadiram anteontem a fazenda onde funcionou, até 1993, a Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool, em Campo do Meio, no sul de Minas Gerais. Segundo a Incra, a área é improdutivo. A empresa deve R\$ 312 milhões à União e já perdeu para a Fazenda Nacional 300 dos 3.700 hectares da propriedade. A reportagem não localizou o advogado da empresa.

**Neolatifúndio e produtividade** – Antônio Márcio Buainain – Valor Econômico – Opinião – 02/09/2009

O velho latifúndio improdutivo, caracterizado por relações sociais arcaicas e má utilização de terras produtivas, vem sendo eliminado há décadas pela dinâmica social e econômica que transformou a agricultura em um setor que no conjunto é competitivo e produtivo, cujas contribuições socioeconômicas são amplamente reconhecidas pela sociedade brasileira. Bom negócio para o Brasil, e mau para o MST e Cia, que precisam do latifúndio para se reproduzir e estão usando um jeitinho especial de criar, por portaria ministerial, o neolatifúndio para ser desapropriado.

A Constituição Federal define que a propriedade rural deve cumprir a função social (artigo 186), mas veda expressamente a desapropriação de propriedades produtivas para fins de reforma agrária (artigo 185). Ou seja, em um regime de propriedade fraco como o vigente no Brasil, onde os governos desapropriam com promessa de indenizações que viram herança e os movimentos sociais fazem o papel do Estado ao decretar a improdutividade e ocupar propriedades quase sem restrições, ser "produtivo" passou a ser um atributo tão essencial para a segurança da propriedade quanto o próprio título o é em outros países. É por isto que a revisão dos índices, mesmo deixando a maioria abaixo da produtividade média registrada pelo IBGE para o ano 2006/2007, mereceria maior reflexão e não poderia ser decidida por portaria de dois ministros. De fato,



inteiramente inadequado para separar propriedades produtivas de improdutivas

David Ricardo e Marx já apontavam que as terras têm "qualidades diferentes, características únicas e irrepetíveis", que se traduzem em produtividades diferenciadas. Por isto, nos modelos teóricos de ambos as condições de produção nas terras marginais eram consideradas como "dominantes", e não a produtividade média que, se fosse aplicada, excluiria do mercado aqueles que produziam em terras marginais, ainda que fossem eficientes. O desenvolvimento tecnológico e aplicação de mais capital reduzem as diferenças, mas não eliminam as vantagens para os que não precisam realizar tais gastos compensatórios.

No caso do Brasil, a utilização de índices para as 554 microrregiões homogêneas potencializa ainda mais a distorção pois, apesar de traços comuns de clima e solo, as microrregiões estão longe de ser homogêneas e apresentam diferenças significativas em relação às condições locais que afetam o rendimento da terra. Nem mesmo os municípios brasileiros serviriam de unidade geográfica de referência, já que alguns têm extensão territorial superior a de muitos países, com grandes contrastes de clima e solo. Para completar, as mudanças climáticas têm provocado instabilidade, imprevisibilidade e alterações no regime de chuvas que, por recentes, ainda não foram devidamente incorporadas ao zoneamento do país. Nessas condições, usar índices de produtividade média como indicador e prova de comportamento antissocial e de ineficiência econômica é sem dúvida um equívoco, para dizer o mínimo.

Na agricultura moderna a produtividade da terra não pode mais ser tomada como revelador do nível de eficiência econômica da unidade, como era feito no passado. É necessário considerar as interações entre os três fatores de produção - terra, capital e trabalho -, cujas combinações refletem condições locais diferenciadas e são influenciadas por muitas variáveis, desde o preço relativo dos insumos, tamanho da propriedade, disponibilidade de mão de obra, determinações do processo produtivo até a capacidade de gestão e estratégia comercial das unidades produtivas. Por isto, nem o nível de eficiência, nem o atributo de ser ou não produtiva, podem ser diretamente relacionados à produtividade da terra.

Não deixa de ser um contrassenso utilizar o rendimento da terra por cultura e o índice de lotação da pecuária para aferição do Grau de Eficiência da Exploração (GEE), justamente em um contexto de revisão do paradigma tecnológico que orientou a evolução da agropecuária nas últimas décadas, cuja trajetória enfatizou justamente a busca de elevação da produtividade - negligenciando variáveis ambientais e sanitárias que ganharam relevância. As recomendações são hoje no sentido de elevar as

em descanso, introduzir sistemas produtivos mais diversificados e reduzir a utilização de insumos que explicam parte relevante da elevação e dos altos rendimentos por hectare. Além disso, a agropecuária brasileira está sendo chacoalhada tanto por choques positivos, como as oportunidades criadas pela bioenergia e contínua expansão da demanda doméstica e mundial de alimentos e matérias primas, como pelas novas regras ambientais e exigências dos consumidores. Aproveitar tais oportunidades sem transgredir no tema ambiental e nas relações sociais implicará um grande esforço de investimento e a redefinição do uso das terras e geografia agrícola, melhorando o aproveitamento de pastagens hoje degradadas - a maioria devido à baixa viabilidade da intensificação e não ao caráter parasitário especulador que parte do governo atribui aos pecuaristas - e adotando sistemas produtivos mais eficientes do ponto de vista energético e econômico.

Nesse contexto, o que se esperaria do governo é a reafirmação da estabilidade institucional - a começar pela propriedade da terra - e a adoção de sinalizadores, incentivos e mecanismos de política para catalisar os esforços de desenvolvimento sustentável, e não a revisão dos índices de produtividade da terra cuja necessidade foi introduzida na Constituição justamente para dar segurança à propriedade. A revisão só servirá para alimentar o conflito agrário e a fome do MST por terra, e não a da sociedade por alimentos e por desenvolvimento. No lugar de criar neolatifúndios por portaria, o melhor seria ter coragem de assumir que o modelo de reforma agrária dos anos 60 esgotou-se, e discutir seriamente como lidar com o passivo agrário real que carregamos da formação histórica do país.

Antônio Márcio Buainain é professor do Instituto de Economia (IE) da Unicamp. Professor do Instituto de Economia (IE) da Unicamp. E-mail: [buainain@eco.unicamp.br](mailto:buainain@eco.unicamp.br).

**Pressão descabida** – Sítio Eletrônico do MST – 02/09/2009

Parlamentares da bancada ruralista estão pressionando o ministro Reynolds Stephanes, da Agricultura, para que não assine a portaria interministerial que aprova os novos índices de produtividade da terra para fins de reforma agrária, que estão defasados há mais de 30 anos. A atualização dos índices foi acordada com o MST durante a mobilização realizada em Brasília e também constitui reivindicação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, à frente Contag e Fetraf.

Segundo o MDA, os estudos técnicos que embasam os novos índices (IBGE, Unicamp e Embrapa) referem-se ao período 1996-2007, quando ocorreu grande crescimento da produção agrícola nacional, decorrente principalmente do aumento da

produtiva – isenta de desapropriação - são inferiores às médias regionais de produtividade e, portanto, não deveriam preocupar os proprietários que se dedicam à produção e não à especulação.

A lei agrária prevê que os índices que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, levando em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, razão pela qual o governo decidiu aprovar a atualização dos índices.

Em relação à política agrícola, o governo Lula tem adotado crescente apoio à agricultura familiar, que é responsável por cerca de 70% da produção alimentar consumida internamente, sem deixar de incentivar com elevados recursos a agricultura empresarial, voltada prioritariamente para a exportação de commodities agrícolas.

Diante da crise mundial e da necessidade de gerar empregos, preservar o meio ambiente, produzir alimentos saudáveis, garantir a soberania alimentar e contribuir para o desaquecimento global do planeta, torna-se indispensável repensar o atual modelo agrícola brasileiro. Nesse sentido, é preciso expandir o papel da agricultura familiar e aprofundar a reforma agrária, não transformando alimentos em mercadorias e nem importando venenos, como faz o agronegócio.

### **Ministros divergem sobre Índice de produtividade - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 03/09/2009**

Os ministros Reinhold Stephanes, da Agricultura, e Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, devem se encontrar nos próximos dias para discutir a questão da atualização dos índices de produtividade rural. Os dois têm posições divergentes sobre o tema. Cassel defende a atualização imediata. Stephanes, por sua vez, não tem pressa. Ele quer discutir melhor os critérios que definem o índice. Além da reunião com Cassel, ele está preparando um arrazoado sobre o tema para levar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tentando mostrar que o critério atual não dá conta da complexidade da produção rural empresarial.

Cassel está alinhado com o ministro petista Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência. Encarregado de articular as relações entre movimentos sociais e governo, Dulci sabe que a atualização é uma das principais bandeiras de organizações ligadas à reforma agrária.

Do outro lado, Stephanes é mais suscetível à movimentação da poderosa bancada ruralista no Congresso – que se opõe à mudança. O ministro da Agricultura fazia parte da bancada, como deputado federal pelo PMDB do Paraná, quando foi chamado para o ministério.

No arrazoado que prepara para levar à Presidência, Stephanes vai procurar demonstrar que o índice de produtividade não dá conta da realidade.

Seu raciocínio é que não se pode obrigar um produtor a manter 80% da terra ocupada e correndo atrás de índices preestabelecidos durante todo o tempo.

Assim como na indústria, o produtor rural teria que ter autonomia para aumentar ou diminuir a produção de acordo como mercado.

Se ninguém quiser comprar o arroz ou a soja, de que vale ele continuar com

Deve fazer isso só para satisfazer o Incra e evitar que sua terra seja destinada para a reforma agrária?

No Ministério do Desenvolvimento Agrário, a argumentação contrária já está pronta. De acordo com assessores de Cassel, a avaliação do índice de produtividade de uma propriedade constitui um processo, que considera vários fatores – tais como condições climáticas, produção de anos anteriores, notas fiscais e declarações dos proprietários.

Assessores de Cassel também observam que só estão sujeitas a vistoria, para efeitos de reforma agrária, grandes propriedades, com área maior à de 15 módulos rurais – o equivalente a 450 hectares na região sul do País. Isso significa que, num universo de 4,2 milhões de propriedades, somente 102 mil poderiam enfrentar vistorias.

Nesse universo, só um pequeno número, pelas previsões do ministério, estaria sujeito a desapropriação pelo não cumprimento dos índices de produtividade e ocupação do solo. Cassel já enviou a Stephanes a minuta de sua proposta de atualização dos índices. Ela deverá servir de base para a reunião entre os dois. Caso consigam chegar a algum acordo, inda terão que submeter a proposta ao Conselho Nacional de Política Agrícola, que só pode ser convocado pelo presidente da República. ●

Entrevista Kátia Aberu

‘Nenhum outro setor está sujeito a índices’

A senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), acha inaceitável que os produtores rurais se submetam a índices de produtividade que não vigoram para nenhum outro setor da economia.

**Como vê o esforço que se faz no governo para atualizar o índice de produtividade rural?**

Nós somos contra a ideia do índice por princípio. Nos recusamos a ser tratados de forma preconceituosa.

**Por que preconceituosa?**

Porque nenhum outro setor está sujeito a índices de produtividade.

Por que nós devemos ter? Veja o caso do empresário do setor automobilístico. Se ele está produzindo cem automóveis e é atingido por uma crise econômica que reduz as exportações e o mercado interno, ele baixa a produção para 50 automóveis.

Ninguém fala nada.

Mas o setor rural não pode.

Tem que manter a produção e produzir prejuízo, para satisfazer o índice, que é baseado em apenas dois fatores físicos – o tamanho da propriedade e a quantidade de grãos ou de carne que produz. Todos nós sabemos que não é só isso. Tem que analisar área, produção, mercado, crédito, juro, mão de obra, renda. Ninguém pode me obrigar a produzir prejuízo. Qualquer índice teria que utilizar uma análise global da produção.

**Assessores do Incra falam em terras improdutivas mantidas como reserva de mercado.**

Isso é coisa do passado, de vinte anos atrás. Hoje quem não for produtivo é expulso do mercado em menos de dois anos. Falam isso para obter terra para a reforma agrária, que segue um modelo inadequado para o País. Se, de um lado, fomos competentes para conquistarmos a posição de campeões do mundo em produtividade de grãos, até hoje não fomos competentes para encontrar um modelo adequado de reforma

### **A Constituição fala que terras improdutivas devem para a reforma.**

De acordo com a Constituição, as propriedades de pequeno e médio porte e as produtivassão insuscetíveis para a reforma. No caso das que não estiverem cumprindo a função social, devem ter apoio especial do governo. O problema está na lei que regulamentou os artigos da Constituição, obrigado o produtor a passar sempre por duas provas, a da produtividade e a utilização da terra. É uma combinação absurda. Se eu tenho mil hectares e a minha produção vai muito além dos índices e da média local, eu posso ser desapropriado senãooestiver utilizando exatamente80% da propriedade.Omeuvizinho pode ter uma produção ruim e ficar sem risco de desapropriação se ocupar os 80%.

Rolf Hackbart

### **‘Propriedade rural não écomofábrica’**

NaopiniãodopresidentedoInstituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, os políticos que defendem os interesses dos proprietários rurais estão criando uma falsa crise em torno da atualização dos índices.

#### **Como o senhor vê a reação do setor ruralista à propostade revisão dos índices?**

Não há razão nenhuma para que os proprietários de imóveis rurais se assustem com uma eventual atualização dos índices.

Existe um setor político que defende o setor patronal e fica criando crises falsas, como essa. Digo que é falsa porque, em primeiro lugar, a atualização segue uma determinação legal.Emsegundo, porque aterra é umfator econômico limitado.

Quandofalamospropriedade rural não é a mesmacoisa que uma loja, uma fábrica. Ela tem um limite. E foi pensando nisso que o legislador, na nossa Constituição, estabeleceu que a propriedade rural está subordinada ao cumprimento de sua função social – o que significa que deve ser produtiva e respeitar as legislações trabalhista e ambiental. Se não for, ela pode ser desapropriada e destinada para a criação de reservas ambientais, para áreas indígenas, reforma agrária.

#### **Um índice de produtividade maior que o atual não seria uma ameaça para os produtores que não conseguem cumpri-lo a curto prazo?**

O grande desafio da agricultura brasileira está relacionado a problemas de infraestrutura e mercado.

Não está ligado a nenhum índice de produtividade. Os números que estão sendo propostos para atualizar o índice, conforme determina a lei, e que só devem vigorar a partir de 2010, se houver mudança agora, estão bem abaixo do que já se produz hoje. No município de Sorriso, no Mato Grosso, o índice de produtividade de soja que está em vigor fala em 1200 quilos por hectare. Na safra de 2006/2007, os produtores chegaram a 3.062 kg/h. O que está sendo proposto para 2010 é 2.040 kg/ha, bem abaixo da média, portanto. Isso se repete em todos os setores.

#### **Aque o senhor atribui, então, essa reação tão forte?**

Estão se aproveitando dessa determinaçãolegal para gerar crise e assim ganhar poder de barganha em outras questões, como, mais uma vez, as renegociações das dívidas. Não existe, como querem deixar marcado nos debates, uma caça às bruxas. Quem teme a atualização équemusa a terra sócomo reserva de valor, sem se preocupar com a função social. Quem estiver produzindo minimamente e cumprindo a legislação

Os que seopõemà atualização são os que defendem o atraso em vez da modernidade. • R.A

**Ruralista só defende ambiente na "terra dos outros", diz Minc** – Folha de São Paulo – Brasil - 03/09/2009

Três meses após ter chamado produtores rurais de "vigaristas", declaração que o levou a pedir desculpas publicamente, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) disse que associações e parlamentares ruralistas "são a favor do desmatamento zero na terra dos outros, desde que não seja nos seus próprios crimes ambientais". A declaração foi dada em meio à fala de improviso na comemoração dos dois anos do Instituto Chico Mendes para uma plateia com cerca de 200 servidores do órgão. "Você vai às associações ligadas aos grandes agricultores, parlamentares também ligados a esses setores, todo mundo fala no desmatamento zero", disse o ministro, que a seguir citou reclamações dos ruralistas, como o desgaste e o aumento do desemprego no setor, por conta das ações de combate ao desmatamento e à criação de gado em áreas desmatadas.

O ministro, que fez um balanço de um ano e três meses de sua gestão, também anunciou a criação de unidades de conservação ambiental.

**Cadastro de terras indica concentração na Amazônia** – João Carlos Magalhães e Matheus Pichonelli – Estado de São Paulo – Brasil – 03/09/2009

11% dos posseiros se dizem donos de mais de metade das áreas registradas

Coordenador do programa discorda e diz que "cadastro mostra como protagonista esse cidadão [o pequeno proprietário]" antes "invisível"

Dados compilados pelo Terra Legal, programa federal de regularização fundiária na Amazônia, apontaram concentração desigual de terras na região. Lançado há mais de dois meses, o Terra Legal está cadastrando quem ocupa terras públicas e afirma ter direito de receber o título da propriedade. A ideia é aumentar o controle estatal sobre essas áreas. Mais da metade das áreas cadastradas (1 milhão de hectares) está nas mãos de 11% dos mais de 6.000 posseiros que procuraram o governo. Considerando-se os 11%, cada posseiro tem, em média, 772 hectares. Como as regras do Terra Legal permitem que o título seja dado na maior parte das vezes com base apenas na declaração de posse, a maioria deve conseguir a documentação -que possibilitará, por exemplo, acesso a crédito bancário. Em julho, na época da aprovação da medida provisória 458 -apelidada de "MP da Grilagem" e que criou o arcabouço jurídico do Terra Legal-, ambientalistas diziam que

fundiária.

"A concentração nasceu não pelo mercado, mas pela truculência", disse Paulo Barreto, da ONG Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que analisou os dados a pedido da Folha. Para Roberto Smeraldi, diretor da Oscip Amigos da Terra -Amazônia Brasileira, o programa torna "permanente" essa concentração territorial. "Parece que não se considerou a estrutura fundiária quando se pensou na regularização. Ou, se foi pensado, foi na linha de ratificar, não de alterar." Smeraldi prevê que os pequenos proprietários, maioria dos cadastrados (88%), serão pressionados e não terão segurança para se fixar na terra. "Essa valorização que a titulação oferece vai permitir que a terra seja comercializada. Em vez de estimular a fixação, eles vão se capitalizar e procurar outras terras", disse ele. Carlos Guedes, coordenador-geral do Terra Legal, vê os dados de maneira positiva. "Tinha senador que dizia que 80% das terras estariam nas mãos de 10% dos cadastrados [à época da votação da MP]. O cadastro mostra como protagonista esse cidadão amazônico [pequeno proprietário] que até hoje estava invisível", disse. "É uma falácia, um argumento ideológico, dizer que os imóveis podem ser objeto de concentração fundiária", afirmou. Ele disse que só serão beneficiadas as terras com até 15 módulos fiscais (cerca de 1.140 hectares). Por serem consideradas pequenas e médias, elas não poderiam ser destinadas para a reforma agrária. "As disputas pela posse, o desmatamento e o uso de trabalho escravo não se concentraram nesse tipo de imóvel", disse. Além disso, afirmou que, com a regularização, será possível saber "quem tem um projeto produtivo e quem cumpre com sua função social".

### **Conflitos no campo diminuem, mas violência cresce – Sítio Eletrônico do MST – 03 de setembro de 2009**

Da CPT

Os dados parciais dos conflitos no campo relativos ao primeiro semestre de 2009, registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e agora divulgados, apresentam o seguinte quadro:

De janeiro a junho de 2009, o total dos Conflitos no Campo – conflitos por terra, por água e trabalhistas – são 366, envolvendo 193.174 pessoas, com 12 assassinatos, 44 tentativas de assassinato, 22 ameaças de morte, seis pessoas torturadas e 90 presas. Destes 366 conflitos, 246 são conflitos por terra, envolvendo 25.490 famílias. Destas, 393 foram expulsas da terra por ação dos proprietários e seus jagunços e 4.475 foram despejadas por ação judicial. Ressaltamos que estes dados são parciais, não só porque se referem a um período do ano, mas também porque ainda poderão chegar novas informações a respeito de conflitos havidos neste mesmo período, o que pode alterar os dados apresentados em um próximo fechamento dessas informações.

Em números absolutos observa-se uma sensível diminuição das ocorrências. Em igual período de 2008, computavam-se 678 conflitos, com envolvimento de 301.234 pessoas. O número de assassinatos era de 13, o de tentativas de assassinato 32; o de

conflitos pela terra eram 468, envolvendo 45.947 famílias, tendo sido expulsas 1.079 famílias e 6.542 despejadas. Pelos dados acima, em número absolutos, em 2009, só houve crescimento no número de tentativas de assassinato: 32, em 2008; 44 em 2009 e no número de pessoas torturadas, duas em 2008 e seis em 2009.

Mas o que os números absolutos não revelam, o revelam os números relativos. A média de pessoas envolvidas nos conflitos é maior em 2009. A média nacional, em 2008, era de 445 pessoas envolvidas a cada conflito. Em 2009, este número salta para 528. Mas é em relação à violência que se sente um crescimento para além de preocupante. Até 30 de junho de 2009, registrou-se 1 assassinato para cada 30 conflitos; 1 tentativa de assassinato para cada 8 conflitos; 1 torturado a cada 61 conflitos; 1 preso a cada 4 conflitos; 1,5 famílias expulsas a cada conflito por terra e 18 despejadas. Enquanto que em 2008 computavam-se os seguintes números: 1 assassinato a cada 52 conflitos; 1 tentativa de assassinato a cada 21 conflitos; 1 torturado a cada 339 conflitos; 1 preso a cada 6 conflitos; 2,3 famílias expulsas a cada conflito por terra e 14 despejadas.

O número de assassinatos de trabalhadores se torna mais dramático se comparados os dados até final de agosto, mesmo em números absolutos. De janeiro a agosto de 2008, 14 foram os trabalhadores assassinados; em 2009, 17. (Neste cômputo não estão incluídos os cinco trabalhadores assassinados no assentamento Chico Mendes, no município de Brejo da Madre de Deus, agreste de Pernambuco, no dia 6 de julho deste ano, pois o crime ainda está sob investigação.). Esses dados nos mostram, também, o espraiamento da violência pelo país. Enquanto em 2008, os assassinatos, nesse período, ocorreram em sete estados, em 2009 eles se espalharam por 11 estados.

#### GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO

O Centro-Oeste é a região que foi palco de maior violência, não só em números relativos, mas também em números absolutos: 3 assassinatos em 2009 (1 em 2008); 13 tentativas de assassinato (0 em 2008); 80 famílias expulsas (0 em 2008); 1.200 famílias despejadas (455 em 2008). A região Sudeste apresentou um crescimento no número de assassinatos (0 em 2008, 2 em 2009); nas tentativas de assassinato (1 em 2008, 5 em 2009), e no número de prisões (3 em 2009, 0 em 2008). Também o número de famílias expulsas passou de 49, em 2008, para 63 em 2009. Na região Nordeste as tentativas de assassinato cresceram de 14, em 2008, para 16 em 2009 e o número de famílias despejadas passou 1.111 para 1.858. A região Norte continua com o maior número de assassinatos: 6, inferior, porém, aos 10 registrados em igual período de 2008. Houve um crescimento, também, no número de tentativas de assassinato, de 14 em 2008 para 16 nesse ano.

Além disso, as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram um aumento preocupante nos casos de pistolagem. A CPT registra como pistolagem, o número de famílias que sofreram, de alguma forma, ação por parte de pistoleiros. Seja com ameaças, agressões ou qualquer forma de pressão e violência. Enquanto no ano de 2008, no Nordeste computavam-se 1.058 famílias atingidas por pistolagem, em 2009 esse número salta para 2.139, um aumento de 102%. No estado da Bahia o número saltou de 102 em 2008, para 744 em 2009, um aumento de quase 630%. Já no Ceará, passou de 200 em 2008 para 900 em 2009. 350% a mais. Em Pernambuco, em 2008 foi registrada apenas uma família atingida por essa prática, mas em 2009 o número passou para 200 famílias. A região Sudeste, que em 2008 não apresentou nenhum caso de famílias submetidas à ação de pistoleiros, em 2009 registrou 131 somente em Minas Gerais. Isso mostra o aumento da violência do poder privado, consequência da impunidade e da



inoperância dos órgãos competentes em punir esta prática por parte de grandes fazendeiros e empresas rurais.

#### AÇÕES DOS TRABALHADORES

As ações dos trabalhadores, ocupações e acampamentos, também sofreram um razoável encolhimento em 2009. O número de ocupações baixou de 187, em 2008, para 102, em 2009. Já o número de acampamentos se reduziu em 2009 para 22, diante dos 27 em 2008. Mas, em contrapartida, o número médio de pessoas por acampamento teve um crescimento considerável: 68 famílias por acampamento em 2008; 104 em 2009. Já nas ocupações o número médio de pessoas por ocupação decresceu, passou de 106, em 2008, para 99 em 2009.

#### TRABALHO ESCRAVO

No primeiro semestre de 2009 foram registradas 95 denúncias de trabalho escravo, com 3.180 pessoas envolvidas das quais 2.013 foram libertadas. Os estados do Acre, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Tocantins e Bahia apresentaram, neste período, números maiores de trabalhadores escravizados e libertados do que todo o ano de 2008. O quadro abaixo nos dá uma visão clara disso:

#### NÚMERO DE TRABALHADORES LIBERTADOS

	Acre	Pernambuco	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Tocantins	Bahia
2008	0	309	89	57	78	106
2009 (até final de junho)	5	329	369	280	296	188

A região Sudeste, ao final do primeiro semestre de 2009, somava 786 pessoas libertadas, número maior do que o correspondente a todo o ano de 2008, 555. Nesta região se concentraram 39% do total de resgatados em 2009. O Nordeste representou 28,8% das pessoas resgatadas e a região Norte 21,9%.

Um dado que também nos chama atenção é o número de menores de idade nos casos de trabalho escravo. Enquanto no primeiro semestre de 2008, havia 16 menores envolvidos, em 2009, no mesmo período, foram registrados 88. Quase um menor de idade para cada conflito. Isso mostra uma nova geração sob o jugo da escravidão, perpetuando o histórico de seus antepassados.

#### PANORAMA DA PRODUTIVIDADE

O que mais chama atenção nestes primeiros números que a CPT divulga em 2009 são os números da região Sudeste, a mais “rica e desenvolvida” de todo o país. Onde se poderia imaginar que os conflitos agrários estariam tranquilamente superados, dado o grande desenvolvimento da região, nela se concentram 36 ocupações de terra e 2 acampamentos, número só inferior ao Nordeste onde houve 37 ocupações e 5 acampamentos. 39% dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo o foram nesta região. E a violência cresceu em 200% no número de assassinatos; em 400% nas tentativas de assassinato; e em 300% no número de prisões. Também o número de famílias expulsas passou de 49, em 2008, para 63 em 2009.

#### O QUE OS NÚMEROS NÃO REVELAM

Mas o mais preocupante não é revelado pelos números. É toda uma orquestração maior que tenta criminalizar qualquer ação, por mais legítima que seja, colocando os trabalhadores do campo, sobretudo os sem-terra, na mira dos poderes constituídos. O que significou a ação do Governo do Rio Grande do Sul que, atendendo proposta do Ministério Público Estadual, que mandou fechar as escolas itinerantes dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)? O que queria o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, quando propôs a criação de uma força-tarefa para dar prioridade ao julgamento dos conflitos fundiários e ao querer jogar a responsabilidade sobre o governo federal por repassar recursos aos movimentos que seriam desviados para “ações criminosas”? O que dizer diante da atitude da polícia do Pará que ao prender trabalhadores, participantes de ação contra a Hidrelétrica de Tucuruí, que com eles desfilou pela cidade como se estivessem a apresentar um troféu? O que imaginar da crueldade com que foram tratados sem-terra na Paraíba que tiveram seus bens destruídos, ameaçados de serem queimados vivos, pois sobre eles foi jogada gasolina, e que acabaram presos, acusados de causadores da violência que sofriam? E nos últimos dias as torturas aplicadas a sem-terras presos, em São Gabriel (RS) e as agressões e humilhações sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras, que culminaram com o assassinato de mais um companheiro que sonhava com um pedaço de chão de onde tirar o sustento, não estão a indicar uma nova onda para tentar impedir que os pobres levantem a cabeça, reivindicuem seus legítimos direitos e se tornem cidadãos completos?

**Setor de 'uso da terra' faz aliança de olho no clima** - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Agronegócios – 03/09/2009

Agora é a vez do agronegócio, da bioenergia e das florestas plantadas a querer influenciar as posições do governo brasileiro nas negociações do acordo climático internacional que deve ser fechado em dezembro, em Copenhague, na chamada CoP-15. Ontem, 14 entidades que representam estes setores lançaram a formação de uma aliança e um documento com recomendações específicas e detalhadas para o tratado internacional assim como ações internas.

No plano doméstico, o setor de "uso da terra", como são batizados na negociação internacional segmentos ligados à agricultura, pede uma política nacional sobre mudanças climáticas que considere, por exemplo, o envolvimento dos ministérios responsáveis pela matriz energética e pela produção industrial para evitar ambiguidades nas políticas públicas. Também pede rapidez no processo de zoneamento ecológico-econômico, incentivos que estimulem fontes de energia renováveis e mecanismos de comércio de emissões (os chamados cap-and-trade). Por outro lado, diz que mecanismos relacionados à taxaço sobre emissões de carbono "devem ser evitados por serem menos eficientes e mais prejudiciais à economia".

O documento aponta as ameaças entre a negociação do clima e a agenda comercial do país. Solicita que o Brasil tenha uma estratégia "pró-ativa de negociações bilaterais" com Austrália, Canadá, Estados Unidos, Japão, Rússia, Nova Zelândia e União Europeia, considerando a "relevância da utilização de matérias-primas e energias renováveis derivadas da biomassa para a mitigação das mudanças climáticas". Outro ponto importante é o que pede ao governo que combata as tentativas de imposições das chamadas tarifas de fronteira, as barreiras comerciais que poderiam breçar a entrada de produtos que emitem mais carbono e foram produzidos em países sem cortes obrigatórios de emissões.

A Aliança Brasileira pelo Clima apoia a meta de redução de gases-estufa dos industrializados em, no mínimo, 40% até 2020 - e aposta que uma redução ambiciosa dará mais força ao mercado de créditos de carbono. No âmbito internacional também

degradação (Redd). O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), onde Redd é uma das pontas, "poderá e deverá trazer fundos internacionais", acredita Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

Das 12 recomendações internacionais, 5 se referem à revisão e flexibilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O instrumento do Protocolo de Kyoto permite que países ricos possam reduzir emissões comprando créditos de carbono de projetos de tecnologia limpa feitos em países menos desenvolvidos.

Uma reivindicação antiga do setor de florestas plantadas é que os créditos florestais não sejam temporários o que os torna pouco atraentes. "A folha de eucalipto é a que mais sequestra carbono no mundo", diz Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Segundo ela, as florestas plantadas no Brasil "são as mais produtivas e sustentáveis do mundo" e absorvem mais de 60 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> por ano. O setor emite 20 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, o que dá um saldo positivo que pode significar créditos, mas que não tem apelo junto aos poluidores europeus.

Um dos pontos frágeis da argumentação do setor é a garantia que este estoque de carbono estará lá no futuro. No caso da queima de árvores por um incêndio, por exemplo, há o risco da emissão dupla - feita pela empresa que comprou os créditos e pela queima das árvores. De acordo com Elizabeth de Carvalhaes, mecanismos de garantia como seguros e re-seguros dariam conta da questão.

"Vemos as negociações climáticas não como ameaça mas como oportunidade", disse Marcos Jank, presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica). Endossam a Aliança entidades que representam 16% das exportações brasileiras, ou US\$ 31,4 bilhões.

#### **“Não somos fracos”, diz Kátia Abreu - Sítio eletrônico da CAN – 04/09/2009**

Diante de novas ameaças do MST de invadir propriedades produtivas no país, a presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Senadora Kátia Abreu (DEM), foi firme. Convidada pelo presidente da Farsul, Carlos Sperotto, a discursar em nome do campo na cerimônia de inauguração da Expointer 2009, em Esteio (RS), afirmou que os produtores não aceitarão agressões ao direito de propriedade.

“Quero dizer a esses senhores do MST que nós produtores somos pessoas humildes, mas não somos fracos. Estamos esperando a proteção do Estado brasileiro, mas não nos furtaremos de praticar o artigo 1.210, parágrafo primeiro, do Código Civil Brasileiro, que permite a legítima defesa da posse”, discursou, diante de autoridades, produtores e visitantes da feira agropecuária.

Kátia Abreu ainda lembrou o papel do campo nas exportações e estabilização da moeda, defendeu um novo modelo de crédito agrícola, o estabelecimento de um plano de sanidade agropecuária, além de políticas que garantam renda no campo. “Estamos prontos para continuar participando do programa de abastecimento, garantindo abundância, qualidade e preços baixos. Mas não podemos buscar isso sozinhos. Precisamos ter renda”, disse.

O tema meio ambiente também foi mencionado. A presidente da CNA ressaltou que os produtores rurais estão entre os que têm maior interesse na preservação. “Precisamos de água, terras férteis, equilíbrio da biodiversidade para combater as pragas

**MST ameaça invadir áreas produtivas – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 04/09/2009**

Desencantados com a atitude do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que parece cada vez menos disposto a cumprir a promessa de atualizar os índices de produtividade rural no País, os líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) planejam mudanças em suas táticas. Estudam a realização de uma jornada de ocupação de propriedades produtivas.

O argumento do MST é que o governo, ao postergar a atualização dos índices com receio das reações da bancada ruralista no Congresso, desrespeita a Constituição e outras leis que tratam do assunto. “Se o governo, os empresários rurais e os seus representantes acham que o caminho ideal não é o cumprimento das leis que prevêm a atualização dos índices, isso nos dá o direito de descumprir a lei que impede a ocupação de propriedades produtivas”, disse ontem João Paulo Rodrigues, porta-voz da coordenação nacional do movimento.

“Ao impedir o debate sobre desapropriação de propriedades produtivas, a bancada ruralista está montando uma armadilha para os próprios empresários rurais. Nós podemos pôr em andamento uma jornada de ocupação das chamadas terras produtivas”, continuou o porta-voz do MST. “A reação à atualização dos índices é ideológica, pois não altera grande coisa. O governo prometeu mudar, mas diante da reação, especialmente do PMDB, ficou assustado e recuou, deixando de cumprir o que está determinado na Constituição do Brasil.”

Na opinião do líder dos sem-terra, o presidente Lula perdeu uma oportunidade histórica. “Lula, que vai sair do governo como o presidente que não fez a reforma agrária prometida, perdeu a oportunidade de sair como o presidente que teve a coragem de atualizar os índices, após mais de trinta anos de espera”, afirmou.

Duas semanas atrás, após um encontro com o presidente Lula, em Brasília, representantes do MST saíram comemorando a promessa feita por ele de que os índices, em vigor desde 1975, seriam atualizados. Essa é uma antiga bandeira dos defensores da reforma agrária. Acredita-se que, com a mudança, seria possível identificar uma grande quantidade de terras que não estariam sendo adequadamente exploradas e, portanto, não cumprindo a função social prevista na Constituição.

A bancada ruralista e entidades de representação dos produtores reagiram à proposta, argumentando que a mudança prejudicaria um dos poucos setores da economia brasileira que vai bem a despeito da crise econômica mundial.

O prazo de 15 dias passou e por enquanto não há perspectiva de mudança.

Os ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, devem se encontrar nos próximos dias para tentar encontrar uma solução que agrade tanto aos sem-terra e aos ruralistas.

**EXECUTIVA**

A Executiva Nacional do PT divulgou ontem uma nota afirmando que a atualização dos índices é “legal e necessária”.

A nota defende a proposta de novos índices encaminhada dias atrás ao presidente Lula pelos ministros Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência, e Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, mas não faz nenhuma referência às indecisões do governo sobre o assunto.

“O anúncio da atualização dos índices, feito pelos ministros Luiz Dulcie e Guilherme Cassel, foi uma decisão amadurecida e baseada em fundamentos exclusivamente técnicos e legais”, diz o texto. “O governo Lula prioriza o combate à pobreza e às desigualdades e não discrimina os setores produtivos, ao contrário, estimula o seu crescimento e o melhor desempenho.

A medida se reveste de justiça e legalidade, constituindo-se em mais um resgate social do governo Lula.”

### **Sem-terra preparam ocupações no interior** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 04/09/2009

A expectativa da revisão dos índices de produtividade no campo pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já causa uma corrida aos acampamentos de sem-terra no interior de São Paulo.

Em Araçatuba, noroeste do Estado, moradores urbanos e cortadores de cana engrossam o Adão Preto, um grande acampamento formado por dissidentes do Movimento dos Sem-Terra (MST), considerado o maior do Brasil.

Desde a semana passada, o local passou a receber em média 20 famílias por dia.

O coordenador Claudemir Silva Novaes chegou a suspender temporariamente o ingresso de novos acampados por falta de estrutura. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) utiliza os índices para avaliar a produtividade das fazendas e desapropriar áreas improdutivas para a reforma agrária. A revisão aumentará até 100% o mínimo de produção a ser alcançado no campo.

Na região noroeste, a nova fronteira da cana-de-açúcar em São Paulo, muitas fazendas não atingirão o novo índice, segundo Novaes. “São áreas que estão no limite da produtividade atual, de 70 toneladas de cana por hectare”, disse.

Assim que os novos índices entrarem em vigor, lideranças dos sem-terra pedirão ao Incra a vistoria nas fazendas.

“O presidente Lula quer que a revisão saia já.”

As terras improdutivas estarão na mira dos sem-terra, afirmou Novaes. “Só não vamos ocupar áreas que estiverem dentro dos índices.” O acampamento, criado no final de março pelo líder dissidente, José Rainha Júnior, tinha cerca de mil famílias na última quarta-feira e novos acampados não paravam de chegar. Os 850 barracos ocupam dois quilômetros das faixas laterais de uma rodovia vicinal no distrito de Engenheiro Taveira.

Desempregado, Salvador da Rocha empregou as economias na compra de madeira e telhas. Ele ganhou a lona plástica de um vizinho e fretou um caminhão para levar tudo até o Adão Preto. A família de José Osvaldo Mianuti, de 67 anos, também chegou há poucos dias. “O tempo de espera não importa, tenho certeza que valerá o sacrifício.”

Sem energia elétrica, nem água encanada, cada acampado paga R\$ 0,50 por semana pela água de um caminhão-pipa. O governo federal mandou 600 cestas básicas para os que permanecem no local – a maioria tem casa na cidade e fica no barraco só dois dias por semana.

Cercado por canaviais e fazendas degado, o Adão Preto se formou graças à migração de José Rainha, Novaes e outros líderes sem-terra que atuavam no Pontal do

Muitos acampados têm automóveis e circulam de caminhoneta.  
“É gente que foi expulsa do campo para a cidade e quer voltar para o campo”,  
explica Novaes.

### **Lula descumpre prazo prometido ao MST – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 04/09/2009**

No mês passado, governo havia afirmado que atualizaria até ontem índices de  
produtividade utilizados para reforma agrária

Em reação, os sem-terra devem divulgar hoje nota dizendo que se sentem no direito de  
invadir áreas que são consideradas produtivas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não cumpriu a promessa do governo  
federal aos sem-terra de atualizar até ontem os índices agropecuários usados para a  
avaliação de terras para a reforma agrária.  
A publicação de novos índices é uma antiga reivindicação dos sem-terra e voltou a ser  
prometida pelo presidente ao final de uma recente manifestação do MST em Brasília.  
Na ocasião, em reunião ministerial, o petista prometeu publicá-los num prazo de 15  
dias, o que não aconteceu.  
Com os novos índices, fazendeiros terão de ampliar sua produção para suas terras não  
serem declaradas improdutivas e, a seguir, desapropriadas para a criação de novos  
projetos de assentamento.  
No caso do presidente, não existe um recuo quanto ao mérito. O não cumprimento do  
prazo visa acalmar o ânimo dos ruralistas e ao mesmo tempo poupar o ministro da  
Agricultura, Reinhold Stephanes, que já fez chegar a Lula que não tem condições  
políticas de assinar agora a portaria desses novos índices.  
Um indicativo dessa movimentação do presidente ocorreu há dez dias, quando cancelou  
em cima da hora a gravação de seu programa semanal de rádio no qual anunciaria os  
novos índices de produtividade -cuja versão atual é baseada no censo agropecuário de  
1975.

Stephanes, do PMDB paranaense, tem dito a interlocutores que a assinatura dessa  
portaria poderá prejudicá-lo tanto nas eleições do ano que vem, quando sairá mais uma  
vez candidato a deputado federal, como no partido. A bancada do PMDB na Câmara se  
posicionou contrária à medida.  
Oficialmente os ruralistas dizem que a atualização dos índices não cabe num momento  
de crise econômica e que é necessário incluir outras formas de cálculo, como as  
condições de mercado e de mão-de-obra. Por trás disso, porém, há um ingrediente  
ideológico: derrubar uma antiga reivindicação dos sem-terra.  
Ciente disso, Stephanes incluiu um expediente burocrático em sua estratégia: a  
interpretação jurídica segundo a qual não caberia a ele, e sim à Presidência, a  
convocação do Conselho Nacional de Política Agrícola, órgão consultivo que deve ser  
ouvido antes de a portaria conter as assinaturas do ministro da Agricultura e de seu  
colega do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel -a favor da atualização.  
Ontem, porém, Stephanes foi orientado pelo Planalto a dar início aos trâmites da

A realidade é que tanto as reclamações dos ruralistas como a comemoração antecipada dos sem-terra parecem inflados diante dos efeitos práticos de novos índices. Produtivo, o agronegócio não estará sob ameaça, enquanto o Incra, sem capacidade física e orçamentária, não multiplicará a quantidade de áreas desapropriadas. Ontem o comando do MST passou o dia reunido em São Paulo para definir uma linha de resposta ao esgotamento do prazo. Uma nota deve ser divulgada hoje com a seguinte provocação: se os ruralistas são contrários à atualização dos índices, prevista em lei, os sem-terra se sentem no direito de "ocupar" áreas hoje considerada produtivas. À noite, reunida em Brasília, a Executiva Nacional do PT soltou nota em defesa dos novos índices: "O anúncio da atualização dos índices, feito pelos ministros Luiz Dulci [Secretaria Geral da Presidência] e Guilherme Cassel, foi uma decisão amadurecida e calcada em fundamentos exclusivamente técnicos e legais".

#### **Stora Enso obtém aval para regularização de terras no RS – André Vieira – Valor Econômico – Empresas – 04/09/2009**

A Stora Enso conseguiu finalmente aval para regularizar o registro de terras compradas na faixa de fronteira no Rio Grande do Sul, o que impedia a maior fabricante europeia de papel de levar adiante seu plano de investimento em ativos florestais.

A autorização prévia foi dada pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN), órgão de consulta da Presidência da República para assuntos ligados à soberania e defesa do Estado, no mês passado. Com a decisão assinada pelo ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, a Stora Enso Florestal RS está livre para reunir a documentação e regularizar a propriedade das fazendas adquiridas entre 2004 e 2005.

A Stora Enso comprou 45,7 mil hectares de terras no Rio Grande do Sul dentro do plano de chegar a 100 mil hectares no Estado com a finalidade de plantio de eucaliptos para um futuro projeto de produção de celulose. Mas ao fazer o registro das terras, a empresa se deparou com a negativa do cartório de imóveis.

A partir daí, a empresa teve início a sua saga para regularização das terras. As fazendas estavam localizadas a menos de 150 quilômetros da fronteira brasileira, ferindo legislação brasileira que proíbe a posse em áreas rurais por parte de empresas com capital estrangeiro, exceto se autorizadas pelo governo federal.

O caso tornou-se polêmico. Para evitar que houvesse problemas de posse numa eventual invasão de terras, a Stora Enso colocou as propriedades nas mãos da Azenglever Agropecuária, uma empresa cujos sócios, brasileiros natos, eram executivos da própria empresa. À época, ambientalistas acusaram a empresa de driblar a lei. O Ministério Público gaúcho investigou o caso, mas a Justiça arquivou a ação. Chegou-se a discutir até a mudança da lei, reduzindo-se a distância até a fronteira.

"A empresa fez o registro temporário na Azenglever até a autorização do CDN", disse o vice-presidente da Stora Enso na América Latina, Otávio Pontes. "A decisão mostra que não cometemos nenhuma ilegalidade no processo."

Embora os obstáculos para regularização das terras no Rio Grande do Sul estejam eliminados, a fabricante sueco-finlandesa disse que não sabe ainda quando

Pontes. Além do Rio Grande do Sul, a Stora Enso é sócia da Fibria (união da VCP com Aracruz) na Veracel, uma fabricante de celulose na Bahia, que possui um plano de duplicação, hoje congelado.

Em maio, a Stora Enso e a chilena Arauco adquiriram o projeto de reflorestamento da espanhola Ence no Uruguai. Com a aquisição, as empresas formaram uma joint venture reunindo todos os seus ativos florestais no país vizinho. Ao todo, as empresas possuem 123 mil hectares de terras com plantios, madeira suficiente para uma fábrica de celulose. Pontes ressalta, contudo, que não há decisão também sobre uma unidade industrial no Uruguai.

### **‘MST não tem imunidade penal’, avisa Marrey – Estado de São Paulo – Nacional – 05/09/2009**

O secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, Luiz Antonio Marrey, afirmou ontem que o Movimento dos Sem-Terra (MST) terá de responder criminalmente se cumprir a promessa de invadir terras produtivas para forçar o governo federal a atualizar os índices de produtividade no campo.

“O movimento social não tem imunidade penal”, afirmou.

Na quinta-feira, o porta-voz da coordenação nacional do movimento, João Paulo Rodrigues, disse que, se o governo desrespeita as leis que prevêm a revisão dos índices, isso daria ao MST o direito de descumprir a lei que impede a ocupação de propriedades produtivas.

“Não é possível ameaçar a propriedade produtiva sob qualquer pretexto”, reagiu Marrey.

Ele disse que não se trata de criminalizar o movimento social, mas alertou que o Estado de Direito é igual para todos.

“Ninguém pode ter alibi para descumprir a lei.” O secretário assegurou que a Justiça está preparada para atender o produtor que se sentir lesado. “Se houver a invasão, aí é caso de se ter uma ordem judicial para tirar.”

Ruralistas também reagiram à ameaça do MST. “

Ouspeitam a propriedade, ou vamos partir para uma guerra neste país”, disse o presidente do Movimento Nacional dos Produtores (MNP), João Bosco Leal. Segundo ele, os produtores já não aguentam mais “pagar a conta de tudo”. Se houver invasões, haverá reação, alertou.

“Estamos cansados de ver guerrilheiros e ladrões no poder e ninguém cumprindo a Constituição.”

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, não acredita em bom senso do governo.

“Ele joga nomes motime e não vai fazer nada contra o MST”, afirmou. A UDR vai pedir ação do Ministério Público contra a direção do movimento.

“Se estão ameaçado cometer um crime, o Ministério Público deve acionar o sistema policial para impedir o crime.”

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) informou que não vistoria nem desapropria terras produtivas.

A Lei 8.629 proíbe a vistoria para desapropriação de terras invadidas por um período de dois anos após a ocupação.



**Na Câmara, 136 ambientalistas aprovaram ‘MP da grilagem’** – Estado de São Paulo  
– Nacional – 06/09/2009

A maior bancada suprapartidária existente no Congresso é a Frente Parlamentar Ambientalista. São 256 deputados e 12 senadores.

O número, porém, dá uma idéia distorcida da força do “lobby verde” no Legislativo, onde raramente os defensores do meio ambiente vencem uma batalha.

“Na hora do vamos ver, se tivermos 45 votos, a gente já lambe os beiços”, ironiza o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. “Alguns parlamentares são voltados para a defesa das florestas, mas não dá para dizer que todo o senso de sensibilidade ambiental”, admite o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), um dos coordenadores do grupo.

“É bem verdade que muitos se associam em busca de um selo verde.”

Um exemplo da ausência de atuação conjunta foi a votação da chamada “medida provisória da grilagem”, que legalizava a ocupação de terras públicas na Amazônia. Praticamente todas as entidades ambientalistas atacaram a proposta, por considerar que ela premiava o desmatamento irregular e abria brechas para mais devastação.

Isso não impediu que, na Câmara dos Deputados, 136 dos autodeclarados ambientalistas votassem a favor da MP. Na base governista, muitos podem alegar que apenas seguiram a orientação dos líderes de seus partidos. Mas houve até alguns votos de ambientalistas do DEM e do PSDB pela aprovação do projeto.

O ministro Minc observa que, na lista dos chamados verdes, há até integrantes de outra bancada com quem costuma ter enfrentamentos, a dos ruralistas.

“Eles não pedem atestado ideológico para ninguém.”

Partem dos ruralistas os maiores ataques contra as restrições à derrubada de árvores em áreas de plantio tradicional e nas chamadas fronteiras do agronegócio, onde o avanço da soja de pecuária é acompanhado de devastação ambiental. “Segundo pesquisas, 92% dos eleitores dizem que iriam punir no voto os parlamentares vilões do meio ambiente. Mas quem é que conhece o comportamento deles? Só os mais formados fazem isso”, lamenta Roberto Smeraldi, diretor da organização não governamental Amigos da Terra.

**Senado debate hoje atualização dos índices da produtividade rural** – Sítio eletrônico da CNA – 08/09/2009

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e o engenheiro agrônomo e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Eliseu Alves, são os convidados da audiência pública que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal realiza hoje (8/9), às 9h30. A finalidade do encontro é analisar e discutir a atualização dos índices de produtividade rural.

A Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) assinaram o requerimento propondo a audiência pública. No dia 20 de agosto a senadora ocupou a tribuna do Plenário para falar sobre o assunto. Ela alertou que mudanças nos índices de produtividade criariam grande instabilidade no campo. Estimou em 500 mil o número de famílias que passariam a viver uma situação de insegurança jurídica por conta da alteração.

## **Em audiência pública, debatedores defendem novos critérios para índices de produtividade rural – Sítio eletrônico da CAN – 08/09/2009**

A adoção de novos critérios para atualizar os índices de produtividade rural foi defendida hoje pelos debatedores que participaram de audiência pública realizada nesta terça-feira (8/9) na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, para discutir o tema. O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, explicou que os parâmetros em vigor foram estabelecidos numa época em que a agricultura era medida somente com base no fator terra, ignorando a rentabilidade e a eficiência da exploração agrícola.

“A agricultura brasileira é uma das mais eficientes do mundo, mas os atuais índices que avaliam sua produtividade não refletem essa realidade”, afirmou o ministro, que foi um dos expositores. “Precisamos reestudar toda esta questão, começando pelos fatores que devem compor o cálculo do índice de produtividade, mas, nesse momento, a discussão é muito mais política, emblemática e até ideológica do que técnica, embora tenhamos tentado chegar a um entendimento”, explicou Stephanes, referindo-se a reuniões que tem realizado com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que defende a revisão dos atuais índices.

Stephanes reconheceu que o Brasil "tem demonstrado incapacidade para proteger sua produção e seus produtores", mas afirmou que, embora a atualização dos índices de produtividade seja importante, não é hora de alterá-los. “Estamos num momento de crise mundial, com preços de muitos produtos agrícolas abaixo do custo de produção”, disse.

Quem também defendeu novos parâmetros para os índices de produtividade foi o engenheiro agrônomo e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Eliseu Alves. Para ele, não há dúvidas de que o Índice de Produtividade Rural precisa se adequar às técnicas modernas de produção, não considerando apenas as características da agricultura tradicional, baseada no conceito de terra e trabalho.

“A produtividade da terra reflete a produtividade econômica. Hoje se usa um trabalho muito mais sofisticado, levando-se em conta conceitos modernos, como fertilizantes e computadores, por exemplo. Evidentemente que, nessa nova realidade, a terra e o trabalho perderam a capacidade de explicar o índice de produtividade”, justificou Eliseu. Na sua avaliação, mudanças no índice de produtividade devem incluir fatores que levem em conta o custo da produção, para que os custos totais sejam cobertos e ainda se obtenha recursos para investimentos.

“Se uma propriedade não vende seus produtos por um preço capaz de fazer face ao custo total, está fadada ao fracasso. Uma propriedade bem administrada é aquela que paga todos os fatores de produção e ainda sobra para investir”, afirmou o especialista da Embrapa, que apresentou, em sua exposição, sugestões para o cálculo do novo Índice de Produtividade Rural.

\* Assessoria de Comunicação da CNA (Com informações da Agência Senado)

**Aluguel de terras tem que ajudar o país, diz analista – Denyse Godo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/09/2009**

Para professor, Brasil deve aproveitar o interesse de estrangeiros por áreas férteis

É preciso uma reforma agrária para que os investimentos de outras nações em lavouras sejam usufruídos, afirma Nguyen

Pouco discutido no Brasil atualmente, o "offshore farming", ou aluguel de terras agricultáveis para estrangeiros, é um tema polêmico, pois envolve questões de soberania e também afeta diretamente as empresas do setor, que respondem por boa parte do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. Mas esse tipo de operação poderá ter frutos bastante positivos para o país se o governo se apressar a debatê-la, defende Dung Nguyen, professor da Universidade de Pittsburgh e especialista no assunto. "As pressões sobre os preços dos alimentos devem continuar nos próximos anos, e o apetite por áreas férteis tende a crescer na mesma proporção. Por isso, o Brasil precisa estabelecer uma política a respeito", disse o estudioso à Folha durante sua passagem pelo país, no final de semana, para ministrar aulas no curso Executive MBA realizado pela sua universidade. China, Japão, Coreia do Sul, Emirados Árabes e Arábia Saudita, países que lideram o movimento mundial de "offshore farming", têm o Brasil e a África como alvos principais das suas agressivas estratégias de aquisição de hectares. O objetivo é garantir uma oferta barata de alimento a sua população -atualmente, tais nações têm poucas terras disponíveis para a agricultura, seja pela qualidade do solo, seja pelo grau de ocupação do seu território- e participar das pesquisas e da produção de biocombustíveis. Grãos como soja, milho e arroz e cereais são as principais culturas que tais nações pretendem explorar, além da cana-de-açúcar e outros vegetais que mostrem ter potencial para gerar energia no futuro. Nos meses que antecederam ao agravamento da crise econômica global, que teve seu marco em setembro de 2008, o mundo assistiu a uma escalada sem precedentes dos preços das commodities agrícolas, e nenhuma nação quer ficar refém de um pequeno grupo de produtores de alimentos como o são dos que extraem petróleo. Especialistas e produtores brasileiros observam que o interesse internacional por áreas produtivas no país não é exatamente novo, mas só faz crescer: a estimativa é que, atualmente, estrangeiros sejam proprietários de algo como 35 mil a 40 mil imóveis rurais no Brasil. No entanto, a falta de uma legislação específica gera insegurança tanto nos investidores que vêm de fora como nos fazendeiros locais.

Elo

Além de responder a questões importantes como as ambientais e as relativas à utilização dos recursos naturais do país, para o professor Nguyen, é preciso que o governo crie uma forma de transformar os rendimentos advindos da venda ou do aluguel de hectares em um projeto de desenvolvimento nacional com foco nos habitantes das zonas rurais. "No encaminhamento dado a essa questão até agora, está faltando o elo entre o ingresso do dinheiro e como o Brasil vai aproveitá-lo. Creio que a solução dessa dificuldade passa pela reforma agrária, de forma que os mais pobres recebessem uma parte dos

parcela do dinheiro e distribuí-la entre todas as regiões em iniciativas públicas. Não que os agricultores brasileiros não tenham tecnologia suficiente para abastecer o mercado consumidor interno ou que a oferta de alimentos esteja abaixo da demanda, porém, considerando que há regiões onde os moradores não conseguem fazer refeições decentes diariamente, os estrangeiros ainda podem reservar uma parte da sua produção para vender à população local. Esta é uma medida que beneficia o país, na avaliação do estudioso. E que evita desconfortos políticos, na interpretação dos empresários estrangeiros.

**‘Lula não fez Reforma Agrária’** - *Por Rodrigo Mendes e Valéria Nader* – sítio Eletrônico do MST – 08/09/2009

No dia 20 de agosto último, o trabalhador Sem Terra e membro do MST Elton Brum da Silva, de 44 anos e pai de dois filhos, foi assassinado pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, em uma ação de despejo na Fazenda Southall, em São Gabriel, RS. Testemunhas e a posterior divulgação de fotos do corpo de Elton comprovam que ele foi vítima de diversos disparos de calibre 12, todos pelas costas.

A ação da PM gaúcha resultou ainda em diversos homens, mulheres e crianças feridos, vítimas de estilhaços, golpes de espada e mordidas de cachorros. Para o MST, o uso de armas de fogo e de tal grau de truculência demonstra que há, por parte do Estado, uma política de criminalização dos movimentos sociais.

Essa forma de tratamento aos movimentos "não é uma exceção, e sim a regra", segundo nota do MST divulgada no dia seguinte à morte de Elton. Na mesma nota, o movimento condena o Poder Judiciário, por ter barrado a emissão de posse da Fazenda Antoniasi, onde o trabalhador rural Elton Brum seria assentado. Ou seja, pelos trâmites legais, Elton poderia estar trabalhando e produzindo.

Mas esse assassinato é apenas o capítulo mais recente de uma longa história de violência e marginalização sofrida pelos movimentos sociais. O mesmo MST teve outro membro assassinado no Paraná, por seguranças contratados pela transnacional Syngenta. O coronel Mario Pantoja, comandante na ocasião do massacre de Eldorado do Carajás, apesar de condenado a 228 anos de prisão, ainda responde ao processo em liberdade, mais de 13 anos depois do acontecido.

O assassinato de Elton faz parte ainda de um contexto em que a reforma agrária foi abandonada pelo governo Lula, conforme relatou em entrevista ao Correio da Cidadania a coordenadora nacional do MST Marina dos Santos.

Como o assassinato do trabalhador Elton Brum cai sobre o movimento no atual contexto das lutas?

Marina dos Santos: Para nós é uma situação muito difícil, os latifundiários, a polícia e o governo do Rio Grande de Sul estão usando métodos muito truculentos, em especial o Estado, para massacrar a população pobre do campo. Há uso de tortura, de cães, bala, até choque elétrico. Até espadas, de cima dos cavalos, os soldados usaram. Nesse momento, no Rio Grande do Sul, há uma criminalização muito grande dos movimentos sociais.

A reforma agrária é uma prioridade do governo Lula? Anos se passaram sem a atualização dos índices de produtividade da terra (agora, finalmente, minimamente modificados), ainda há pouco se assinou a MP 458, batizada de "MP da Grilagem" etc. etc. Não tem ficado cada dia mais claro que há uma postura evidente de

Temos clareza de que a reforma agrária, no governo Lula, ficou para trás atropelada pelo agronegócio, e nós percebemos isso por uma série de coisas, começando pelo avanço nos últimos anos das transnacionais no país. Elas não se apropriam só da terra, tomam conta de toda a linha de produção do campo, da terra, mas também das sementes, da água, toda a cadeia produtiva do campo. Sem contar os investimentos que essas empresas e os fazendeiros mais atrasados, do latifúndio, têm recebido do governo federal, através do BNDES e de vários programas nos últimos anos. O agronegócio produz 120 bilhões de reais, mas o governo injeta 97 bilhões para isso, em especial pelo BNDES. Então, o que o agronegócio produz para a sociedade?

Além disso, o agronegócio usa agrotóxicos, venenos e ainda faz propaganda disso, como se fosse algo bom. Hoje o Brasil é campeão de consumo de veneno no mundo, essa indústria movimentada 7 bilhões de reais por ano. Não há preocupação ambiental, com as derrubadas das florestas, com a apropriação da biodiversidade, e isso tudo durante o governo Lula.

Há também os transgênicos, estão trabalhando pra empurrá-los. E é uma política patrocinada pelo governo. Então, não há espaço para a reforma agrária.

Lula tem falado que fez a maior reforma agrária, mas o que ele fez foi regulamentação fundiária - que tem que ser feita também, mas não se trata de reforma agrária, porque não descentraliza a terra, não mexe na estrutura fundiária. Essa política de reforma agrária é só para evitar os conflitos. O governo federal quer fazer reforma agrária sem conflito, mas isso não existe, uma política de reforma agrária no Brasil, país que mais concentra terra no mundo, tem que ter ofensiva, tem que ter disputa pela terra. Isso que o governo faz é política paliativa, assistencialista, que não destrói o latifúndio, não democratiza, não descentraliza.

Os dirigentes e militantes do movimento sempre afirmam a sua autonomia frente aos governos, o que tem ficado evidente ao longo de sua atuação. Mas não acredita que, no atual momento, o movimento deva aprofundar seu enfrentamento com o atual governo em vista da postura que ele vem mantendo relativamente ao MST e à reforma agrária?

O MST sempre adotou a linha da autonomia, é um movimento social de caráter político, social, organizativo e até sindical. Durante o governo Lula, nós continuamos desempenhando nosso papel, hoje são quase 15 milhões de sem terra no Brasil. Então, além de organizar as famílias, de fazer a ação reivindicativa, o MST nunca fez tanta luta quanto nos últimos anos, pressionamos governos estaduais e federal, ocupamos o ministério da Fazenda. Nós trabalhamos na perspectiva da luta, da reivindicação e da negociação com o Estado. Então, achamos que temos que continuar com essa linha, pois, independente do governo, seja de esquerda, de centro, de direita, o capital é que determina a ação.

Que balanço o movimento faz das jornadas recém empreendidas nos estados? Qual é a efetividade das ocupações nos dias de hoje, quando se sabe que os latifúndios têm por trás de si exatamente o grande capital, como a Cargil, suscitando a necessidade de crítica e mudança do próprio modelo econômico, que privilegia o agronegócio?

O nosso balanço é positivo, por diversos aspectos. Seja pelos internos, por conta do avanço da organização, seja por termos conseguido pautar o governo, com uma pauta antiga nossa, com três pontos. O primeiro é a atualização dos índices de produtividade de terra, que era um compromisso do governo e nunca havia sido cumprido. O segundo é a liberação dos quase 50% de recursos contingenciados no INCRA, para suplementar 90 mil famílias acampadas no país. E o terceiro é o desenvolvimento dos assentamentos,

mil famílias assentadas ainda vivem em condições de acampadas, não receberam linhas de crédito, nenhuma infra-estrutura.

O governo se comprometeu a descontingenciar o orçamento, o que vai dar para assentar 15 mil famílias. Quanto à mudança dos índices de produtividade da terra, houve uma ação raivosa dos latifundiários e ruralistas [a questão ainda não havia sido definida no fechamento desta matéria], e o governo assumiu o compromisso de construir 280 escolas nos assentamentos. No geral, a jornada foi positiva, teve conquistas, por isso é que é necessário ter organização, mobilização e pressão.

Acredita que, por se sentir segura com a política para o campo, a elite rural tem aumentado sua violência?

Mais do que isso, os ruralistas têm tomado atitudes imorais, não têm agido só de maneira violenta, têm avançado muito nessa política de destruição ambiental, com a MP 458. Pelos dados do ministério do Trabalho, 2008 foi o ano no qual mais se encontrou trabalho escravo no Brasil, o que é uma vergonha. Com crise internacional e aqui os proprietários de terra têm todo esse poder e uma ação que é destrutiva pro conjunto da sociedade, não só para os trabalhadores. Eles [os ruralistas] se sentem mesmo muito à vontade.

Por exemplo, vemos nos dados da CPT [Comissão Pastoral da Terra] que os conflitos têm aumentado, a pobreza no campo tem aumentado, e não há política contundente que de fato enfrente esse tipo de ação do latifúndio.

A postura de criminalização do Estado brasileiro (ao menos em algumas partes, como se viu no RS) assusta o MST em relação ao futuro?

Se o Brasil não começar uma política séria de enfrentamento, não tiver política de punição, não só o MST deve ter medo, toda a sociedade vai sofrer. A violência no campo leva ao êxodo rural, desencadeia todo tipo de problema.

Que cenários o movimento vislumbra a partir da próxima eleição presidencial?

Esse é um tema que ainda não discutimos, mas hoje vemos a realidade do Brasil, o Lula que seria uma alternativa deu nisso. Teve avanços, mas tem um legado negativo. Então, qualquer cenário eleitoral tende a piorar a correlação de forças no próximo período.

### **Os tentáculos do agronegócio e a arte de ludibriar o povo - Por Gladstone Leonel da Silva – Sítio Eletrônico do MST - 8 de setembro de 2009**

O Poder proveniente dos setores ligados ao agronegócio, mais uma vez, reaparece perante a sociedade com toda a virulência que lhe é corriqueira. Bastou identificarem uma possibilidade de derrota na esfera política, que todos os “braços” e entidades ligadas ao setor rearticulam-se imediatamente. Estamos falando da atualização dos índices de produtividade, os quais deveriam ser revistos periodicamente, de acordo com a lei 8.629/93, mas por pressão do setor mais conservador do país, está estacionado com índices referentes a 1975.

Além do mais, podemos lembrar, que as organizações ligadas ao agronegócio não só atrasam a modificação dos índices de produtividade, como também emperram a votação da PEC responsável pela erradicação do trabalho escravo, apesar de não reclamarem, da pouco debatida e aprovada a toque de caixa, conhecida MP da Grilagem.

Os interesses deste grande setor são certamente responsáveis pela forma histórica de desenvolvimento econômico brasileiro. Uma história construída pela

indígena e do negro, baseada no monocultivo predador voltado basicamente para exportação, sendo conhecida em determinado período como plantation. Realidade, que na época contava com a desinformação popular e repressão a qualquer tipo de resistência a algum modelo não só de agricultura, como de sociedade diferente do vigente. Relembremos exemplos clássicos, como o destino de movimentos considerados à época pejorativamente rebeldes, pelas forças constituídas, a exemplo de Canudos ou do Quilombo dos Palmares, os quais contrariavam a política vigente em diversos aspectos, inclusive na busca pela auto-suficiência agrícola.

Hoje, a realidade do campo brasileiro constituiu-se, nada mais nada menos, da mesma estrutura latifundiária, só que agora não só na mão dos grandes fazendeiros, mas também das multinacionais, dependente ainda do suor e do sangue do bóia-fria, que em grande escala ainda trabalha em precárias condições, quando não é utilizada mão-de-obra análoga à escrava, preponderando ainda as áreas de monocultivo para exportação sendo focado sempre o mercado e as divisas arrecadadas frente aos anseios ambientais e as necessidades alimentares do povo brasileiro.

Tendo por base toda esta estrutura histórica, a força dos setores ligados ao agronegócio espalha-se por todas as esferas de poder, impedindo que qualquer tipo de medida progressista possibilite algum avanço que progrida para uma política de reforma agrária. Isto poderia significar, perda do poder real deste setor e conseqüentemente diminuição do seu poder de pressão diante do Estado e na sociedade civil. Assim, eles buscam de todas as formas enganar o povo utilizando-se da bancada que possuem no Congresso Nacional, fazendo pressão para que a portaria que atualiza os índices não seja assinada, como ocorreu, ou através de suas influências nos meios de comunicação focam tanto na mídia televisiva quanto na mídia escrita, soltando matérias já debatidas em outros períodos com o propósito de criminalizarem e deslegitimarem a ação dos movimentos sociais perante a opinião pública, em um momento de vitória dos trabalhadores como foi colocar o debate dos índices na pauta política.

Logo, não nos enganemos! Por trás do já discutido repasse de verbas recebidas, sobretudo, para qualificação profissional dos trabalhadores e estruturação de acampamentos e assentamentos de reforma agrária, que estão muito aquém dos valores angariados pelo setor do agronegócio, utilizados, principalmente, para arrolamento de dívidas bilionárias, está em jogo uma brecha de avanço do poder popular. Avanço observado no resultado da luta social realizada, que significaria muito pouco caso inexistia vontade política para vistoria de áreas possivelmente improdutivas, mesmo se a modificação dos índices tivessem ocorrido. No entanto, pode caracterizar o reinício do fortalecimento das organizações ligadas aos trabalhadores do campo, que através de uma Jornada de Lutas chamou a atenção da população e dos poderes constituídos sobre a importância de até agora, só cumprir o estabelecido em lei, atualizando o índice de produtividade e realizando a Reforma Agrária.

Mais uma vez na história, a força do agronegócio tenta impedir avanços sociais e populares, utilizando-se dos variados meios que possuem para tapar este avanço gerador do debate que cobrou a atualização dos índices. Resta saber até quando o povo continuará sendo engolido pela repetida roda da história. O avanço da luta dirá!

\* *Gladstone Leonel da Silva Júnior é mestrando em Direito Agrário pela UNESP (Universidade Estadual Paulista), advogado e militante da Consulta Popular.*

**Só demarca Quem é dono** – CíceroAlvesdaCosta – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/09/2009

Ocupação indígena pretérita, direito congênito e originário, dívida histórica social, direito de retomada de terras, etc., são alguns dos argumentos falaciosos que o órgão federal de assistência ao índio utiliza para instruir procedimento pelo qual demarca administrativamente terras particulares, de propriedade particular, em favor de indígenas. O expediente vem atormentando os proprietários rurais em todos os rincões do País e desafiando a segurança jurídica e o Estado de Direito.

Bem por isso é que, estudando o capítulo da Constituição federal que trata do direito “Dos Índios”, fica evidente a ilegalidade administrativa por manifesta ausência de legitimidade ativa do órgão federal de assistência ao índio quando instrui procedimento para demarcar terras particulares, de propriedade alheia.

Para chegar a essa conclusão basta verificar que a Constituição federal diz que compete à União demarcar as terras indígenas. Diz que as terras indígenas são identificadas pela habitação (presente) indígena.

Diz que as terras indígenas são públicas porque são bens da União.

Aliás, muito antes da promulgação da Constituição federal vigente, o Estatuto do Índio, lei especial promulgada no ano de 1973, já definia que indígenas são as terras ocupadas ou habitadas pelos índios.

E não é só. O mesmo regulamento já trazia em seu bojo que a demarcação das terras indígenas deve ser realizada “por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio”.

Logo, a Constituição federal apenas ratificou a competência da União para demarcar as suas próprias terras indígenas.

Na prática, por força de lei, a legitimidade ativa no procedimento administrativo é do órgão federal de assistência ao índio.

Ressalte-se que é o ordenamento processual civil que prevê que a legitimidade ativa na demarcação de terras é exclusiva do proprietário. Nesse ponto a jurisprudência pátria é uníssona: “É pressuposto essencial para a propositura da ação demarcatória que seja o autor proprietário do imóvel demarcando.”

Em resumo, a demarcação de terras particulares é competência do respectivo proprietário e se realiza por iniciativa dele e por meio do Poder Judiciário.

Já a demarcação das terras públicas indígenas é competência da União Federal e se realiza administrativamente por portaria do ministro da Justiça e decreto do presidente da República.

Registre-se um outro dado importante. A natureza jurídica da demarcação de terras particulares resume-se a obrigar o vizinho a estreimar divisas, fixar novos limites ou aviventar os já apagados. Já a demarcação indígena tem efeito declaratório do domínio da União sobre as terras que demarca.

Daí por que afirmar que a demarcação indígena em terras particulares se traduz em confisco da propriedade particular.

Portanto, até aqui já se sabe que a habitação indígena presente é o elemento primeiro que identifica as terras indígenas.

Sabe-se a quem elas pertencem. Que são bens públicos.

A quem cabe demarcá-las.

E qual é o instrumento legal para demarcá-las. Sabe-se, também, que a legitimidade ativa na demarcação de terras é do proprietário e que a demarcação de



Diante dessas questões legais, como é que o órgão federal de assistência ao índio se arroga o direito de instruir procedimento de demarcação de terras públicas indígenas contra terras de propriedade particular?

Ou de demarcar terras de propriedade de terceiros? Ou de transformar com a demarcação indígena o domínio particular em domínio público da União? Ora, a lei não tergiversa. O órgão federal de assistência ao índio só pode demarcar as terras (públicas) da União habitadas pelos índios. É bem por isso que a decisão recente do Supremo Tribunal Federal no caso Raposa-Serra do Sol proíbe a ampliação das reservas indígenas já demarcadas.

Com isso fica evidenciado que a demarcação indígena, quando é manejada contra terras particulares, de propriedade particular, e como meio de aquisição da propriedade imóvel de terceiros, ofende o princípio da legitimidade. Ofende o direito alheio de propriedade, o devido processo legal e o controle do poder jurisdicional. Fica evidente que o órgão federal de assistência ao índio, quando utiliza o decreto e o procedimento demarcatório – que são próprios para demarcar as terras indígenas da União – contra terras particulares, de propriedade particular, ou de terceiros, pratica ato administrativo ilícito derivado de desvio de poder. A demarcação indígena contra terras particulares, de propriedade particular, ou de terceiros, materializa vício insanável de ilegalidade administrativa.

Apenas para argumentar, indaga-se: diante de vícios insanáveis, que força possui o poder de polícia ou o poder discricionário para legitimar que o órgão federal de assistência ao índio vistorie e realize estudos antropológicos em terras particulares, de propriedade particular? Ou que legitimidade possui o instituto da posse indígena pretérita para fundamentar procedimento de demarcação indígena contra terras particulares?

Ou, ainda, que legitimidade possui o § 6º, do artigo 231 da Constituição federal de 1988, para garantir que o órgão federal de assistência ao índio anule *de officio* títulos de propriedade particular?

Bem por isso é forçoso afirmar: só a manifesta ausência de legitimidade ativa já é elemento suficiente para desnudar a nulidade insanável que representa o ato administrativo do órgão federal de assistência ao índio de demarcar terras particulares, de propriedade particular, e de terceiros, que o Poder Judiciário federal e os tribunais superiores não enxergam. Infelizmente!

**Acordo deve permitir mudança no Código Florestal** – João Domingos e Célia Froufe  
- Estado de São Paulo – Vida & - 09/09/2009

Stephanes(Agricultura)eCarlosMinc (Meio Ambiente) iniciaram uma tregua que pode render ate o fim do mes um acordo para mudar o Codigo Florestal.

Com isso, produtores rurais que estao na ilegalidade poderão trabalhar de acordo com a lei. Alem de Stephanes eMinc, participam do grupo que busca o acordo a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro do Desenvolvimento Agrario, Guilherme Cassel. Econsenso entre as partes a permissao do plantio de cafe, maca, uva emate nos morros e encostas, a soma das areas de protecao permanente (margensderios) paraacomposicao dareservaflorestalempropriedades de ate 150 hectares, alem de compensacoes ambientais namesmabaciaenomesmobioma, o que eumanovidade entre ospontosnegociadosateagora.

Nessa compensação, um grupo de cinco, dez ou mais fazendeiros poderá comprar uma floresta que some o total da reserva que deveriam ter em suas propriedades. “É uma mudança significativa porque hoje a compensação só pode ser feita na mesma microbacia”, disse Minc ao **Estado**.

Ele e Stephanes concordam que o uso das áreas de proteção permanente para formar a reserva legal só deve se dar em propriedades de até 150 hectares.

“Isso não ameaça a mata atlântica. Mas numa área de 150 mil hectares aumentara o desmatamento. Isso não será permitido”, afirmou Minc.

“Queremos simplificar, acabar com as exigências burocráticas descabidas”, afirmou.

#### UMA ÚNICA LEI

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), assinou ontem ato que cria uma comissão especial para unificar um único projeto de lei, até 11 de dezembro, todas as propostas de legislação florestal ou ambiental em tramitação. Existem no Congresso 392 projetos sobre o tema. “São dezenas de projetos, que levariam anos para serem apreciados. Precisamos editar normas que pacifiquem de uma vez a questão ambiental”, disse. Ele afirmou que se o governo mandar uma proposta de mudança do Código Ambiental para a Câmara, ela deverá ser analisada pela nova comissão especial. ●

### **MDA, Incra e Ouvidoria Agrária participam de audiência na Câmara dos Deputados – Sítio Eletrônico do MDA - 09/09/2009**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, o ouvidor agrário nacional, Gercino da Silva Filho, e o secretário adjunto de regularização fundiária da Amazônia Legal, Carlos Guedes, apresentaram nesta quarta-feira (09), um balanço das políticas públicas de desenvolvimento rural e reforma agrária, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF).

Durante a audiência, foram esclarecidas questões relativas aos projetos de assentamento e sobre conflitos agrários no país, especificamente no Pará. O ministro Cassel apresentou um balanço sobre as iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Incra.

“Com os últimos 40 anos de industrialização e urbanização acelerada, o rural virou resíduo do urbano. A legislação brasileira define o rural por exclusão. Isto dá uma idéia de como tem sido tratada a questão do desenvolvimento rural no País. Temos que superar esta visão e está cada dia mais claro que temos duas agriculturas com muita capacidade produtiva e com capacidade de incorporar tecnologia e de trabalharem de forma complementar”, disse o ministro.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, ressaltou as dificuldades que os assentamentos encontram para se tornarem sustentáveis e viáveis social e economicamente. “As pessoas precisam entender que o assentamento é uma comunidade em formação e que o começo dos assentamentos é sempre muito difícil”, disse.

Já o ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino da Silva Filho, elencou uma série de iniciativas como o Paz no Campo, que criou Varas Agrárias Especializadas que reduziram em 30% os conflitos agrários em todo o Brasil. “A prova maior de que esta especialização tem fundamento concreto é a resolução recente do presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, que entende que as medidas são fundamentais para resolver as questões agrárias”, disse.

## **Conflitos**

## **agrários**

Questionado sobre os conflitos agrários no Sudoeste do Pará pelo deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA), o ouvidor agrário nacional ressaltou que as iniciativas tomadas pela Ouvidoria, como a adoção do manual de procedimento da Ouvidoria Agrária, em parceria com as polícias militares dos estados, evitaram a morte em conflitos na região.

“Nos estados onde o manual foi adotado não foi ainda constatada nenhuma morte” disse o ouvidor. O desembargador Gercino recebeu ainda o vídeo apresentado pelo deputado denunciando supostos membros de movimentos sociais que utilizavam armas em acampamentos e fazendas.

Cassel ressaltou que os fatos apurados na desocupação da fazenda Southall em São Gabriel (RS) são da maior gravidade. “Além de um assassinato pelas costas, há denúncias de que crianças e mulheres foram torturadas.

O tema está sendo avaliado pela Ouvidoria Agrária e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O importante é que se esclareçam os fatos. Tem coisas absolutamente estranhas e inadmissíveis. Apesar de a Brigada Militar ter identificado o assassino, ninguém sabe quem é. Este assunto interessa a todo Brasil e o nome do culpado ainda não foi divulgado”, disse o ministro.

## **Índices**

## **de**

## **Produtividade**

Perguntado sobre a revisão dos índices de produtividade, o ministro do Desenvolvimento Agrário disse que a questão deve ser técnica, sem viés ideológico.

“Conversei ontem com o ministro Reinhold Stephanes (do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA) e estamos seguindo a determinação do Presidente Lula de encaminhar os índices de produtividade elaborados pela equipe do MDA e do MAPA e temos acordo técnico sobre isso. O ministro Stephanes tem uma discordância quanto à oportunidade de fazer esta revisão. Ele deve tratar isso como o presidente da República, que, em última instância, é quem resolve este assunto”, disse Cassel.

**Kátia Abreu reforça defesa pelo fim dos índices de produtividade no campo – Sítio eletrônico da CNA – 10/09/2009**

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu, reforçou a defesa pelo fim da cobrança de índices de produtividade no campo. Em conversa com jornalistas, ela lembrou que a agropecuária é o único setor produtivo

o governo estabelece pode perder suas terras para a reforma agrária. Ou seja, é preciso produzir, mesmo com prejuízo. A presidente da defendeu que essa exigência tem que acabar. A posição foi apresentada em conversa com jornalistas, nesta quinta-feira (10/09) no Congresso Nacional.

“Essa exclusividade de ser o único setor que tem índices de produtividade nós dispensamos. Não conhecemos índices de produtividade na indústria brasileira quando ela diminui a sua produção por conta de uma crise. Não conhecemos [índices de produtividade] nos serviços ou no comércio. Imagine se fossemos colocar índices de produtividade nos ministros do Brasil, nas votações do Congresso Nacional. Essa exclusividade nós não aceitamos. Não queremos ser atingidos e punidos por sermos eficientes.”, criticou a presidente da CNA.

Kátia Abreu criticou as recentes discussões fomentadas pelo governo sobre a possibilidade de aumentar os índices de produtividade no campo. A presidente da CNA destacou que é contra os índices, quaisquer que sejam. Ela destacou que esse critério "obriga o produtor a produzir de qualquer jeito", mesmo em um cenário de crise e de baixa demanda, obrigando o produtor perder recursos ao trabalhar. A presidente da Confederação citou como exemplo a cultura do milho, produto que enfrenta sua pior cotação nos últimos 20 anos. “Se uma questão estratégica impõe essa redução, pois os estoques estão abarrotados de milho, nós não temos esse direito de reduzir a oferta. Somos obrigados a produzir prejuízos no Brasil. O setor agropecuário é punido e tratado dessa forma.”, completou.

“A CNA sempre se manifestou contrária aos índices de produtividade por princípio. Não estamos discutindo se aumentamos ou diminuimos a produtividade. Não nos interessa os números a serem modificados. O que interessa é não aceitar que o setor agropecuário brasileiro seja tratado com preconceito.”, destacou a senadora na conversa com jornalistas.

A presidente da CNA explicou que o setor rural é responsável por um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, um terço dos empregos e gera saldo positivo na balança comercial. Segundo Kátia Abreu, esses fatores precisam ser considerados nas decisões do governo, para que o campo não seja prejudicado com a adoção de medidas que gerem efeitos negativos sobre um setor extremamente saudável da economia.

Segundo Kátia Abreu, não é correto que a discussão sobre o aumento dos índices de produtividade tenha sido movida a partir de pressões do MST. “Não vamos admitir que um movimento sem regularidade possa ter voz e voto e força junto ao Palácio do Planalto e o presidente Lula. Não podemos admitir que meia dúzia de criminosos e baderneiros prejudiquem o agronegócio.”, criticou a senadora.

### **“Os juízes tem promovido a paz no campo”, diz Kátia Abreu na comemoração de 60 anos da AMB – Sítio Eletrônico da CNA – 10/09/2009**

Na manhã desta quinta-feira (10/09), o Senado Federal abriu sessão especial para comemoração dos 60 anos da criação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Em um Plenário lotado de autoridades, o presidente da Casa, o senador José Sarney, endereçou suas homenagens aos juízes, magistrados e advogados "que zelam pelo cumprimento das leis e pela defesa dos direitos da sociedade", rememorando a trajetória da associação ao longo dessas seis décadas.

Após a abertura da sessão, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), primeira

esforços para a construção de um Poder Judiciário "cada vez mais forte, independente, imparcial, combativo e eficiente". A senadora destacou ainda "a firmeza" do Judiciário na garantia da propriedade privada, especialmente no campo. "A bem da verdade, se não fossem os senhores, em certas regiões do país já se teria instalado uma guerra civil. São os juízes que, nas suas comarcas, tem promovido a paz no campo, tão necessária ao produtor rural", garantiu Kátia Abreu.

Para a parlamentar, o Judiciário está sendo o fiel da balança diante das crises pelas quais o país atravessa, já que, notou, resolve conflitos de interesses das mais variadas ordens.

Kátia Abreu também colocou em relevo o 20º Congresso Brasileiro de Magistrados, a ser realizado em outubro, no qual será abordada a gestão democrática do Poder Judiciário. Segundo ela, a AMB pretende identificar as principais dificuldades no funcionamento da Justiça e discutir soluções que assegurem à sociedade uma prestação jurisdicional de excelência.

Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB

Fundada no dia 10 de setembro de 1949, a entidade tem como objetivo defender garantias e direitos dos magistrados, fortalecer o Poder Judiciário e promover valores do estado democrático de direito. A AMB representa 13.726 juízes estaduais, federais, trabalhistas e militares, e congrega 36 associações regionais, sendo 27 de juízes estaduais, sete de trabalhistas e duas de militares. Além do presidente, da diretoria e das coordenadorias, a AMB conta com 11 vice-presidentes em seu corpo diretivo. O juiz Mozart Valadares, de Pernambuco, é o atual presidente da entidade, eleito para o período de 2008 a 2010.

**MST intensifica invasões no Sul após morte de sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 10/09/2009**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

Após a morte de um sem-terra em agosto, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) intensificou as invasões no Rio Grande do Sul. Em menos de 36 horas, cerca de 800 pessoas promoveram duas invasões. A primeira foi na sede do Incra Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Porto Alegre, invadido anteontem e que continua em poder do MST. Cerca de 400 sem-terra estão no prédio e os 350 servidores foram dispensados. A segunda invasão ocorreu na tarde de ontem na fazenda Antoniazzi, em São Gabriel (321 km da capital). Cerca de 450 trabalhadores montaram acampamento na área, que tem 7.000 hectares.

O grupo que invadiu a Antoniazzi é o mesmo que havia invadido a fazenda Southall em agosto, quando o sem-terra Elton Brum da Silva foi morto, baleado durante desocupação pela Brigada Militar, também em São Gabriel. "A morte do nosso companheiro não alterou a nossa jornada, pois o governo insiste em não mexer nos índices de produtividade e ainda recuou na criação do assentamento para 400 famílias na Antoniazzi", disse Cedenir de Oliveira, um dos líderes do MST no

"O MST criou um impasse. Não negociamos com eles lá dentro [da sede]", disse o superintendente do Incra-RS, Mozar Dietrich. Acrescentou que a desistência da compra da Antoniazzi é "irreversível" por causa de ações movidas por herdeiros.

### **Kátia Abreu faz discurso inflamado ameaçando MST – Sítio Eletrônico do MST - 10 de setembro de 2009**

A presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a senadora Kátia Abreu (DEM), declarou que os grandes produtores são “pessoas humildes, mas não fracas”. A frase foi dirigida ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Kátia Abreu, representante da bancada ruralista no congresso, discursou na cerimônia de inauguração da feira de agronegócio Expointer 2009, em Esteio (RS).

“Quero dizer a esses senhores do MST que nós produtores somos pessoas humildes, mas não somos fracos. Estamos esperando a proteção do Estado brasileiro, mas não nos furtaremos de praticar o artigo 1.210, parágrafo primeiro, do Código Civil Brasileiro, que permite a legítima defesa da posse”, ameaçou a senadora diante de autoridades, produtores e visitantes da feira agropecuária.

O jurista Hélio Bicudo, reconhecido por apoiar a luta travada pelos direitos humanos, discorda da posição da senadora. Para ele, o MST possui uma luta legítima pela realização da reforma agrária.

“O MST é o único movimento verdadeiramente popular no Brasil e que não luta pela posse da terra, mas pela terra enquanto complemento da vida do homem. Já faz algum tempo que o MST vem criando autonomia e não contando mais com o governo para a realização desta grande reforma.”

Hélio também comenta a declaração da senadora, que disse que caso o Estado não cumpra a proteção à posse, recorrerá a um artigo da Constituição que garante que o proprietário use força própria, caso tenha receio de violência em protestos pela terra.

“Os direitos sociais estão acima dos direitos individuais. Naturalmente, as pessoas que buscam a terra são consideradas vítimas do capitalismo e do Estado brasileiro e, sendo vítimas, elas tem preferência na interpretação de todas as leis.”

Recentemente, Kátia Abreu foi uma das vencedoras do Prêmio Parlamentares Inimigos da Amazônia 2009. O prêmio lista os senadores e deputados federais envolvidos com a destruição da Amazônia.

### **A crise e o assalariamento temporário do agronegócio – sítio Eletrônico do MST - 10 de setembro de 2009**

Os fazendeiros do agronegócio são muito espertos, ou melhor, oportunistas, do ponto de vista político. Quando se trata de barganhar vantagens, dizem que são os sustentáculos do país, os maiores produtores e exportadores. Na hora de saldar suas dívidas aos bancos públicos, alegam que estão em crise, que a agricultura está pagando com o custo da crise internacional, que o governo não pode atualizar os índices que medem a produtividade de suas fazendas.

Sua postura em relação ao trabalho na agricultura tem sido a mesma. Quando se trata de jogar com a opinião pública alegam que dão muito emprego, que sustentam os

trabalhadores rurais, contratados de várias modalidades. Há alguns que são moradores antigos e usam sistemas de parcerias ou arrendamento. Mas essa é uma forma residual, insignificante. Outros, uma parcela também pequena, são os assalariados permanentes: gente que mora na fazenda - em geral os melhores profissionais de cujo trabalho os fazendeiros necessitam o ano todo - como capatazes, tratoristas, gerentes e técnicos. E há a imensa maioria de trabalhadores da agricultura empresarial, os assalariados temporários. Em geral, possuem trabalho apenas seis meses ao ano.

O período entre janeiro e julho é o de maior trabalho para o assalariado rural no país. Estima-se que a maioria dos trabalhadores temporários não tenham registro em carteira e, portanto, nenhum direito social assegurado. Mas, na área da cana, laranja, frutas, soja (em que há uma fiscalização maior do poder público), os fazendeiros se obrigam a registrar em carteira mesmo os trabalhadores temporários que trabalham apenas de 4 a 6 meses por ano, são dispensados e re-contratados no outro ano. Até que isso aconteça, amargam um desemprego sazonal, enquanto os fazendeiros ficam com o resultado de seu trabalho.

Depois que eclodiu a crise internacional do capitalismo, a partir de meados do ano passado, foram publicados vários artigos na imprensa brasileira e comentários de dirigentes de fazendeiros sobre suas conseqüências na agricultura. O oportunismo predominou, sempre com argumentos para proteger os interesses dos fazendeiros, nunca os dos trabalhadores. Alguns amplificaram a crise sobre a agricultura e outros a desdenharam - como se os fazendeiros brasileiros tivessem a capacidade de superá-la, independente do sistema, graças apenas à sua sabedoria, esperteza e capacidade empresarial.

Agora, acaba de ser publicado um importante estudo, feito por técnicos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos) que pesquisam o tema do assalariamento rural dentro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O estudo é revelador da gravidade da crise para os trabalhadores assalariados temporários na agricultura. Vamos aos dados. Na safra de 2007, os fazendeiros contrataram, em janeiro, 1,3 milhões de trabalhadores; em junho, dispensaram 1,2 milhão - ficaram apenas com uma parcela residual. Em janeiro 2008, o nível de contratação aumentou para 1,4 milhões e a dispensa em junho foi de 1,3 milhões. Veio a crise em meados de 2008 e, em janeiro de 2009, os fazendeiros contrataram apenas 714 mil trabalhadores. Ou seja, uma taxa de desocupação de 50% em relação à safra anterior. Em junho de 2009, dispensaram 585 mil desses trabalhadores. Assim, os trabalhadores assalariados temporários, com registro em carteira, amargaram um desemprego de 50%. Essa foi a maneira de os fazendeiros enfrentarem a crise: compraram mais máquinas e dispensaram as pessoas. Ou reduziram o plantio?

Analisando os dados por estado, percebe-se que o movimento de desemprego atingiu todas as unidades da federação. No caso de Pernambuco, o desemprego chegou a 70%. O mesmo movimento se percebe analisando por produto. A cana-de-açúcar - a maior empregadora de trabalho temporário, em especial para a colheita - costumava empregar em todo país cerca de 270 mil trabalhadores por safra. A partir de janeiro de 2009, foram empregados apenas 150 mil trabalhadores.

No caso da pecuária de corte, extensiva, que ocupa a maior parte de nossas terras (em torno de 200 milhões de hectares), é também o setor em que os fazendeiros se mostram mais conversadores, atrasados e reacionários. Grande parte deles “conquistou” suas fazendas na base da força, invadindo terras públicas e de povos indígenas. Foi este

2009 contratou apenas 114 mil trabalhadores assalariados temporários. Cinco meses depois, demitiu 110 mil.

A taxa de desemprego em relação a 2008 foi de 50%, e o nível de ocupação da mão-de-obra, em função de suas características extensivas, resulta numa taxa de ocupação risível. Os estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso (tidos como os líderes da produção de gado bovino), contrataram ao redor de 10 mil trabalhadores em cada estado. Níveis parecidos com os de contratação de apenas uma grande fábrica nos centros urbanos. Para piorar, no meio do ano, desempregam esses poucos trabalhadores.

As péssimas condições de vida e de trabalho destas pessoas também aparecem nos dados, contrastando com o discurso “progressista” dos fazendeiros. Cerca de 83% de todos os assalariados rurais do país ganham até 1,5 salários mínimos, ou seja, até R\$ 700. Cerca de 28% deles, menos que um salário mínimo, abaixo do permitido pela lei. Somente 2% dos trabalhadores ganham mais que 2 salários mínimos. O salário médio de toda categoria é de R\$ 569,46, cerca de 69% desses trabalhadores têm até a 4ª série do ensino primário, e só 9% têm ensino médio completo!

Essa é a triste realidade do campo brasileiro. O estudo “ O mercado de trabalho formal rural” se baseou em dados oficiais fornecidos pelos fazendeiros ao Ministério do trabalho.

Veja as principais tabelas em anexo.

### **Setor de comunicação do MST**

**O escândalo dos agrocarburentes nos países do Sul** - François Houtart – Sítio eletrônico do MST - 10 de setembro de 2009

Tradução: ADITAL

A ideia de estender o cultivo dos agrocarburentes no mundo e particularmente nos países do Sul é desastrosa; faz parte de uma perspectiva global de solução à crise energética. Nos próximos 50 anos, teremos que mudar de ciclo energético, passando da energia fóssil, que é cada vez mais rara, para outras fontes de energia. Em curto prazo, é mais fácil utilizar o que é imediatamente rentável, isto é, os agrocarburentes. À medida que se desenvolve a crise financeira e econômica, ao serem reduzidas as possibilidades de investimento e ao esperar lucros rápidos, essa solução parece ser a mais requerida.

Como sempre, em um projeto capitalista, ignora-se o que os economistas chamam as externalidades, isto é, o que não entra no cálculo do mercado; para o caso que expomos, significam os danos ecológicos e sociais. Para contribuir com um percentual entre 25 e 30% da demanda com vistas à solução da crise energética, terão que ser utilizados centenas de milhões de hectares de terras cultiváveis para a produção de agroenergia, em sua maior parte no Sul, já que o Norte não dispõe de superfície cultivável suficiente. Terão também, segundo estimativas, que expulsar de suas terras pelo menos 60 milhões de camponeses. O preço dessas "externalidades", não pago pelo capital, mas pela comunidade e pelos indivíduos, é espantoso.

Os agrocarburentes são produzidos sob forma de monocultivos, destruindo a biodiversidade e contaminando os solos e a água. Pessoalmente, caminhei quilômetros pelas plantações de Chocó, na Colômbia, e não vi nem uma ave, nem uma mariposa,



tais como fertilizantes e praguicidas. Frente à crise hídrica que afeta o planeta, a utilização de água para produzir etanol é irracional. De fato, para obter um litro de etanol a partir do milho, utiliza-se entre 1200 e 3400 litros de água. A cana de açúcar também necessita enormes quantidades de água. A contaminação dos solos e da água chega a níveis até agora jamais conhecidos, criando o fenômeno de "mar morto", nas desembocaduras dos rios (20 km<sup>2</sup> nas desembocaduras do Mississipi, em grande medida causada pela extensão do monocultivo de milho destinado ao etanol). A extensão dessas culturas acarreta uma destruição direta ou indireta (pelo deslocamento de outras atividades agrícolas ou pecuárias) dos bosques e selvas que são como poços de carbono por sua capacidade de absorção.

O impacto dos agrocarburentes sobre a crise alimentar tem sido comprovado. Não somente porque sua produção entra em conflito com a produção de alimentos, em um mundo onde, segundo a FAO, mais de um bilhão de pessoas sofrem com a fome; mas também porque tem sido um elemento importante da especulação sobre a produção de alimentos nos anos 2007 e 2008. Um informe do Banco Mundial afirma que nesses dois anos, 85% do aumento dos preços dos alimentos que empurrou mais de 100 milhões de pessoas para debaixo da linha da pobreza (o que significa fome), foram influenciados pelo desenvolvimento da agroenergia.

Por essa razão, Jean Ziegler, durante seu mandato como Relator Especial das Nações Unidas pelo Direito à Alimentação, qualificou os agrocarburentes de "crime contra a humanidade" e seu sucessor, o belga Oliver de Schutter, pediu uma moratória de 5 anos para sua produção.

A extensão do monocultivo também significa a expulsão de muitos camponeses de suas terras. Na maioria dos casos, isso se realiza através da estafa ou da violência. Em países como a Colômbia e a Indonésia, recorrem às Forças Armadas e aos paramilitares, que não duvidam em massacrar aos defensores recalcitrantes de suas terras. Milhares de comunidades autóctones na América Latina, na África e na Ásia são despossuídos de seu território ancestral. Dezenas de milhões de camponeses já foram desalojados, sobretudo no Sul, em função do desenvolvimento de um modo produtivista da produção agrícola e da concentração da propriedade da terra. O resultado de tudo isso é uma urbanização selvagem e uma pressão migratória tanto interna quanto internacional.

É necessário também registrar que o salário dos trabalhadores é bem baixo e as condições de trabalho geralmente são infrahumanas devido às exigências de produtividade. A saúde dos trabalhadores também é afetada gravemente. Durante a sessão do Tribunal Permanente dos Povos sobre as Empresas Multinacionais Europeias na América Latina, realizada paralelamente à Cúpula Europeia-Latinoamericana, em maio de 2008, em Lima (Peru), foram apresentados muitos casos de crianças com má formação devido à utilização de produtos químicos no monocultivo de banana, da soja, da cana de açúcar e de palmeiras.

Dizer que os agrocarburentes são uma solução para o clima também está na moda. É verdade que a combustão dos motores emite menos anidrido carbônico na atmosfera; porém, quando se considera o ciclo completo da produção, da transformação e da distribuição do produto, o balanço é mais atenuado. Em certos casos, converte-se em negativo em relação à energia fóssil.

Se os agrocarburentes não são uma solução para o clima, se não são de uma maneira marginal algo que mitigará a crise energética, e se eles acarretam graves consequências negativas, tanto sociais quanto ao meio ambiente, temos o direito de

eles aumentam de maneira considerável e rapidamente a taxa de lucro do capital. É por isso que as empresas multinacionais do petróleo, do automóvel, da química e do agronegócio se interessam pelo setor. Eles têm como sócios ao capital financeiro (George Soros, por exemplo), os empresários e os latifundiários locais, herdeiros da oligarquia rural. Então, a função real da agroenergia é, de fato, ajudar a uma parte do capital a sair da crise e manter ou, eventualmente, aumentar sua capacidade de acumulação. De fato, o processo agroenergético caracteriza-se por uma sobreexploração do trabalho, pela ignorância das externalidades, pela transferência de fundos públicos para o setor privado; tudo isso permitindo lucros rápidos. Porém, leva a uma hegemonia das companhias multinacionais e a uma nova forma de dependência do Sul em relação ao Norte; tudo isso apresentado com a imagem de benfeitores da humanidade, já que produzem "energia verde". No que concerne aos governos do Sul, eles veem aí uma fonte de divisas úteis para manter, entre outras coisas, o nível de consumo das classes privilegiadas.

Portanto, a solução é reduzir o consumo, sobretudo no Norte e investir em novas tecnologias (especialmente na solar). A agroenergia não é um mal em si e pode contribuir com soluções interessantes em âmbito local, sob a condição de respeitar a biodiversidade, a qualidade dos solos e da água, a soberania alimentar e a agricultura camponesa; isto é, ao contrário da lógica do capital. No Equador, o presidente Rafael Correa teve a coragem de deter a exploração do petróleo da reserva natural do Yasuni. Esperemos que os governos progressistas da América Latina, da África e da Ásia tenham a mesma firmeza. Resistir tanto no Norte quanto no Sul à pressão dos poderes econômicos é um problema político e ético. Portanto, denunciar o escândalo dos agrocarburentes no Sul constitui-se em um dever.

[Autor do livro "La Agroenergía-Solución para el clima o salida de crisis para el capital?", Ruth Casa Editorial E Ediciones Sociales La Habana, 2009].

\* Presidente do Conselho Administrativo do Centro Tricontinental (Lovaina a Nova). Secretário Exec. do Fórum Mundial de Alternativas. Repres. do Pres. da Assembleia Geral da ONU pela Reforma do Sistema Financeiro e Monetário

### **90% dos latifúndios do Mato Grosso são irregulares** – Sítio eletrônico do MST - 10 de setembro de 2009

O presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja), Glauber Silveira da Silva revelou que 90% dos produtores de Mato Grosso estarão irregulares e outros 50% poderão perder a propriedade a partir de 11 de dezembro deste ano, quando as sanções aos que não executam a legislação ambiental serão cumpridas. Esse é o prazo limite para os agricultores averbarem a Reserva Legal de suas propriedades.

Agindo de forma preventiva, entidades ruralistas entregaram nesta terça-feira (8/9) à Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA), um documento listando as principais reivindicações dos fazendeiros no que se refere à legislação ambiental. Na proposta, pedem tratamento igualitário com relação à reserva legal, consolidação das áreas de produção, entre outros.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Rui Prado, cobrou agilidade nos procedimentos de regularização ambiental das propriedades, já que o produtor leva muito tempo para conseguir a documentação e assim fica regular perante a lei. Já o presidente da Aprosoja, afirma que as medidas sugeridas pelo segmento têm de ser resolvidas a curto prazo, de forma descentralizada

O presidente do Sindicato Rural de Sinop - cidade brasileira que concentra uma das maiores produções de soja para exportação -, Antônio Galvan, diz que toda a situação ambiental enfrentada pelos agricultores mato-grossenses é decorrente de ações do próprio governo. Segundo ele, no passado os produtores foram estimulados a abrir áreas e a produzir, que a legislação ambiental foi mudando e quem estava regular passou a não estar conforme com a lei.

*As informações são do Amazônia.org*

### **Engavetada, PEC do Trabalho Escravo prevê punição a fazendeiros – Sítio Eletrônico do MST - 11 de setembro de 2009**

Uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) espera a aprovação desde 2001, mas ainda está engavetada. Conhecida como PEC do Trabalho Escravo, foi criada com o intuito de penalizar os proprietários rurais que usam trabalho escravo em suas terras. A pena seria a desapropriação da área para fins de reforma agrária. A medida espera a aprovação no Congresso Nacional.

O ambientalista e coordenador do portal EcoDebate, Henrique Cortez, observa que as medidas de sanções anteriores a esta proposta eram facilmente dribladas pelos proprietários rurais, visto que o trabalho era negociado por terceiros. Com a possível perda da propriedade, a medida poderia ser mais eficaz ao combate da escravidão.

“Essa é uma PEC que começou em 2001. Foi votada no Senado duas vezes e foi aprovada. Foi votada na Câmara dos Deputados - deveria ter sido votada duas vezes, mas foi votada apenas uma vez, sendo aprovada. Falta esta segunda votação. Só que isto está parado na gaveta do presidente da Câmara desde 2003. Eu acho que há uma grande omissão por parte do governo.”

Ele também defende o compromisso em listar as empresas que possuem denúncias de trabalho escravo - a “lista suja” do Ministério do Trabalho.

“Permite que o próprio governo conheça as empresas que estão envolvidas com trabalho escravo ou degradante, privando-as de investimento público e vantagens. Também permitem que outras empresas possam excluir dos seus catálogos de fornecedores estas empresas envolvidas com trabalho escravo.”

Desde que a lei que foi proposta, o Brasil já registrou a libertação de 26 mil trabalhadores em condições semelhantes à escravidão.

### **Novamente os índices de produtividade da agricultura – Plínio de Arruda Sampaio – MST - 11 de setembro de 2009**

A questão dos índices de produtividade revela a falácia da auto-proclamada eficiência do agronegócio. Se são de fato tão eficientes quanto proclamam, porque esse alarido todo em relação à atualização de índices construídos com base em estatísticas de 35 anos atrás?

Mas o agronegócio não só reclama como mente deslavadamente, afirmando que a atualização anunciada pelo ministro do desenvolvimento agrário consiste em aumento das exigências. De modo algum: atualizar é simplesmente adotar as atuais médias brasileiras de uso da terra e de eficiência nesse uso.

Para efeito de registro, convém assinalar aspectos importantes da divergência

a público anunciar que iria ser publicada a atualização (anúncio desnecessário se viesse logo a publicação da atualização); o segundo declarou com todas as letras que não tem condições políticas de contra-assinar a Instrução (prova evidente de que não é ministro da República, mas ministro do agronegócio).

Convém assinalar também que a atualização não se inscreve entre os atos de discricção administrativa dos ministros, mas em ato obrigatório, determinado pela lei.

Finalmente, cabe indagar qual é a posição do presidente nesse "imbróglio". Afinal, as tabelas atualizadas estão na mesa dele há nada menos que sete anos. Como é então que um ministro anuncia a medida, outro a contesta, e tudo volta à estaca zero?

Nestas alturas, depois dos transgênicos, da regularização do grilo amazônico, da estagnação das desapropriações e dos preitos de homenagem ao agronegócio, só se engana a respeito da posição de Lula no conflito agrário quem quiser.

A não publicação dos índices – desfecho provável da pendência – será mais um fato nessa lista de traições ao MST.

### **Ibama flagra desmate em assentamentos de GO – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 12/09/2009**

Fornos de carvão em área de cerrado são destruídos, e responsáveis, multados, podem perder terra de reforma agrária

BRASÍLIA. Na primeira operação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PP-Cerrado), lançado anteontem, o Ibama identificou crime ambiental em áreas de assentamentos da reforma agrária em Goiás, terceiro estado que mais destruiu o bioma.

Na presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, os fiscais demoliram seis fornos de carvão no assentamento Aranha, em Niquelândia.

Outros 17 fornos foram destruídos numa propriedade particular próxima. Eles eram abastecidos por madeira retirada pelos assentados. As carvoarias não tinham licença para operar e não tinham como provar a natureza legal da madeira nativa.

A operação marcou um novo estilo de tratar os desmatamentos em áreas de reforma agrária.

Depois da briga entre Minc e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, no ano passado, quando o Incra figurou como o maior desmatador da Amazônia, o Ibama, agora, atua junto com o órgão.

Os agentes ambientais não vão mais punir os assentamentos ou o próprio Incra. As multas vão direto para os assentados. Em caso de flagrante, correm o risco de exclusão definitiva dos programas de reforma agrária.

— Acabou a história de o Ibama autuar o Incra. Agora vamos autuar quem cometeu o crime, e o INCRA abre processo para que o criminoso perca sua parcela de terra — explicou Luciano Evaristo, diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

Desde que resolveu se aliar à agricultura familiar contra os grandes agropecuaristas na guerra contra mudanças no Código Florestal, Minc mudou o tom em relação aos assentamentos.

Ele alega que os novos projetos do Incra são mais ecológicos.

A principal crítica do ministro à velha fórmula é que, quando o assentado cumpria a legislação e preservava uma porcentagem de sua terra, essa reserva legal não se comunicava com a mantida pelo assentado vizinho.

Assim, formavam-se os chamados tabuleiros de xadrez, com pequenas áreas de vegetação nativa em meio à devastação.

— Os antigos assentamentos eram detonadores do meio ambiente.

Então, fizemos um acordo com o Incra para recuperar, na forma de corredor contínuo, áreas que foram destruídas no passado — disse Minc.

Na operação de ontem, além da derrubada dos fornos, o Ibama apreendeu um trator. Cerca de 58 mil metros lineares (enfileirados) de madeira nativa do cerrado foram doados para que o Incra delimite as reservas legais de 16 assentamentos nos arredores de Goiânia. O carvão era vendido para carvoarias legais

que vendem o produto ilegal para siderúrgicas do CentroOeste. O Ibama esperava destruir 300 fornos na região.

Joaquim Pereira, que ganhava em torno de R\$ 1.000 com a atividade, disse que o governo está certo, mas que não há outro trabalho para fazer ali, onde as fazendas são, em sua maioria, de gado de corte. Ele e Francisco Botelho arrendaram parte de uma fazenda e montaram quase duas dezenas de fornos. O primeiro foi multado em R\$ 4.500 e o segundo, em R\$ 4.000. Caso deixem de quitar a dívida, não conseguirão financiamentos.

— O governo devia trocar a derrubada do carvão por um emprego. Antes de derrubar deviam dar uma solução pra gente — reclamou Joaquim.

Carvoeiros alegam que não sabiam da possibilidade de receber R\$ 200 por mês para plantar mudas de árvores nativas para a recuperação de áreas degradadas, como anunciava Minc aos jornalistas durante a operação.

O programa, intitulado Bolsa Floresta, ainda não chegou no interior de Goiás.

— Nunca vieram me instruir.

Com o pobre acontece de tudo.

Seja o que Deus quiser — disse o assentado Joverson Souza

**Incra faz acordo com MST para proteger Lula em RR - Jailton de Carvalho e Luiza Damé – O Globo – O País – 14/09/2009**

Sem-terra fariam protesto contra presidente em Boa Vista

BOA VISTA. O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, teve que fazer um acordo de última hora, no início da noite de ontem, com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pequenos agricultores para evitar um protesto do grupo na primeira visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Roraima, hoje.

O acerto, que inclui repasse de verbas para as famílias assentadas, pode custar ainda o cargo do superintendente do Incra, Titonho Bezerra, indicado para o posto pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

No encontro de ontem, ficou acertado que Hackbart levará a proposta de exoneração de Titonho ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel e, se for o caso, também ao presidente Lula. O acordo, que deverá ser referendado hoje, garante a liberação de R\$ 18 mil para cada uma das famílias assentadas que até o momento não tiveram condições de iniciar a produção.

— O presidente ficou de assinar a ata e dar uma resposta sobre a demissão em 15 dias. Se ele assinar, não faremos protestos, como estava previsto — afirmou

Hackbart considerou bom o acordo, e disse que o Incri de Roraima, com um orçamento de R\$ 29 milhões, tem dinheiro suficiente: — Terra também não falta. O que falta é organizar o trabalho.

A comitiva presidencial, porém, pode ser surpreendida com outros protestos. Arrozeiros, empresários e até índios descontentes com a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol em terras contínuas estariam preparando uma manifestação contra Lula.

A demarcação da reserva, cercada de polêmica, é considerada a iniciativa mais ambiciosa do governo federal na área indígena desde a homologação do Parque Nacional do Xingu. Mas boa parte dos empresários e políticos locais, entre eles o governador José de Anchieta Júnior (PSDB), se opuseram à demarcação em terras contínuas.

A programação de Lula em Roraima, estado que visita pela primeira vez desde que assumiu a Presidência, é extensa. Entre outros eventos, o presidente participará da inauguração da reforma do Aeroporto Internacional de Boa Vista, obra de R\$ 9 milhões, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

### **Governo amplia restrição a estrangeiros na Amazônia** – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 15/09/2009

Pelo projeto, não brasileiros só poderão ter até 10% das terras das cidades da região

Texto, que visa fechar cerco à invasão estrangeira na área, tem de ser enviado para o Congresso e não altera limite de 25% para o resto do país. A soma de terras nas mãos de estrangeiros não poderá ultrapassar 10% das superfícies dos municípios da Amazônia Legal, segundo projeto de lei finalizado pelo governo e no aguardo do presidente Lula para ser enviado ao Congresso. Hoje o limite é de 25% em todo o país, inclusive na região amazônica. O novo limite valerá para a compra, por estrangeiros, de áreas rurais nos Estados do Norte, em Mato Grosso e em parte do Maranhão, que integram a Amazônia Legal. A proposta mantém para o restante do país os 25%. Por exemplo: num município paraense com área de 50 mil hectares, as propriedades de estrangeiros, somadas, não poderiam ultrapassar os 5.000 hectares (10%). Já num município paulista com a mesma dimensão, seria mantido o limite atual de 12.500 hectares (25%).

As restrições, listadas na minuta do projeto de lei obtida pela Folha, valem para três categorias: estrangeiro que vive no Brasil, pessoa jurídica estrangeira residente no país e pessoa jurídica brasileira controlada por capital estrangeiro. As limitações são a solução jurídica para, no papel, fechar o cerco à invasão estrangeira na Amazônia e, no discurso, falar em soberania nacional. A ideia do governo era ter encaminhado o projeto ao Congresso no final do ano passado. Mas, conforme a Folha antecipou em novembro, a chegada da crise econômica fez o presidente adiar o envio do texto, com receio de que a medida pudesse frear os investimentos estrangeiros no país. O petista quer encaminhá-lo ao Congresso ainda em seu governo. A restrição avança também nos investimentos individuais (pessoas físicas ou jurídicas) de estrangeiros. O

hectares (terras contínuas e não contínuas) para 1.500 hectares (contínua) e 3.000 hectares (não contínua). Segundo a atual legislação (lei de 1971), a terra do estrangeiro não pode ultrapassar 50 MEIs (Módulos de Exploração Indefinida), tanto em área contínua como não contínua. Cada MEI varia de 5 a 100 hectares, o que dá hoje ao estrangeiro um limite de 5.000 hectares.

Segundo o projeto de lei, no caso das contínuas o tamanho máximo permitido será de 15 módulos fiscais -unidade semelhante ao MEI e que varia de 5 a 110 hectares, de acordo com o desenvolvimento e a produtividade de cada município. Exemplo: um imóvel rural comprado por estrangeiro no Acre teria, em média, 1.420 hectares, contra 290 hectares no Rio Grande do Sul. No caso das não contínuas, o limite seria de 30 módulos. Terras de estrangeiros acima desse volume, apenas com autorização do Congresso. Nas faixas de fronteiras (com 150 km de extensão), a aquisição se daria só sob o crivo do Conselho de Defesa Nacional, órgão consultivo do presidente, integrado, entre outros, pelos ministros da Defesa e da Justiça, comandantes das Forças Armadas e presidentes de Câmara e Senado. Esse item não integra o projeto, já que uma PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre o tema está em discussão no Congresso. Hoje, no cadastro do Incra, os estrangeiros aparecem com um total de 3,6 milhões de hectares, distribuídos em 34.082 imóveis rurais. No governo, imagina-se que esse número esteja subestimado, por conta da prática do uso de laranjas. Outra medida incluída no texto é a criação de um conselho nacional de notários e registradores -forma de controlar os cartórios e forçá-los a relatar as compras por estrangeiros à União, prática fora de uso. Sem acordo entre ministérios, dois pontos ficaram fora do texto e terão de ser discutidos no Congresso: compra por cônjuge brasileiro casado com estrangeiro e autorização do Conselho de Defesa Nacional das compras na Amazônia.

**Projeto de lei limita venda de terras para estrangeiros** – Sítio eletrônico do MST - 15 de setembro de 2009

*Da Folha de S. Paulo*

A soma de terras nas mãos de estrangeiros não poderá ultrapassar 10% das superfícies dos municípios da Amazônia Legal, segundo projeto de lei finalizado pelo governo e no aguardo do presidente Lula para ser enviado ao Congresso. Hoje o limite é de 25% em todo o país, inclusive na região amazônica.

O novo limite valeria para a compra, por estrangeiros, de áreas rurais nos Estados do Norte, em Mato Grosso e em parte do Maranhão, que integram a Amazônia Legal. A proposta mantém para o restante do país os 25%.

Por exemplo: num município paraense com área de 50 mil hectares, as propriedades de estrangeiros, somadas, não poderiam ultrapassar os 5.000 hectares (10%). Já num município paulista com a mesma dimensão, seria mantido o limite atual de 12.500 hectares (25%).

As restrições valem para três categorias: estrangeiro que vive no Brasil, pessoa jurídica estrangeira residente no país e pessoa jurídica brasileira controlada por capital estrangeiro. As limitações são a solução jurídica para, no papel, fechar o cerco à invasão estrangeira na Amazônia e, no discurso, falar em soberania nacional.

O petista quer encaminhá-lo ao Congresso ainda em seu governo. A restrição

estrangeiros. O limite de propriedade individual a um estrangeiro na região cairia dos atuais 5.000 hectares (terras contínuas e não contínuas) para 1.500 hectares (contínua) e 3.000 hectares (não contínua).

Segundo a atual legislação (lei de 1971), a terra do estrangeiro não pode ultrapassar 50 MEIs (Módulos de Exploração Indefinida), tanto em área contínua como não contínua. Cada MEI varia de 5 a 100 hectares, o que dá hoje ao estrangeiro um limite de 5.000 hectares.

Segundo o projeto de lei, no caso das contínuas o tamanho máximo permitido será de 15 módulos fiscais -unidade semelhante ao MEI e que varia de 5 a 110 hectares, de acordo com o desenvolvimento e a produtividade de cada município. Exemplo: um imóvel rural comprado por estrangeiro no Acre teria, em média, 1.420 hectares, contra 290 hectares no Rio Grande do Sul.

No caso das não contínuas, o limite seria de 30 módulos. Terras de estrangeiros acima desse volume, apenas com autorização do Congresso.

Nas faixas de fronteiras (com 150 km de extensão), a aquisição se daria só sob o crivo do Conselho de Defesa Nacional, órgão consultivo do presidente, integrado, entre outros, pelos ministros da Defesa e da Justiça, comandantes das Forças Armadas e presidentes de Câmara e Senado. Esse item não integra o projeto, já que uma PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre o tema está em discussão no Congresso.

Hoje, no cadastro do Incra, os estrangeiros aparecem com um total de 3,6 milhões de hectares, distribuídos em 34.082 imóveis rurais. No governo, imagina-se que esse número esteja subestimado, por conta da prática do uso de laranjas. Outra medida incluída no texto é a criação de um conselho nacional de notários e registradores -forma de controlar os cartórios e forçá-los a relatar as compras por estrangeiros à União, prática fora de uso.

Sem acordo entre ministérios, dois pontos ficaram fora do texto e terão de ser discutidos no Congresso: compra por cônjuge brasileiro casado com estrangeiro e autorização do Conselho de Defesa Nacional das compras na Amazônia.

**Brasil: acumulação do capital está diretamente ligada à terra – Sítio Eletrônico do MST - 14 de setembro de 2009**

“Quando a terra esta concentrada, o poder está concentrado. O Brasil não é um país pobre, é injusto, consequência dessa estrutura de poder”. De acordo com o Professor Doutor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carlos Walter Porto-Gonçalves, a realização da Reforma Agrária é fundamental para garantia da democracia no Brasil.

Para o Professor, no Brasil, a luta pela Reforma Agrária assume características essencialmente anti-capitalistas, diferente de muitos países que já realizaram a Reforma Agrária e destaca que a estrutura concentrada do poder e de terra no país tem suas origens na própria formação do Estado Brasileiro. “O Brasil conforma uma sociedade onde a estrutura de poder das oligarquias está extremamente ligada à estrutura de poder do estado. E, desde o início, a estrutura montada para a acumulação do capital está diretamente ligada a terra.”

Sobre o debate da Reforma Agrária na atualidade, o Professor Carlos Walter destaca a questão da territorialidade como um importante elemento para os movimentos sociais de luta pela terra. “Quando falamos que queremos ser reconhecidos pela nossa



territorialidade, não queremos só a terra, queremos um sentido determinado de estar na terra, queremos o respeito ao nosso modo específico de estar na terra”.

Em entrevista à Comissão Pastoral da Terra (CPT NE2), o Professor fala sobre a formação do Estado brasileiro, a importância do debate da territorialidade na luta pela terra, dos desafios e de novas perspectivas para o avanço da luta pela Reforma Agrária no país.

Confira, a seguir, a entrevista-documento:

Muitos países já realizaram a Reforma Agrária, seja pela Via Cepalina, seja pela revolucionária ou capitalista. Historicamente, no Brasil, a Reforma Agrária não aconteceu por nenhuma das vias. Quais são os elementos que impedem o avanço da pauta e a realização da Reforma Agrária no país?

A formação do Brasil é caracterizada por uma estrutura muito própria. A concentração fundiária é associada com a própria forma como o estado se organizou no país. O estado Português, então dono do território brasileiro, concedia Sesmarias aos filhos do Rei. Desde o início temos um processo cruel de formação da sociedade brasileira, e que vai ter a sua expressão na própria formação do território brasileiro, que é essa mancomunação entre as oligarquias e as próprias estruturas do poder. O estado português fazia a concessão da terra e investia nos sesmeiros, na prerrogativa de que ele [o sesmeiro], afirmando produtivamente sua sesmaria, afirmava também o controle social da metrópole portuguesa sobre o território. Assim, havia um objetivo político – o controle territorial – comandando a concessão das sesmarias. O sucesso econômico da sesmaria cumpria, assim, um objetivo político de controle territorial. O sesmeiro latifundiário era, desde o início um herói da conquista e, para isso, matar e desmatar foram seus instrumentos de controle territorial contra os índios e depois contra todos que não fossem fidalgos (palavra que deriva de “filhos d’alguém”). De modo que gerou essa oligarquia truculenta, violenta, que até hoje vem comandando o nosso país. O Brasil conforma uma sociedade onde a estrutura de poder das oligarquias está extremamente ligada à estrutura de poder do estado. E, desde o início, a estrutura montada para a acumulação do capital está diretamente ligada à terra. À época colonial, o Brasil já exportava a principal manufatura que circulava no mercado mundial: o açúcar. Ao contrário do que nos ensinaram nas escolas, o Brasil (assim como Cuba e Haiti) não exportava matérias primas e, sim, o açúcar, que era um produto manufaturado nos engenhos. Nossas oligarquias sempre foram modernas. A ideologia da modernização no Brasil “bem vale uma missa”, paródio Marx. Por tudo isso, a luta pela Reforma Agrária no Brasil acaba sendo uma luta anti-capitalista, uma luta que confronta o capital. Por isso tanta dificuldade de fazer a Reforma Agrária no Brasil.

É possível verificar essa violência histórica analisando os dados que a CPT colige todo ano. Por exemplo, no primeiro ano do governo Lula, em 2003, os índices de violência no campo aumentaram enormemente no Brasil. Os índices são comparáveis ao período da constituinte no final dos anos oitenta, quando a União Democrática Ruralista (UDR) atingiu seu auge. Naquele ano foram 73 assassinatos no país. Só no Pará foram 33. As elites partiram para a ofensiva, para a violência – seja pela milícia privada, seja pelo poder judiciário - temendo que Lula fizesse a Reforma Agrária. A violência naquele ano foi fruto da reação das oligarquias diante de um contexto que ela achava que seria favorável à Reforma Agrária. No período de debate da Constituinte, as elites partiram para violência no país inteiro porque achavam que se mexeria na estrutura da terra. Ou seja, nos anos em que a sociedade brasileira ousou ser mais democrática, foram os anos de maior violência no campo. Como Lula aderiu ao projeto agrário-

provoca a violência no Brasil não são os camponeses, não são os trabalhadores, é sempre uma violência protagonizada pelas oligarquias. Hoje, em pleno 2009, vivenciamos a mesma truculência de 500 anos atrás. Essa estrutura de poder profundamente desigual tem como base a concentração da propriedade da terra.

Como você avalia hoje a atuação do governo diante da Reforma Agrária?

Conversando com as pessoas que compõem o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra, elas dizem abertamente que o governo abandonou completamente a Reforma Agrária, e que está vivendo de apagar incêndio. Não precisa nem ser uma análise de alguém crítico ao governo. No Brasil, onde há mais demanda de terras é no Sudeste e Nordeste, entretanto, a maior parte dos assentamentos está na Amazônia. Há um descolamento entre a área onde há demanda de terra e onde o governo distribui a terra. Não há uma política de Reforma Agrária, no máximo, há uma política de colonização, o que acaba sendo o contrário da Reforma Agrária. E o Lula recebeu uma votação significativa, inclusive, pela sua trajetória política em defesa da Reforma Agrária. O Lula, até se eleger, jamais fez qualquer elogio ao agronegócio, ele jamais poderá alegar que já tinha simpatia pelo agronegócio antes de ser presidente. Ele acaba aderindo ao projeto das elites, das oligarquias, à lógica do agronegócio, e negando tudo o que ele disse ao longo de sua vida, ao contrário de FHC que fez no governo o que escreveu em seus livros (afinal, uma divergência importante de FHC com relação ao seu Mestre Florestan Fernandes é que em vez de romper com a dependência por meio da revolução democrático-socialista, como propunha Florestan, ele achava que deveria se aderir ao imperialismo como sócio subordinado. E foi isso que ele fez no seu governo).

Muitos dizem que a Reforma Agrária já não é mais necessária, que deveria ser feita nos anos 50, 60 quando o país estava se desenvolvendo. Muitos pensam que a Reforma Agrária está relacionada unicamente a questão econômica. A Reforma Agrária tem que ser vista, não como uma questão econômica, e sim como uma questão de democracia. Significa dizer que quando a terra está concentrada, o poder está concentrado. É claro que em um país que faz a distribuição de terras, a potencialidade e possibilidade da riqueza econômica também estará democratizada, mais isso seria uma consequência. O objetivo maior da Reforma Agrária é mexer na estrutura concentrada do poder. O Brasil não é um país pobre, é injusto, consequência dessa estrutura de poder. No Brasil, a Wolksvagem é proprietária de terra, assim como o Bradesco, o Itaú, o Daniel Dantas etc. E o que acontece nesses casos é que a terra fica improdutiva e serve apenas como moeda de troca pra receber financiamento (reserva de valor). Não sabemos se a Sadia ou a Perdigão são grupos agrários. Declarações do próprio presidente da Sadia afirmam que 80% dos lucros das empresas vêm do mercado financeiro, mas elas recebem financiamento do BNDES destinado à agricultura e com respaldo da sociedade. Para elas, o agro é só mais um negócio. É claro que se informarmos a sociedade brasileira que a Sadia, ou a Aracruz ou a Votorantim pedem dinheiro ao BNDES para simplesmente ganhar mais dinheiro no mercado financeiro elas não teriam o apoio que apregoam que o agronegócio tem. Mas elas dizem que é para produzir alimentos e aí saem abençoadas. Como se vê o agro é só um negócio!

Entre as experiências de Reforma Agrária, quais vêm se destacando e que poderiam ser um referencial pro Brasil?

Temos várias experiências de Reforma Agrária em curso no mundo. Cuba é um exemplo. O país hoje passa por uma Reforma Agrária dentro da Reforma Agrária. Lá, mesmo com realização da Reforma Agrária depois da Revolução, o monocultivo da

camponesa, de diversificação produtiva, de soberania alimentar e sustentabilidade. Agora, depois da queda da União Soviética, os cubanos estão vendo o valor da soberania alimentar e de encontrar um modelo agrícola e agrário em outras bases sociais e tecnológicas. Esse processo está sendo muito interessante. Também tem experiências importantes em curso na Bolívia, com um componente interessante que é o reconhecimento dos territórios indígenas. Na Bolívia, 62% da população falam línguas indígenas - Quéchuá, o Aimara e o Guarani. Estamos falando da maioria da população. Nesse país, em 1952, houve uma Reforma Agrária em que a esquerda dividiu os territórios comunitários indígenas em parcelas camponesas, porque achava que os índios representavam o atraso. Esse processo atual com Evo Morales à frente é uma Reforma Agrária que reconhece a territorialidade indígena e não tenta fatiá-la em propriedades camponesas. Essas questões obrigam a esquerda a repensar sua própria forma de pensar o mundo, muitas vezes marcadas por uma visão também colonial.

Mas uma coisa é importante ser dita: não existem modelos de Reforma Agrária passíveis de ser transferido, copiado para qualquer outro país. Os países têm suas especificidades. O Brasil, por exemplo, tem uma diversidade ecossistêmica muito grande. Não poderíamos pensar em um modelo único de Reforma Agrária sequer para todo o nosso país. Além do Brasil ter uma enorme diversidade biológica, temos também uma enorme diversidade de povos e de formações camponesas muito singulares (fundo de pasto, faxinais, o complexo seringueiro, os retireiros do Araguaia, as quebradeiras de coco de babaçu, etc...). No Brasil se fala mais de 180 línguas indígenas, isso implica uma diversidade cultural enorme, isso implica populações que embora sejam pequenas, ocupam territórios que são relevantes. Essas populações são patrimônios culturais da humanidade, tem o direito a viver da maneira que querem viver e de decidir o que de nossa cultura querem e não querem. A Reforma Agrária está sempre associada a um projeto nacional que tanto pode ser um projeto que quer negar tudo isso em nome do progresso (como é o caso do agronegócio), como pode (e deve) ser um projeto que toma em conta toda essa diversidade social, cultural, política que o país possui. Chico Mendes, por exemplo, deu visibilidade a luta dos seringueiros e tinha essa compreensão. Ele propôs a Reserva Extrativista, que segundo ele era a reforma agrária tal como vista pelos seringueiros, que tem por trás e no fundo um projeto de nação, pois ele entendeu que para defender a Amazônia, tinha que preservar os seringueiros e os demais povos. Não há defesa da floresta sem os povos da floresta, como ele dizia. Aliás, Chico Mendes propôs no Congresso dos Trabalhadores Rurais realizado em Brasília, em 1984, que a reforma agrária deveria respeitar os contextos sociais e culturais, e eu diria, também geográficos, específicos. E essa tese foi aprovada.

Como você vê o cenário, o mapa atual da violência no campo no Brasil hoje?

Temos nos últimos dois anos um declínio nos conflitos no campo no Brasil. As razões podem ser múltiplas. Uma delas é essa questão dos programas sociais e seu poder apaziguador de conflitos, como é o caso do Bolsa Família, Bolsa Escola etc. Embora não seja só isso, isso é um componente importante que interfere no poder de mobilização da sociedade para lutar. De outro lado, as oligarquias estão satisfeitas com Lula. Elas baixaram o ímpeto de violência que tinham no início do governo, já que Lula aderiu ao projeto do agronegócio. O desenho novo que está aparecendo é o aumento significativo das comunidades tradicionais, entre os envolvidos nos conflitos no campo. Em 2007, 43% dos envolvidos nos conflitos eram comunidades tradicionais e, em 2008, esse número proporcional passou a 53%. Isso significa que o capital está avançando e entrando em áreas que são tradicionalmente ocupadas por populações como essas.

Temos que ficar atentos que essas áreas são riquíssimas em biodiversidade. Então quando afirmamos que há o aumento do envolvimento das comunidades tradicionais atingidas pelo ímpeto da expropriação de terra pelo capital e envolvidas nos conflitos de terra, estamos falando também do avanço contra a riqueza de biodiversidade e diversidade cultural do país. Isso indica um elemento muito grave: a expansão do capital para novas áreas se dá muitas vezes por expulsão dessas populações. Por exemplo, a cana-de-açúcar vem se expandindo e entrando nas áreas onde antes havia o gado. Nesse caso, não há troca de um cultivo pelo outro. Nesse caso há troca de uma área de pastagem por uma de cana. Resta uma pergunta, pra onde vai o gado? O gado se expande... Vai pro interior da Bahia, pro Sertão do São Francisco, pra Amazônia. O gado aumenta a tensão nas comunidades tradicionais.

Qual a importância política da territorialidade no projeto de Reforma Agrária defendido pelos movimentos sociais?

A partir dos anos 70, passamos a ter um componente novo no debate político da questão agrária no mundo, onde o movimento indígena começa a colocar explicitamente no debate algo que historicamente sempre o caracterizou, a questão territorial. O debate territorial muda a qualidade do debate da Reforma Agrária, porque significa introduzir um componente de novo tipo na discussão, o da cultura. Quando falamos que queremos ser reconhecidos pela nossa territorialidade, não queremos só a terra, queremos um sentido determinado de estar na terra, queremos o respeito ao nosso modo específico de estar na terra. Estamos reivindicando a territorialidade distinta, exigindo o reconhecimento das diferenças. Isso acaba denunciando o caráter colonial com sua proposta de progresso levando à homogeneização inclusive da leitura do país. O país não era e não é homogêneo. As populações começam a reivindicar as reservas extrativistas, os fundos de pastos, não é mais uma questão só indígena e quilombola. O Brasil é repleto de diferentes “campesinidades”, que se criam a partir das condições diversas do ambiente, onde as comunidades vão criativamente se amoldando ao que os ambientes oferecem. Essas comunidades não são determinadas pelo ambiente, mas elas sempre partem do potencial produtivo da natureza. É uma cultura com a natureza e não contra a natureza. Isso é o novo bebendo na melhor de nossa tradição cultural. Nem tudo que é velho é bom, mas nem tudo que é novo também o é. É preciso abandonar qualquer fundamentalismo seja da tradição, seja do novo.

“Sem terra não se planta  
Sem planta não se vive  
Plante a Reforma Agrária”

(Homenagem de Carlos Walter Porto Gonçalves à Chico Mendes)

**"Bancada ruralista é contra a Constituição e não quer novos índices", afirma Cassel** – Sítio eletrônico do MST - 15 de setembro de 2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu aos trabalhadores rurais que atualizaria os índices de produtividade da terra até o dia dois de setembro. Passada a data, o presidente ainda não cumpriu com o acordo. Usados para classificar uma fazenda como produtiva ou improdutiva, os índices não têm novo prazo definido para serem revisados – mesmo estando previsto na Constituição Federal que devam ser atualizados periodicamente. Em entrevista à *Radioagência NP*, o ministro do

índices de produtividade. Segundo ele, é preciso deixar de lado o velho embate entre ruralistas e sem-terra, pois os índices protegem interesses legítimos de todos os brasileiros.

Ministro, por que a atualização dos índices ainda não foi feita? O que impediu?

De fato houve uma decisão do presidente da República de atualizar os índices de produtividade. Essa decisão foi informada a mim e ao ministro Reinhold [Stephanes], pois somos nós dois que temos que assinar a portaria que reajusta os índices. Já assinei essa portaria, já encaminhei ao Ministério da Agricultura. O ministro Reinhold expressou que tem dificuldade de natureza política para fazer isso no momento.

O ministro Reinhold Stephanes é contra a revisão dos índices. Até que ponto isso emperra o processo de atualização?

A lei 8.629 de 1993 determina que a revisão dos índices se dê por uma Portaria Interministerial assinada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário e pelo ministro da Agricultura. Se o ministro Reinhold não assinar, isso impede que os índices sejam reajustados. Agora, acima da minha vontade, da vontade do ministro Reinhold, tem uma vontade do presidente da república. Há uma orientação clara do presidente para que os índices sejam reajustados. Pelo que sei, agora é necessário convocar o Conselho [Nacional] de Política Agrícola que tem que ser informado dos índices antes da Portaria.

A bancada ruralista está influenciando no atraso do reajuste?

A reação da bancada ruralista é uma coisa esperada por todos. Acho que o país inteiro já se acostumou com esse tipo de reação. Temos que refletir que não é possível que deixemos de cumprir a Constituição, que se deixe de cumprir uma lei que está em vigor no grito. Ou que o setor acostumado a ganhar no grito, queira ganhar mais uma vez. Isso não é razoável. Os índices de produtividade vigentes foram feitos em 1980, com base nas condições tecnológicas e na produção de 1975. Qualquer cidadão ou cidadã com o mínimo de informação, de bom senso e de equilíbrio, sabe que de 75 para cá a agricultura mudou muito. A produção e a produtividade cresceram bastante. A tecnologia mudou e mudou radicalmente.

Então, a obrigatoriedade legal vem sendo deixada de lado há quase 30 anos. Como explicar que isso aconteça?

Algo que explica isso é que tem um país real e renitente que ainda tem algum poder político. A agenda do índice de produtividade é um pouco da agenda da reforma agrária. Todos os países desenvolvidos do mundo já enfrentaram o tema da reforma agrária. Fizeram a reforma agrária, construíram uma estrutura fundiária mais equilibrada no século XIX e na primeira metade do século XX. Essa agenda é tardia no Brasil. E o que acarreta isso? Na medida em que você não fez a reforma agrária, que você manteve uma estrutura fundiária absolutamente desequilibrada e muito concentrada – no Brasil, a concentração fundiária é maior do que a concentração de renda – essa concentração no campo brasileiro tem também repercussões políticas, porque ela acabou construindo e solidificando poderes políticos. Aqui no Brasil, a propriedade da terra sempre andou de mãos dadas com o poder político.

Associações de produtores rurais criticam a revisão dos índices, apesar de cidades produtoras nas Regiões do Centro-Oeste e Sul do país terem apresentado produção média, no último ano, acima do número exigido pelos novos índices. A crítica desses produtores é pertinente?

Claro que não. Se prestarmos atenção, vamos ver que nenhum setor está discutindo os índices em si, os índices que, por exemplo, passam de cinco para dez. Por quê? Porque são absolutamente confortáveis para qualquer produtor no país que tenha

deformada. Mas, o que está escondido, o que não aparece de forma clara é o fato de que muitas pessoas ainda são contra aquilo que está na Constituição. E o que é? A função social da terra. Não tratamos a terra como um bem qualquer. A terra de uma nação, de um país, é um bem finito, tem tamanho determinado. E as terras agricultáveis de um país devem ser tratadas de forma responsável e tem que reverter em algo benéfico para toda a sociedade. Terra tem que ser produtiva. Tem um setor nesse país que ainda é contra isso. É um setor arcaico.

O MST está pressionado o governo pelo reajuste dos índices. Essa atitude é legítima?

Não só é legítima por parte do MST como seria legítimo por parte de toda a sociedade brasileira. A revisão dos índices de produtividade não é de interesse exclusivo do MST. É de interesse dos trabalhadores de uma maneira geral, dos produtores, dos consumidores e de todo mundo que quer dispor de alimentos baratos de qualidade.

### **Kátia Abreu protocola pedido de CPMI para investigar MST – sítio Eletrônico da CNA – 16/09/2009**

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, protocolou nesta quarta-feira (16/9), na Secretaria Geral da Mesa do Senado, pedido de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o repasse de recursos para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entre os alvos da investigação da comissão, o financiamento de manifestações do MST com recursos públicos e de organizações estrangeiras, segundo denunciou a edição de 2 de setembro da revista Veja. Os parlamentares também devem apurar o repasse de dinheiro da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em São Paulo a empresas de fachada, conforme publicado no mês passado no jornal O Estado de S. Paulo.

Para o pedido de criação da CPMI, foram colhidas assinaturas de 192 deputados e 34 senadores. O mínimo necessário de assinaturas era de 171 na Câmara e 27 no Senado. “Isso demonstra a indignação dos parlamentares com os abusos cometidos pelo MST de esbulho possessório, que já foi constatado no passado por outra CPI, mas as ações do passado não foram implementadas para que os responsáveis fossem punidos”, afirmou a senadora, que protocolou o requerimento com os deputados Onyx Lorenzoni e Ronaldo Caiado. “Vamos até as últimas consequências, dentro da legalidade, para apurar os responsáveis com processos de formação de quadrilha, de improbidade administrativa, como já foi condenado em primeira instância o superintendente do Incra em São Paulo”, completou Kátia Abreu. A leitura do requerimento de criação da CPMI deve acontecer em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Na avaliação da senadora, um dos motivos de indignação é o fato de a população brasileira ser a principal financiadora das invasões de propriedades rurais e imóveis públicos. “A arrecadação de impostos no Brasil é feita principalmente em quem ganha menos. Quando o trabalhador compra arroz, feijão, ele está depositando o imposto que é transmitido ao MST para patrocinar invasão de terra. E nós estamos observando que cada repasse coincide justamente com o acirramento de invasões”, disse a presidente da CNA.

Na semana passada, Kátia Abreu encaminhou ao Banco Central requerimento para pedir informações sobre remessa de recursos do exterior feitas nos últimos oito anos a quatro entidades ligadas ao MST: Associação Nacional de Cooperação Agrícola

Centro de Formação e Pesquisas Contestado (Cepatec) e o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac). O objetivo é saber se estas organizações foram beneficiadas com os repasses e a ligação e se repassaram dinheiro ao MST. Segundo matéria da Veja, elas receberam R\$ 20 milhões de fora do País e R\$ 43 milhões de dinheiro público nos últimos anos.

### **Oposição pede CPI sobre repasses para o MST - Guilherme Scarance – Valor Econômico – Nacional – 17/09/2009**

A senadora Kátia Abreu (TO) e os deputados Ronaldo Caiado (GO) e Onyx Lorenzoni (RS), do DEM, protocolaram ontem na Secretaria-Geral do Senado um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o repasse de “mais de” R\$ 40 milhões da União e R\$ 20 milhões do exterior para o Movimento dos Sem-Terra (MST) nos últimos anos. O requerimento lista seis suspeitas de “irregularidades e desvios” em convênios com entidades ligadas ao movimento.

O primeiro item é baseado em reportagem publicada pelo **Estado**, em 18 de agosto, sobre o Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar), empresa de Itapeva (SP) que faz levantamento e medição de pequenas propriedades rurais. O Inocar, fundado por um membro do MST, recebeu mais de R\$ 5 milhões da União e é alvo de um inquérito da Polícia Federal sobre convênios.

O segundo item também é extraído de reportagem do jornal, de 29 de junho, segundo a qual três coordenadores dos núcleos de apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Pontal do Paranapanema, extremo oeste paulista, são ex-militantes do MST pagos pela Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (Fepaf).

O grupo sugere, por fim, investigar repasses ao Centro de Formação e Pesquisa Contestado (Cepatec), à Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e ao Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac). O pedido aponta “estreita vinculação de tais entidades às ações ilegais do MST”. Em março, o **Estado** revelou que o MST, com apoio de aliados e associações de cooperativas de assentados, montou uma intrincada e ampla rede de captação de recursos públicos.

O esquema, espalhado por todo o País, dificulta a fiscalização.

#### **‘INDIGNAÇÃO’**

Kátia, uma espécie de portavoz da bancada ruralista, disse que foram reunidas 192 assinaturas na Câmara e 34 no Senado, o que demonstra a indignação do Congresso com “os abusos do MST”. “Queremos fazer pressão justa, como instrumento legal que temos, que é a CPI, para que o financiamento público ao MST tenha fim, pois as cooperativas são de fachada.”

Indagada se a CPI não repete uma comissão similar, de 2003, a parlamentar esclareceu que as propostas da época foram ignoradas.

Vamos até as últimas consequências, dentro da legalidade, para apurar responsabilidades em processos de formação de quadrilha e improbidade administrativa”, avisou. “O MST não tem e nunca teve nenhum propósito de conseguir um pedaço de terra. É um grupo criminoso, à margem da lei.”

Por nota, o MST avaliou que o pedido é uma reação ao anúncio do governo de que os índices de produtividade rural para fins de reforma agrária serão atualizados. “A força das nossas mobilizações e o avanço das conquistas dos sem-

terra causaram uma forte reação do latifúndio, do agronegócio, da mídia burguesa e dos setores mais conservadores da sociedade.”

“Denunciamos que a CPI contra o MST é uma represália às nossas lutas e à bandeira da revisão dos índices de produtividade.

Para isso, foi criado um instrumento político e ideológico para os setores mais conservadores do País contra o nosso movimento”, diz o texto.

### **Novas regras para canaviais são propostas pelo governo – Sítio eletrônico do MST - 17 de setembro de 2009**

#### *Da Radioagência NP*

De olho no mercado e na Conferência de Copenhague, onde vários países irão debater sobre um acordo de mudanças climáticas, o Brasil tenta suavizar a destruição da Amazônia e do Cerrado, hoje já invadidos pela pecuária, canaviais e barragens. O governo pretende impedir que novas plantações de cana-de-açúcar sejam feitas em terras de vegetação nativa. Em mais de 80% do território da nação, será proibido o cultivo de canaviais.

Hoje, o país tem 7,8 milhões de hectares com o plantio da cana-de-açúcar. Para alcançar a meta de dobrar esta produção até 2017, o governo planeja que áreas onde hoje são feitos pastos sirvam para a plantação de cana.

A medida ainda tenta resolver os problemas relacionados à colheita do plantio. Agora, ela seria obrigatoriamente mecanizada. As queimadas, fontes de poluição e de riscos à vida dos trabalhadores rurais, serão proibidas.

O projeto é polêmico – as multas para quem expandir a plantação em área de vegetação nativa pode chegar a R\$ 50 milhões. Além disso, a proposta não deixa transparecer que as áreas desapropriadas serão usadas para assentamentos de famílias sem-terra. A medida ainda precisa dos votos favoráveis de deputados e senadores.

### **Lula assinará revisão dos índices de produtividade – Sítio Eletrônico da CPT – 18/09/2009**

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, informou ontem (17/9) que Lula "mandou fazer" a revisão dos índices. "Está mantido, está de pé. Sabemos dos problemas, mas o presidente mandou fazer", disse após cerimônia de lançamento do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, na sede da Embrapa. O assunto tem gerado um forte embate interno no governo Lula desde 2003. Agora, o tema virou pretexto para um confronto aberto entre ruralistas e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em torno da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de uso indevido de recursos públicos no setor rural.

A polêmica revisão dos índices foi anunciada há 20 dias pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, após audiência do presidente Lula com dirigentes do MST, em Brasília. Pressionado pelos ruralistas para reagir à decisão do governo, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, levou seu partido, o PMDB, a fechar questão contra a revisão imediata. Em resposta, o PT divulgou nota de apoio



assunto ficou em banho-maria, mas a disposição de Lula, segundo o ministro Dulci, não teria mudado. "Não foi a título pessoal que o Cassel anunciou. Foi dentro de um contexto determinado pelo presidente Lula. Mas falta definir a forma como vai ser feito", informou o ministro, responsável no governo por todas as negociações com movimentos sociais. Recentemente, o ministro Stephanes disse que discutirá o assunto com o presidente Lula, mas não fixou uma data para a reunião.

A proposta do grupo de trabalho dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário é considerada razoável pelos especialistas no tema. O texto alteraria, por exemplo, os índices mínimos em apenas 369 dos 4.842 municípios onde se produz soja no país. Ou seja, modificaria as exigências em apenas 7,6% desses municípios. A proposta incluiu, ainda, 1,2% dos 5.512 municípios produtores de milho (640), 11% dos 4.442 localidades onde cultivava-se laranja (488) e 2,7% de cana-de-açúcar (146). A filtragem realizada pelo governo considerou a média da produtividade aferida pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE nos últimos dez anos, sugerindo mudanças na faixa de 25% dos municípios com médias mais baixas em cada microrregião nesse período. Também fixou como premissa que os novos índices não ficariam abaixo dos atuais nem acima do dobro desses indicadores regionais.

A proposta do governo sugeriu alguns reajustes nos índices considerados "razoáveis" do ponto de vista técnico. Na soja, por exemplo, o governo propõe alteração para 77 dos 399 municípios do Paraná. Pelo estudo, apenas 3% desses municípios teriam índice superior à média histórica. Um exemplo concreto ilustra a disputa. Se aceita, a alteração elevaria a exigência de produtividade da soja na microrregião de Campo Mourão dos atuais 1.900 quilos por hectare para 2.688 kg/ha, um índice abaixo da média de 2.813 kg/ha apurada pelo IBGE nos últimos dez anos. A margem, porém, é considerada muito apertada pelos ruralistas. Especialmente em tempos de recuperação da grave crise financeira global e em meio ao rescaldo gerados por problemas climáticos que provocaram uma redução de 10 milhões de toneladas na última safra. Os ruralistas aprovaram um projeto no Senado para submeter novas revisões dos índices ao Congresso Nacional, o que também gera um embate político.

Inserida por: Administrador - [enviar para amigo](#)

**O agronegócio incendiário e racista** – Sítio Eletrônico da CPT – 21/09/2009

*\*Egon Heck (Cimi-MS)*

“Você quer ver, vem olhar aqui, tem quatro bugres mortos, vem ver!”, o tom de deboche e ameaça era revelador de um quadro tétrico de racismo e ódio que se julgava restrito às páginas da história de extermínio das populações indígenas no continente e no mundo. Mas naquela hora do meio dia de 18 de setembro, à beira da BR 486, a cena era muito real. Enquanto uma integrante do Cimi fotografava o que restou das casas queimadas, onde ainda a fumaça e pequenas chamas eram visíveis, os agentes de segurança e peões da fazenda faziam uma cerca para isolar o córrego e impedir o acesso dos índios, eles davam um show de racismo. “Esses vagabundos tem mais é que

estava fazendo o registro de mais uma violência absurda contra a comunidade Kaiowá Guarani do Apika'y, acampada há uns dez quilômetros da cidade de Dourados.

Damiana, a líder religiosa, esteio do grupo que há mais de uma década luta pelo pedaço de terra tradicional, já tendo sido expulsa diversas vezes, mas que não desiste de ter um pedaço de terra tradicional para viver, fazia o relato dramático da agressão sofrida pelo seu grupo por volta de uma hora da madrugada. Em torno de dez pessoas chegaram atirando sobre os barracos onde se encontravam dormindo os indígenas. Um deles foi ferido na perna atingido por uma bala. No desespero, várias mulheres foram atingidas pelos agressores com socos e pontapés. Logo foram colocando fogo nos barracos, queimando com todos os pertences dos indígenas. Documentos, roupas, bicicleta, lona, madeira, tudo em pouco tempo estava reduzido a cinzas. Os Kaiowá Guarani, indefesos e transtornados, viam mais essa cena de vandalismo.

Quando começou a clarear o dia, foram denunciar o fato e pedir providências. Alguns foram para a Funasa pois estavam feridos. Outros foram à FUNAI relatar os fatos e pedir socorro. Burocraticamente tudo foi muito lento. A administração regional da FUNAI disse que sequer conseguira que um dos procuradores do órgão registrasse a denúncia. Foram então encaminhados ao Ministério Público Federal. Até o meio dia, ninguém dos poderes públicos responsáveis havia chegado até o local, que dista a uns dez quilômetros da cidade de Dourados. Não fazia ainda uma semana quando há menos de cinquenta quilômetros daí, no município de Rio Brillante, tivesse acontecido o despejo da comunidade de Laranjeira Nhanderu e dois dias depois suas casas queimadas pelos fazendeiros e sua milícia armada. Tudo isso acontece enquanto os Kaiowá Guarani esperam ansiosamente a volta dos grupos de trabalho para concluírem os trabalhos de identificação dos tekoha, terras tradicionais deste povo. Quantas violências, mortes, feridos, presos terão que suportar até terem suas terras demarcadas conforme exige a Constituição e leis internacionais? Sequer à beira das estradas os índios são tolerados. Querem vê-los distante ou embaixo da terra para tranquilizarem suas consciências.

**Em defesa da democracia e do MST** – Plínio de Arruda Sampaio, Pedro Tierra e Osvaldo Russo – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 21/09/2009

A RECONSTRUÇÃO da democracia tem exigido enormes sacrifícios dos trabalhadores. Desde a reconstrução de suas organizações, destruídas por 20 anos de repressão, até a invenção de novas formas de lutas capazes de responder ao desafio de enfrentar uma das sociedades mais desiguais do mundo. Isso tem implicado apresentar aos herdeiros da cultura escravocrata de 500 anos os trabalhadores da cidade e do campo como cidadãos, participantes legítimos da produção da riqueza e beneficiários da sua partilha. O ódio das oligarquias jamais perde de vista um desses novos instrumentos de organização e luta: o MST. Esse movimento paga diariamente com suor e sangue -como há pouco no Rio Grande do Sul- por sua ousadia de questionar um dos pilares da desigualdade: o monopólio da terra.

intolerável aos ouvidos dos senhores da terra e do agronegócio. Não podemos considerar uma República um país em que 1% da população tem a propriedade de 46% do território, defendida por cercas, agentes do Estado e matadores de aluguel. Menos ainda uma democracia. A Constituição determina que latifúndios improdutivos e terras usadas para a plantação de matérias-primas para a produção de drogas devem ser destinados à reforma agrária. No entanto, os sucessivos governos têm sido negligentes. À ousadia dos trabalhadores rurais de garantir direitos constitucionais, pressionando autoridades com ocupações pacíficas, soma-se outra ousadia, também intolerável: a disputa legítima e legal do orçamento público. Em 40 anos, desde a criação do Incra, cerca de 1 milhão de famílias rurais foram assentadas -mais da metade de 2003 pra cá. Para viabilizar a atividade dessas famílias, para integrá-las ao processo produtivo de alimentos e divisas no novo ciclo de desenvolvimento, é necessário travar a disputa por investimentos públicos. Daí resulta o ódio dos ruralistas e do grande capital, habituados ao acesso exclusivo ao crédito, a subsídios e ao perdão periódico de dívidas. O compromisso do governo de rever os critérios de produtividade responde a uma bandeira de 40 anos de lutas. Ao exigir a atualização, os trabalhadores do campo só estão exigindo o cumprimento da Constituição e a incorporação dos avanços científicos e tecnológicos aos métodos de medir a produtividade agrícola. É contra essa bandeira que a bancada ruralista do Congresso reage e ataca o MST. Como represália, buscam mais uma vez articular uma CPI contra o MST. A terceira em cinco anos. Se a agricultura brasileira é tão moderna e produtiva, como alardeia o agronegócio, por que temem tanto a atualização desses índices? Por que nunca foi criada uma CPI para analisar os recursos públicos destinados à classe patronal rural? Seria possível responder a algumas perguntas tão simples como: O que ocorreu ao longo desses 40 anos no campo brasileiro em termos de ganho de produtividade? Quanto a sociedade investiu para que uma verdadeira revolução tecnológica tornasse a agricultura capaz de alimentar nosso povo e se afirmar como uma das maiores exportadoras de alimentos? Quantos perdões da dívida agrícola foram oferecidos pelos cofres públicos aos grandes proprietários de terra? O ataque ao MST extrapola a luta pela reforma agrária. É um ataque contra os avanços democráticos conquistados na Constituição -como o que estabelece a função social da propriedade agrícola- e contra os direitos imprescindíveis para a reconstrução democrática. É, portanto, contra isso que se levantam as lideranças do agronegócio e seus aliados. E isso é grave. É uma ameaça não só contra os movimentos dos trabalhadores mas também contra toda a sociedade. É a própria reconstrução democrática do Brasil, que custou os esforços e mesmo a vida de muitos brasileiros, que está sendo posta em xeque e violentada. É por essa razão que se arma uma nova ofensiva dos setores mais conservadores da sociedade contra o MST -no Congresso, nos monopólios de comunicação e nos lobbies de pressão nas esferas de poder. Trata-se de criminalizar um movimento que se mantém como uma bandeira acesa, inquietando a consciência democrática do país: a nossa democracia só será digna desse nome quando incorporar todos os brasileiros e lhes conferir, como cidadãos, o direito a

participar da partilha da riqueza que produzem ao longo de suas vidas, com suas mãos, talento e amor pela pátria de todos nós.

---

**PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO**, 79, é presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Foi deputado federal pelo PT-SP (1985-1991) e consultor da FAO.  
**HAMILTON PEREIRA**, o Pedro Tierra, 61, é poeta e membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.  
**OSVALDO RUSSO**, 61, estatístico, é diretor da Abra e coordenador do núcleo agrário nacional do PT. Foi presidente do Incra (1993-1994).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. [debates@uol.com.br](mailto:debates@uol.com.br)

**Empresa é acusada de grilagem em MT** – Sítio Eletrônico do MST - 21 de setembro de 2009

*Do Diário de Cuiabá*

Listada entre as maiores empreiteiras do país e com o fundador já considerado um dos homens mais ricos do mundo, a C.R. Almeida Engenharia e Construções é acusada pela Procuradoria Geral do Estado de arquitetar uma fraude minuciosa para se apossar de ao menos 300 mil hectares de terras públicas em Mato Grosso, na região da Floresta Amazônica. A PGE está movendo uma ação cível contra o grupo e outros envolvidos para reaver 579 mil hectares de área grilada.

Uma liminar judicial concedida pelo juiz de Apiacás, Roger Bim Donega, determinou o bloqueio da matrícula de parte da área obtida de maneira supostamente fraudulenta, o que impede qualquer tipo de negociação que envolva as terras. Parte delas ainda pertenceria a Henrique do Rego de Almeida, irmão do fundador da C.R. Almeida, Cecílio do Rego de Almeida, que chegou a ser chamado pela “Veja” de “o maior grileiro do mundo”. Cecílio morreu em março de 2008.

As fraudes em Mato Grosso teriam acontecido no ano de 1984, na região de Apiacás, no local onde seriam formados cinco assentamentos da gleba São Tomé. O artifício, segundo a PGE, foi concebido para burlar a Constituição Federal, que exigia a aprovação do Senado para a alienação de áreas superiores a três mil hectares pelo Estado, exceto em reforma agrária.

Contudo, até mesmo a doação que dispensava o aval parlamentar só poderia ser feita a pessoas físicas, e não a empresas. Foi então que 194 “laranjas”, a maioria paranaenses – como os donos da empreiteira - participaram da licitação promovida pelo Instituto de Terras do Estado e concorrer aos lotes que formariam as glebas São Tomé.

A partir do resultado da concorrência publicado em janeiro de 1985, os acusados pagaram CR\$ 4 mil por terreno e desencadearam uma série de ações articuladas para dar ares de legalidade à grilagem.

Segundo a PGE, a figura de Armando dos Santos Almeida foi fundamental no esquema. Antes mesmo de receber as terras, em 1984 todos os futuros proprietários de lotes passaram a ele procurações em cartório dando amplos e irrestritos poderes para que negociasse a área e não precisasse sequer prestar contas.

Dois dias após o registro dos títulos em cartório, em maio de 1986, todos os adquirentes alienaram as terras a empresas que pertenciam a Armando e foram montadas exclusivamente para a finalidade. Curiosamente, as 21 empresas tinham nomes de pássaros, foram criadas na mesma data e compartilhavam o mesmo endereço – o que seria muita coincidência se não fosse uma ação orquestrada.

O homem apontado como fraudador é conhecido na C.R Almeida, mas não teria vínculos familiares com os proprietários. O sobrenome seria coincidência, segundo o diretor jurídico do grupo, Sandro Vicentini.

Em 1998 a C.R Almeida incorporou as 21 empresas, e Armando saiu da sociedade. O único patrimônio dos empreendimentos “laranjas” eram os lotes das glebas. Com a saída de Armando, assumiu o comando das empresas Pedro Fraletti, que era o vice-presidente da C.R. Almeida.

Então Fraletti repassou os poderes sobre as 21 empresas para Henrique do Rego de Almeida, que depois substabeleceu poderes a Antônio Gallo e permutou lotes da gleba. Fato curioso é que Gallo era dono de uma madeireira que também teria se beneficiado com as transações, a Madeireira Sópau, que foi montada por Armando e é acionista da C.R. Almeida.

Outras empresas criadas por Armando - teriam sido 35 no total - e incorporadas pela C.R. Almeida ou por pessoas ligadas a ela também participaram da fraude, segundo acusa a PGE. O grupo C.R. Almeida teria ficado com 303 mil hectares das terras devolutas e a Madeireira Sópau, com 186 mil hectares. Hoje grande parte da terra pertence a terceiros que as compraram dos supostos fraudadores.

Cada uma das cinco glebas é alvo de uma ação individual. A PGE levará o caso ao Ministério Público Estadual, para uma eventual investigação criminal.

### **Intelectuais assinam manifesto contra CPI dos repasses para MST - Guilherme Scarance – Estado de São Paulo - Nacional – 23/09/2009**

Um grupo de 60 intelectuais, políticos, juristas, representantes da Igreja e sindicalistas, entre outros, divulgou ontem um manifesto com duras críticas à proposta de CPI apresentada por três parlamentares do DEM para investigar os repasses ao Movimento dos Sem-Terra (MST). O documento defende a atualização dos índices de produtividade no campo. “É contra essa bandeira que a bancada ruralista do Congresso reage. Com o repesália, busca, mais uma vez, articular a formação de uma CPI contra o MST. Seria a terceira em cinco anos”, diz.

Há uma semana, a senadora Kátia Abreu (TO) e os deputados Ronaldo Caiado (GO) e Onyx Lorenzoni (RS) protocolaram na Secretaria-Geral do Senado pedido para apurar transferência de “mais de” R\$ 40 milhões da União e R\$ 20 milhões do exterior para o MST. O requerimento lista seis suspeitas de “irregularidades e desvios” em convênios com entidades ligadas à agremiação.

De acordo com o *Manifesto em Defesa da Democracia e do MST*, divulgado ontem pelo próprio movimento, “o ataque extrapola a luta pela reforma agrária” e atinge os avanços democráticos do País. “

Se a agricultura brasileira é tão moderna e produtiva, como alardeia o agronegócio, por que temem tanto a atualização desses índices?”

Evai além, ao propor CPI “para analisar os recursos públicos destinados às organizações da classe patronal rural”.

O documento, que ganhou mais de 400 adesões, aponta “ofensiva dos setores

Congresso, seja nos monopólios de comunicação, seja nos lobbies de pressão em todas as esferas de poder”. É alerta para tentativa “de criminalizar” as ações dos sem-terra.

#### ‘ÓDIO DAS OLIGARQUIAS’

Pelo texto, “o ódio das oligarquias rurais e urbanas não perde de vista um único dia” o MST. “Esse movimento paga diariamente com suor e sangue por sua ousadia de questionar um dos pilares da desigualdade social no Brasil: o monopólio da terra.”

Segundo o texto dos simpatizantes do MST, os donos da terra não toleram que movimentos sociais disputem verbas do orçamento para tornar viável a atividade econômica de famílias assentadas.

Daí resulta o ódio dos ruralistas e outros setores do grande capital, habituados desde sempre ao acesso exclusivo aos créditos, subsídios e ao perdão periódico de suas dívidas”, atacam. Cinco pessoas respondem pela autoria do manifesto e busca de assinaturas – o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), o ex-presidente do Incra Osvaldo Russo, o poeta Hamilton Pereira, o escritor Alípio Freire e a socióloga Heloisa Fernandes. Endossam o documento o crítico literário Antônio Cândido, o jurista Fábio Konder Comparato, o sociólogo Emir Sader, o escritor Fernando Morais, o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), d. Ladislau Biernaski, o teólogo Leonardo Boff, a presidente da Associação de Juízes pela Democracia, Dora Martins, além de dirigentes do PSTU, PCdoB e PSB. A sambista Beth Carvalho e o ator Osmar Prato também o subscrevem.

Procurada para comentar o manifesto e as críticas feitas ao agronegócio, Kátia Abreu não se manifestou.

#### **Armistício entre ruralistas e ambientalistas – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios – 23/09/2009**

Em clima de hostilidade desde o início do governo Lula, dirigentes ambientalistas e ruralistas esboçaram ontem uma aproximação política que pode resultar em uma proposta consensual de alteração do Código Florestal Brasileiro, em vigor desde 1965.

Expoentes das partes em litígio “fumaram o cachimbo da paz”, como definiu o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), durante seminário promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) sobre meio ambiente e produção de alimentos.

A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), lançou a proposta de revisão do Código Florestal por meio de um “pacto nacional com sanção social”, baseado em conhecimento científico e dados econômicos e sociais. “Cometemos erros, mas não intencionais. O Brasil tem 56% de cobertura vegetal nativa original e o debate chegou a tempo de salvar o ambiente”, afirmou.

O acordo proposto pela CNA deveria conter um compromisso de “desmatamento zero” da floresta Amazônica, da Mata Atlântica, do Pantanal, das áreas de preservação permanente (APPs) e regiões “sensíveis” de topos de morro. Além disso, deve incluir o pagamento por serviços ambientais por “450 milhões de hectares preservados”, a legalização das áreas de agropecuária consolidadas e a descentralização da legislação ambiental da União para os Estados.

À vontade diante da plateia de estudantes e dirigentes rurais, Gabeira acenou com a abertura de um diálogo mais concreto com a bancada ruralista. "Aceitamos a ciência para mediar, porque [fixar] 80% como reserva legal na Amazônia é metafísica. Mas o debate sobre rastreamento do gado e uso da água são fundamentais (...) Se não der, vamos para a luta política".

Braço direito da ex-ministra Marina Silva, o ambientalista João Paulo Capobianco defendeu um amplo consenso sobre o tema. "Os ambientalistas sabem que é preciso um acordo. Ninguém quer acabar com a agricultura. Temos que eliminar o desmatamento e recuperar o que for possível". Capobianco concebeu o pacote de arrocho ambiental ao setor rural, que culminou com a publicação de um decreto de crimes ambientais pelo atual ministro Carlos Minc, no fim de 2008. "É ridícula essa separação entre ambientalistas e ruralistas. O acordo não saiu porque algumas lideranças do agronegócio acharam pouco. E esse Código não é fruto do movimento ambientalista".

Mesmo em clima amistoso, Kátia Abreu aproveitou o seminário para rebater ao que considera ataques de ONGs ambientalistas. "Estou cansada de 'prêmio motosserra', cansada de deboches. Acusações recíprocas não são boas. Temos que agir sem violência, raiva nem rancor", afirmou, em clara referência ao Greenpeace. "Os produtores reagem porque foram provocados por ONGs que os colocam no canto do ringue". Produtor e consultor, o ex-ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, disse que a tensão entre os dois lados tem levado experiências importantes, como a integração lavoura-pecuária-florestas, a ficar "no pelourinho". Para o mediador dos debates, o ex-ministro Roberto Brant, a CNA tem dificuldades para dialogar com todos os segmentos do setor, mas apelou por uma "conservação compatível" com a produção agropecuária.

#### **A CPMI do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 24/09/2009**

Na semana passada a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e os deputados Ônix Lorenzoni (DEM-RS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) protocolaram no Senado um requerimento para a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar os repasses de recursos públicos para o Movimento dos Sem-Terra (MST). Não era sem tempo e os parlamentares demonstraram sensibilidade para a importância do assunto, tanto que foram obtidas 192 assinaturas na Câmara dos Deputados – quando bastariam 171 – e 34 no Senado – quando bastariam 27 – para a instalação da comissão de investigação. Já contra a instalação da CPMI foi divulgado um manifesto com 60 assinaturas, entre elas as dos militantes Plínio de Arruda Sampaio, Leonardo Boff e Antonio Cândido, que protestam contra as tentativas “de criminalizar” as ações do MST.

O objetivo imediato da CPI mista é apurar a denúncia veiculada pela revista *Veja*, sobre convênios irregulares celebrados entre o governo federal e entidades ligadas ao MST – já que este deliberadamente não tem existência legal, para não ser fiscalizado –, e averiguar qual é a verdadeira origem de recursos repassados por ONGs nacionais e estrangeiras para esse movimento dito “social”.

Tratando-se de CPI mista, a leitura do requerimento para sua instalação será feita em sessão do Congresso.

Pelo exame das movimentações bancárias de quatro entidades consideradas as principais caixas-fortes do MST – a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), o Centro de Formação e Pesquisas Contestado (Cepatec) e o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac) – a reportagem da revista descobriu a fonte de financiamento das invasões, ocupações e outras atividades criminosas, revelando que “o MST montou, controla e tem a seu dispor uma gigantesca e intrincada rede de abastecimento e distribuição de recursos, públicos e privados, que transitam por dezenas de ONGs”. A matéria comprova aquilo que de há muito se sabia e o **Estado** sempre denunciou: o MST é movido por muito dinheiro, captado basicamente nos cofres públicos e junto a entidades internacionais. Assim, na invasão de prédios públicos, depredações e saques de cabines de pedágio, acampamentos em rodovias, invasões e ocupações de fazendas particulares, em tudo isso há o dinheiro dos impostos arrecadados dos contribuintes.

A CPMI terá um substancial material para analisar. As quatro entidades, ligadas ao MST, já mencionadas, receberam R\$ 43 milhões, em convênios com o governo federal, de 2003 a 2007 – e não por acaso há uma grande concentração de gastos às vésperas das manifestações mais estridentes dos sem-terra. Essas quatro entidades receberam R\$ 20 milhões em doações do exterior entre 2003 e 2007, sem que sua contabilidade fosse devidamente informada à Receita Federal.

Parte substancial desses recursos foi repassada a empresas de transporte, gráficas e editoras vinculadas a partidos políticos e ao MST, havendo coincidências entre as datas de transferência do dinheiro para o Brasil e as campanhas eleitorais de 2004 e 2006.

Por outro lado, levantamentos oficiais indicam que entre 2003 e 2008 cerca de 30 entidades de trabalhadores rurais receberam do governo federal o equivalente a R\$ 145 milhões, repassados em forma de convênios, em geral para cursos de treinamento. Mas o Tribunal de Contas da União já identificou irregularidades em vários desses cursos, tais como cadastro de alunos inexistentes e despesas não justificadas por notas fiscais ou lastreadas com notas frias. É de supor, pela expansão cada vez mais organizada do MST e de suas entidades conexas, com ou sem existência legal – e que em suas operações de amplitude nacional afrontam o ordenamento jurídico do País –, que haja muito mais a investigar. Como lembrou a senadora Kátia Abreu, “o MST não tem nem nunca teve nenhum propósito de conseguir um pedaço de terra. É um grupo criminoso, que age à margem da lei, que produz intranquilidade e violência no campo”. Resta saber até que ponto o Estado Democrático de Direito, instalado no Brasil, ainda tem o poder de fazer cumprir a lei. A CPMI do MST será uma boa oportunidade de o demonstrar.

### **Sarney defende MST e critica 'demonização'** – O Globo – O País – 24/09/2009

Presidente do Senado sai em defesa dos sem-terra; CPI para investigar o movimento está prestes a ser instalada BRASÍLIA. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), defendeu ontem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem



Terra (MST) em discurso no plenário da Casa. Sarney pediu que o movimento não seja demonizado.

O pronunciamento do expresidente da República, que criou o Ministério da Reforma Agrária em seu governo, acontece no momento em que o Senado está prestes a instalar, a partir de requerimento de Katia Abreu (DEM-TO), uma CPI que investigará o uso de verbas do governo pelo MST.

No longo discurso, citando a Roma do final do século II a.C.

para montar a defesa do MST, Sarney destacou que a violência no campo tem sido atribuída, por toda parte, ao movimento.

— Temos atrasado o processo de reforma agrária. Não modernizamos nossos métodos, não atualizamos nossas leis, não fomos, em suma, capazes de superar a imensa injustiça existente no campo. Somos todos nós, se não culpados, responsáveis, e sabemos que os sem-terra são vítimas de permanente frustração de sua esperança de poder ter um pequeno pedaço de terra para produzir — disse Sarney, afirmando que vê um potencial de crescimento do confronto cada vez mais violento no campo: — À frente o MST, mas também as Pastorais da Terra, entre tantos grupos. Temos que saber que a não realização da justiça social é o maior fator para esse risco. É um erro olhar o problema dos sem-terra pelo lado penal, criminalizá-lo.

Os excessos, e eles existem, devem ser punidos, bem como o respeito à propriedade. Mas não devemos radicalizar. Temos que evitar o confronto e não demonizar o MST.

Segundo Sarney, 370 mil famílias foram assentadas via MST, e outras 90 mil estariam em acampamentos da organização. Ele mencionou as mais de 400 associações e cooperativas que trabalham para produzir sem transgênicos e agrotóxicos, sob orientação do MST, e as cerca de 2 mil escolas com 10 mil professores e 300 mil estudantes criadas com a ajuda do movimento, além de parcerias com pelo menos 50 instituições de ensino.

— Mas teimamos em culpar a febre, em vez de combater a infecção generalizada. Assim, temos seguidamente investigado o MST. É um caminho que não traz nenhum resultado positivo para a solução do grande problema da distribuição fundiária e da política agrária.

### **Hackbart defende reforma agrária além dos índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MDA - 25/09/2009**

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, defendeu que a aplicação da Reforma Agrária vai além dos índices de produtividade. Para ele, o conceito de função social da terra é bem mais amplo do que os aspectos econômicos da propriedade e devem pautar todas as desapropriações de imóveis rurais no Brasil. Hackbart reforçou essa posição durante a instalação do I Fórum sobre Reforma Agrária, Direito e Justiça, na última quinta-feira (24), em Brasília (DF). O Fórum vai propor novos instrumentos jurídicos para fortalecer as políticas de redistribuição de terras.

“Queremos produzir conteúdo doutrinário para demonstrar que a propriedade da terra deve estar condicionada ao cumprimento da função social”, adiantou o presidente. A tese sustentada pelo Incra e por vários setores da sociedade é de que um imóvel rural deve atender não somente a uma exigência econômica de produção, mas também as

É o caso, por exemplo, da desapropriação da fazenda Nova Alegria, no município de Felisburgo (MG). Trata-se da primeira propriedade que um presidente da República destinou à reforma agrária, por meio de critérios que também levaram em conta aspectos ambientais e de bem-estar social. Esta área foi palco de um massacre, em novembro de 2004, quando cinco trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados e outros 20 feridos.

## **Desapropriação**

## **Preferencial**

A procuradora chefe do Incra, Gilda Diniz, voltou a defender, na abertura do Fórum, a preferência legal das ações de desapropriação no tramite judicial. “Essa é uma das muitas teses que a gente pretende defender no Fórum, discutindo com a sociedade e construindo estudos para aprimorar nosso trabalho nos tribunais”, explicou.

O Fórum tem como objetivo se tornar um espaço específico de reflexão e proposição de metas para o Programa Nacional de Reforma Agrária nos próximos anos, a partir da efetiva aplicação do Direito Agrário. De acordo com a portaria que institui o Fórum, assinada na solenidade desta quinta (24), ele será composto por dez membros, que se reunirão periodicamente, em intervalos de 45 dias. “Queremos a participação de doutrinadores, juristas, ex-dirigentes do Incra e da procuradoria, além de movimentos sociais e representantes do agronegócio”, lembrou Gilda.

## **Poder**

## **Judiciário**

O Incra participará do I Encontro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre Conflitos Fundiários, em Campo Grande (MS), a partir do próximo dia 29. Uma das exposições será comandada pelo presidente da autarquia. “Vou mostrar o que é e como funciona um assentamento da reforma agrária para os juízes e magistrados, e sensibilizá-los do que é, efetivamente, o programa de reforma agrária, para que eles decidam de forma prioritária nossos processos”, detalhou Hackbart.

A Procuradoria Jurídica do Incra também encaminhará nova lista de processos de desapropriação de terras paralisados na Justiça. A lista, que é constantemente atualizada e monitorada pelos procuradores, será entregue a coordenação do Fórum do CNJ durante o seminário no Mato Grosso do Sul.

## Empresas que controlam a agricultura brasileira – Sítio Eletrônico do MST - 25 de setembro de 2009

PRINCIPAIS EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS QUE ATUAM NO BRASIL CONTROLANDO A AGRICULTURA – 2008

	CLASSIFICAÇÃO GERAL EM 2008 *	EMPRESA	SEDE	ORIGEM DO CAPITAL	RECEITA LÍQUIDA (em R\$ milhões)	LUCRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	MARGEM LÍQUIDA (em %)
1	6	BUNGE ALIMENTOS	SC	HOLANDA	21.669	2,1	0,0
2	14	CARGILL	SP	EUA	12.996	-383,2	-2,9
3	16	PERDIGÃO	SP	BRASIL	11.393	54,4	0,5
4	26	SADIA	SC	BRASIL	9.987	-2.493,7	-25,0
5	34	BUNGE FERTILIZANTES	SP	HOLANDA	7.798	188,9	2,4
6	49	BERTIN	SP	BRASIL	5.310	-681,8	-12,8
7	50	LDC BRASIL	SP	FRANÇA	5.251	65,2	1,2
8	52	SOUZA CRUZ	RJ	GRÃ-BRETANHA	5.199	1.212,1	23,3
9	55	JBS-FRIBOI	SP	BRASIL	4.866	25,9	0,5
10	59	BASF	SP	ALEMANHA	4.462	252,8	5,7
11	63	COAMO	PR	BRASIL	4.296	-434,8	7,3
12	82	AMAGGI	MT	BRASIL	3.433	66,9	1,9
13	83	BAYER	SP	ALEMANHA	3.399	183,1	5,4
14	91	SYNGENTA	SP	SUIÇA / HOLANDA	2.996	162,6	5,4
15	94	ADUBOS TREVO	RS	NORUEGA	2.952	-356,9	-12,1
16	100	SEARA	SC	EUA	2.887	-72,5	-2,5
17	109	IMCOPA	PR	BRASIL	2.649	-141,6	-5,3
18	113	DU PONT	SP	EUA	2.584	-	-
19	123	AURORA	SC	BRASIL	2.427	-111,7	-4,6
20	130	KRAFT FOODS	PR	EUA	2.212	273,4	12,4
					<b>118.765</b>		

\* O número da classificação se refere ao posto em relação às 1000 maiores empresas que atuam no Brasil, por receita líquida.

Fonte: Jornal Valor Econômico – Revista Valor 1000 – Agosto de 2009

## Integração é aposta para barrar expansão – Estado de São Paulo – Vida & - 28/09/2009

Estimativas indicam que há 50 milhões de hectares de pastagens degradadas ou subutilizadas que poderiam ser aproveitadas para a agricultura no Cerrado – uma área equivalente a duas vezes o tamanho do Estado de São Paulo. A área inteira plantada com grãos no País caberia nesse espaço.

Se essas terras desmatadas fossem recuperadas, o País poderia dobrar sua produção agrícola sem derrubar nenhuma árvore.

Essa é a grande aposta do setor para expandir sua produção de alimentos, fibras e biocombustíveis sem entrar em guerra com o meio ambiente. “A agricultura do Brasil já se mostrou competitiva, agora tem de se mostrar sustentável”, diz o pesquisador e ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Silvio Crestana. “Do ponto de vista racional, não precisamos derrubar mais nada.”

A receita que está no caderno de todos chama-se integração lavoura-pecuária (ILP). O sistema consiste em fazer uma rotação de usos da terra, aproveitando a capacidade fertilizadora da agricultura para rejuvenescer os solos desgastados pela pecuária. Florestas plantadas podem entrar como um terceiro componente, tanto na forma de silvicultura (benefício econômico) quanto de reflorestamento (benefício ambiental), ampliando a sigla para ILPF (lavoura-pecuária-floresta).

“Monocultura não dá mais”, diz o pesquisador Luiz Carlos Balbino, da Embrapa Transferência de Tecnologia. “Precisamos olhar a propriedade como um todo e tirar

reforça: “O produtor ganha dinheiro com grão e boi na mesma área, sem desmatar nada”. Cerca de 3 milhões de hectares estão produzindo nesse sistema, com diferentes graus de integração. “Quem já faz está dando risada”, diz.

A implementação custa cerca de R\$ 2 mil por hectare. “O retorno econômico é maior e mais rápido do que se o produtor recuperar o pasto só com fertilizantes”, diz o pesquisador Luís Barioni, da Embrapa Informática Agropecuária.

Aplanta favorita paracomeçar o serviço é a soja, por sua capacidade de fixar nitrogênio.

“A soja é uma planta milagrosa nesse sentido. Ela abre o cerrado e ainda fertiliza o solo para outras culturas”, diz José Roberto Peres, da Embrapa.

#### PRODUTIVIDADE

A manutenção de uma pastagem é tão complexa quanto a de uma lavoura. Sem manejo adequado, o pasto degrada rapidamente.

Perdenutrientes, resseca e é invadido por cupinzeiros e ervas daninhas, que não servem de alimento para o gado.

Em 2006, segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, o Brasil tinha 172,3 milhões de hectares de pastagens para 169,9 milhões de cabeças de gado (média de 0,98 animal por hectare). Ou seja: cada boi no Brasil ocupa, em média, uma área maior do que um campo de futebol. Com manejo adequado, porém, essa lotação pode chegar a 1,5 animal por hectare.

Tecnicamente, é possível produzir a mesma quantidade de carne ou leite em metade da área. “Nenhum outro país tem uma área aberta dessa magnitude e com potencial para ser usada na produção de alimentos, fibras, energia e madeira”, afirma Balbino.

O Ministério da Agricultura lançou em 2008 o Programa de Produção Sustentável do Agronegócio, para injetar R\$ 1 bilhão na recuperação de pastagens.

A Embrapa já treinou 1.300 técnicos para ajudar os produtores a trabalhar com ILP.

O apoio técnico e financeiro é essencial para que o sistema ganhe escala. As dificuldades são tanto tecnológicas quanto culturais. Quem sempre trabalhou com pecuária não tem o conhecimento nem o maquinário necessários para fazer lavoura, ou vice-versa.

“Se quisermos mudar o sistema de produção, temos de mudar o sistema de financiamento e infraestrutura também”, conclui Assad, ressaltando que será preciso mais do que apelo ecológico para convencer o agricultor a mudar suas práticas. “Ainda é muito mais barato e fácil desmatar do que investir em tecnologia e manejo”, completa Nilson Ferreira, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

**Insensatez dos índices oficiais de produtividade** – Cesário Ramalho da Silva – Folha de São Paulo – Tendências e debates – 28/09/2009

O PRODUTOR rural é o responsável por abastecer com alimento barato a mesa dos cidadãos brasileiros e levar nossos produtos (alimentos, fibras, energia) a mais de 150 países, esforço que já garantiu à nação aproximadamente US\$ 200 bilhões em reservas cambiais.

só, seja ele familiar ou empresarial), setor que impulsiona o PIB e multiplica empregos. Se a agricultura vai bem, a indústria produz e o comércio limpa a prateleira. Caso contrário...

Para cumprir essa missão, o produtor sente a cada dia o aumento dos custos e o achatamento de margens. Para manter-se competitivo e produzir com sustentabilidade, ele tem que incessantemente investir em tecnologia, gestão, certificação relacionada à segurança, qualidade e respeito socioambiental de produtos e processos a fim de atender às exigências dos mercados doméstico e internacional. Tudo isso custa -e muito. Entretanto, ao propor reajustar os índices de produtividade da agropecuária, o governo parece ignorar essa realidade e pega de surpresa um dos setores mais eficientes da economia.

Já pressionado pela ausência de uma política agrícola consistente, que carece urgentemente de um maciço seguro rural, e por arrastados investimentos em infraestrutura logística, o setor rural é, agora, mais uma vez golpeado diante da ameaça de revisão dos índices, medida que não dá chance de defesa ao produtor. Com esse gesto, o governo deu um claro exemplo de que, em alguns assuntos, ainda vive do passado.

Primeiro, porque fez o anúncio logo após manifestações do MST, o que não nos faz pensar outra coisa: o governo pautou seu trabalho por um grupo que nem sequer existe juridicamente, para não arcar com possíveis processos, e que se camufla de social, sendo, na verdade, de atividade política anarquista.

Segundo, ao levar adiante a questão, o governo ainda encampa a ideia de que a agropecuária usa terra como reserva de valor. Em um mundo globalizado, em que o agronegócio brasileiro é um dos líderes, quem for perdulário não está tendo uma atitude egoísta, está sendo burro.

Como inteligentemente disse o ex-ministro Roberto Rodrigues, o mercado desapropria quem é improdutivo. Não é preciso uma lei.

O índice tinha razão de ser em décadas passadas, quando o Brasil tinha moeda fraca e vivia o pesadelo da inflação. Naquela época, tinha-se a terra como poupança, patrimônio, muitas vezes sem usá-la. A realidade mudou.

A Constituição Federal define que a propriedade rural deve alcançar determinada eficiência na produção para evitar a desapropriação, ou seja, cumprir a chamada função social da terra (artigo 186). Porém, veda expressamente a desapropriação de propriedades produtivas para fins de reforma agrária (artigo 185).

A existência de indicadores de produção para agropecuária é uma insensatez. Comércio, indústria e serviços não têm índices, baseados em lei, a cumprir. Nesses casos, o livre mercado trata de regular produção e produtividade, atrelando o desempenho à conjuntura de preços e custos.

O produtor rural é influenciado pelo cenário econômico. Um frigorífico ou uma usina de açúcar e álcool que, eventualmente, são obrigados a reduzir a atividade se tornam uma porta fechada para o produtor. Mesmo assim, ele terá que continuar produzindo só para atender a um indicador de produtividade, correndo o risco de não ter para quem vender e, assim, amargar prejuízo? Situação complicadíssima que vem ocorrendo em razão do recuo de demanda e preços por causa da crise internacional. No Brasil, ainda se tem a concepção romântica de que um pedaço de terra resolve o problema. A terra é um pequeno componente da produção. Sozinha, não serve para nada.

Eficiente, o agronegócio gera emprego e renda, produz comida segura e barata,

processo contínuo de transferência de benefícios socioeconômicos à sociedade brasileira. É esse resultado que o governo quer dilapidar? Somos contra o conceito dos índices de produtividade. Obrigar uma empresa, no caso, uma fazenda, a produzir sem as adequadas condições econômicas leva à falência, com a destruição da estrutura produtiva e dos empregos. Será que uma reforma agrária distributivista é a única forma que o governo imagina para o acesso à terra? Para as cidades, temos programas de financiamento, como o "Minha Casa, Minha Vida". Por que não tentar algo similar para o campo? O debate sobre o tema deve ser feito sem viés ideológico.

---

**CESÁRIO RAMALHO DA SILVA**, 65, é presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB).

### **Primeira comunidade quilombola urbana do país é titulada** – Sítio Eletrônico da CPT – 30/09/2009

A comunidade Família Silva, em Porto Alegre, entra para a história como a primeira área quilombola urbana a ser titulada no Brasil. A entrega dos títulos de parte (35,36%) dos 6,5 mil metros quadrados no bairro Três Figueiras, onde vivem 12 famílias, foi entregue pelo Incra/RS na última quinta-feira (24). Os títulos dão às famílias a posse definitiva apenas de parte do terreno em Três Figueiras. O restante da área a ser titulada é composta por imóveis, cujo processo de desapropriação ainda não foi concluído, e por parte do traçado de uma rua.

O título definitivo é o objetivo final do processo de regularização fundiária de territórios de comunidades quilombolas, tarefa atribuída ao Incra desde 2003. No Rio Grande do Sul, existem 66 processos abertos, sendo que 19 possuem relatórios antropológicos, uma das primeiras peças necessárias para a regularização.

Todos os integrantes da Família Silva são descendentes do casal Alípio e Naura, que chegou ao local na década de 1940. Construíram residência, plantaram e criaram seus filhos na área. Na década de 1990, os descendentes do casal passaram a ser ameaçados de despejo após a valorização econômica da área, comercializada sem a autorização dos quilombolas.

### **Censo: agricultura familiar produz mais em menor área** – Sítio Eletrônico do MDA - 30/09/2009

*Setor emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumidos no país.*

O Censo Agropecuário 2006 traz uma novidade: pela primeira vez, a agricultura familiar brasileira é retratada nas pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total, (5.175.489 estabelecimentos) mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é de 677 reais por hectare/ano.

"Isso mostra a representatividade, o peso deste setor para a formação da nossa economia e da produção primária no País. Com isso, a agricultura familiar demonstra capacidade em gerar renda, em aproveitar bem o espaço físico e contribuir para a produção agrícola brasileira", afirma Daniel Maia, ministro interino do Desenvolvimento Agrário.

Os [dados do IBGE](#) apontam que em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil.

#### **Permanência no campo**

Outro resultado positivo apontado pelo Censo 2006 é o número de pessoas ocupadas na agricultura: 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

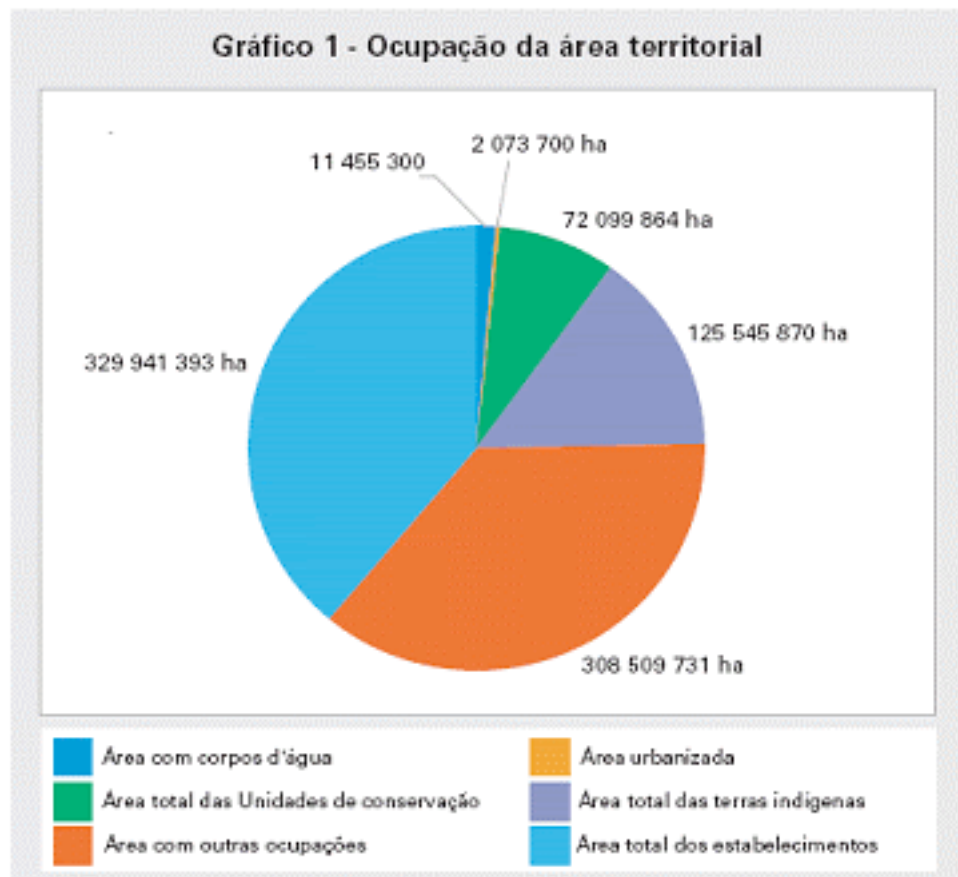
Para o ministro interino, esses números refletem a eficácia das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para manter os agricultores familiares no campo com boa produção e renda. "Os resultados desse Censo permitem constatar o quanto a participação da agricultura familiar é importante para a agropecuária e para a economia brasileira. O cenário, antes de pauperização e fuga do homem do campo, está sendo mudado, revertido", frisa.

Dois terços do total de ocupados no campo são homens. Mas o número de mulheres é bastante expressivo: 4,1 milhões de trabalhadoras no campo estão na agricultura familiar. As mulheres também são responsáveis pela direção de cerca de 600 mil estabelecimentos de agricultura familiar.

O Censo Agropecuário 2006 revela ainda que dos 4,3 milhões de estabelecimentos, 3,2 milhões de produtores são proprietários da terra. Isso representa 74,7% dos estabelecimentos com uma área de 87,7%.

Os critérios que definem o que é agricultura familiar foram determinados pela Lei nº 11.326 aprovada em 2006. Eles são mais restritivos do que os critérios usados em estudos feitos anteriormente por outros organismos como a Fao/Incrá e universidades brasileiras que estudaram o setor. A Lei 11.326 determina que quatro módulos fiscais é o limite máximo para um empreendimento familiar. Determina também que a mão-de-obra deve ser predominantemente da própria família e a renda deve ser originada nas atividades da propriedade e a direção também tem que ser feita por um membro da família.

**Concentração de terras, rebanhos e devastação aumentam** – Sítio Eletrônico do MST - 30 de setembro de 2009



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Cadastro de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas.

O Censo Agropecuário 2006, divulgado nesta quarta-feira (30/9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra um agravamento da concentração de terras nos últimos 10 anos e o retrato de um modelo de desenvolvimento para o campo que está na contramão das preocupações ambientais e sociais.

A concentração e a desigualdade regional é comprovada pelo Índice de Gini da estrutura agrária do País. Quanto mais perto esse índice está de 1, maior a concentração. O Censo do IBGE mostra um Gini de 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856).

O estudo reafirma o velho quadro da concentração fundiária no Brasil. Os dados levantados apontam que as pequenas propriedades (com menos de 10 hectares) ocupam apenas 2,7% da área ocupada por estabelecimentos rurais. Já as grandes propriedades (com mais de 1000 hectares) ocupam 43% da área total.

O que torna os números assustadores é o fato de as pequenas propriedades representarem 47% do total de estabelecimentos rurais, enquanto os latifúndios correspondem a apenas 0,91% desse total.

Segundo o levantamento de 2006, o Brasil possui 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários, ocupando 36,75% do território nacional.



**Tabela 9 - Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área  
Brasil - 1985/2006**

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)		
	1985	1995	2006
<b>Total</b>	<b>374 924 421</b>	<b>353 611 246</b>	<b>329 941 393</b>
Menos de 10 ha	9 986 637	7 882 194	7 798 607
De 10 ha a menos de 100 ha	69 565 161	62 693 585	62 893 091
De 100 ha a menos de 1 000 ha	131 432 667	123 541 517	112 696 478
1 000 ha e mais	163 940 667	159 493 949	146 553 218

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985/2006.

O Censo mostra que a atividade principal nessas áreas é a criação de bovinos, que ocorre em mais de 30% dos estabelecimentos. Em seguida, estão o cultivo de outras lavouras temporárias (que inclui feijão e mandioca), em cerca de 18% dos estabelecimentos; o cultivo de cereais (12%) e a criação de aves (9%). Na última década, rebanho bovino cresceu 12,1% e o Pará foi o Estado que registrou o maior aumento (119,6%). Apenas 19,9% do total de propriedades que criam gado possuem 80,7% do rebanho do país. O maior rebanho bovino encontrava-se em Mato Grosso do Sul (20,4 milhões de cabeças), seguido por Minas Gerais (19,9 milhões) e Mato Grosso (19,8 milhões).

Os maiores aumentos dos efetivos bovinos entre os censos foram nas Regiões Norte (81,4%) e Centro-Oeste (13,3%). Segundo o IBGE, as reduções do número de estabelecimentos com bovinos e dos rebanhos do Sul e do Sudeste mostram que a bovinocultura deslocou-se do Sul para o Norte do país, destacando-se, no período, o crescimento dos rebanhos do Pará, Rondônia, Acre e Mato Grosso. Nestes três estados da região Norte, o rebanho mais que dobrou, enquanto que em Mato Grosso o aumento foi de 37,2%.

### **Coincidência?**

O estudo também aponta que diminuíram as áreas de florestas e de pastagens naturais mantidos dentro das propriedades rurais. Houve uma redução de 12,1 milhões de hectares (-11%) nas áreas com matas e florestas contidas em estabelecimentos agropecuários. Mais uma vez, a região Norte lidera o ranking do desmatamento, com menos 6,8 milhões de hectares. Mais uma vez o Pará ocupa um lugar de destaque. As propriedades deste Estado apresentaram 3,2 milhões de hectares a menos de floresta. A região Centro-Oeste aparece em segundo lugar, com menos 3,2 milhões de hectares. Pastagens plantadas também se expandiram para o Norte, e lavoura aumenta mais no Centro-Oeste.

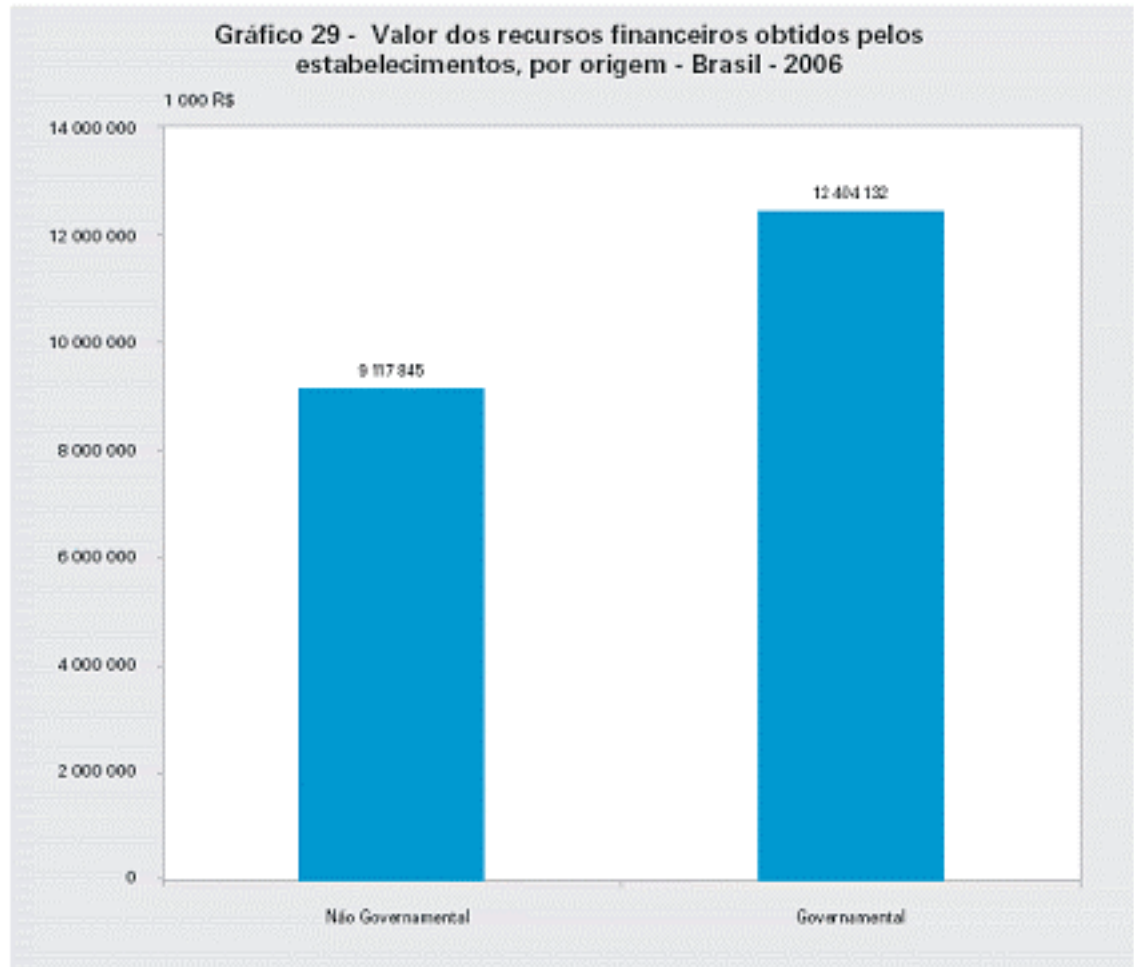
Ainda de acordo com o Censo, os estabelecimentos que têm como atividade principal a cana-de-açúcar e a soja ficaram com a maior participação no valor da produção agropecuária (ambos com 14% cada um), seguidos por criação de bovinos (10%), cultivo de cereais (9%) e cultivo de outros produtos da lavoura temporária (8%).

O levantamento demonstra que a modernização das lavouras em função da inserção cada vez maior do país no mercado de commodities mundiais (características das grandes propriedades) ampliou a concentração de terras em algumas regiões do país, como é o caso Centro-Oeste, maior região produtora de soja.

A produção de soja cresceu 88,8% entre 1995 e 2006, alcançando 40,7 milhões de toneladas. O produto foi cultivado em 15,6 milhões de hectares, o que significou

"Em termos absolutos, representa um aumento de 6,4 milhões de hectares, caracterizando a soja como a cultura que mais se expandiu na última década. Grande parte desta área pertence à região Centro-Oeste", informa o IBGE, em comunicado.

O IBGE aponta também que 46,4% dos estabelecimentos agropecuários cultivaram soja transgênica em 2006. As sementes geneticamente modificadas foram cultivadas em 4 milhões de hectares.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

### **Pequena propriedade emprega e produz mais**

O Censo desvendou também a farsa do emprego alardeada pelo agronegócio. Nos pequenos estabelecimentos estão quase 85% dos trabalhadores. Embora a soma de suas áreas represente apenas 30,31% do total de propriedades, os pequenos estabelecimentos respondem por 84,36% das pessoas empregadas. Mesmo que cada um deles gere poucos postos de trabalho, os pequenos estabelecimentos (área inferior a 200 hectares) utilizam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos.

Os dados também mostram que esses trabalhadores fazem parte da agricultura familiar. Produtores e seus parentes representam 77% (ou 12.801.179) do total de ocupados nos estabelecimentos agropecuários.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país

gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é 677 reais por hectare/ano.

Os dados do IBGE apontam que em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil.

#### **Enquanto isso...**

A pesquisa confirma também as prioridades do atual governo. Dos 5,2 milhões de propriedades existentes, somente 920 mil obtiveram financiamentos para produção, sendo 85% destes receberam de programas governamentais. Dos que não foram agraciados, 3,63 milhões (85,42%) são pequenas propriedades. Já as grandes propriedades, captaram 43,6% dos recursos.

#### **Veneno**

A maioria dos estabelecimentos onde houve utilização de agrotóxicos não recebeu orientação técnica (56,3%). O Estado com maior número de estabelecimentos que utilizavam agrotóxicos era o Rio Grande do Sul (273,85 mil).

A aplicação manual dos venenos, por meio do pulverizador costal - que é o equipamento de aplicação que apresenta maior potencial de exposição aos agrotóxicos - é a mais utilizada, presente em 70,7%. Quanto ao destino das embalagens vazias, embora haja um número ainda considerável de estabelecimentos que deixam-nas no campo (126 mil ou 9,0%), há aquelas que são queimadas ou enterradas em 358 mil estabelecimentos (25,7%). Além disso, em cerca de 20% das propriedades que aplicaram agrotóxicos não se utilizava equipamento de proteção.

**Produtividade, o combustível para exportações agrícolas sustentáveis** - Fernando Lopes – Valor Econômico – agronegócios - 30/09/2009

#### ***Gennaro (esq), da Ernst & Young, e Garcia, da FGV: espaço aberto para o Brasil***

Protagonista do recente salto das exportações mundiais do agronegócio, motivado sobretudo pela maior demanda de emergentes como a China, o Brasil é o país que reúne melhores condições para manter as elevadas taxas de incremento verificadas desde meados dos anos 90 e agregar valor aos embarques do setor nas próximas décadas.

Esta é a principal conclusão do estudo "Brasil Sustentável - Perspectivas do Brasil na agroindústria", elaborado por Ernst & Young e FGV Projetos e apresentado a jornalistas ontem em São Paulo. Ainda que o cenário traçado não seja novo para quem acompanha a escalada do agronegócio brasileiro nos últimos anos, o estudo corrobora projeções oficiais e reforça o alerta quanto à importância da sustentabilidade das atividades.

Os autores do estudo atentam, ainda, para a tendência de fortalecimento também dos biocombustíveis e da demanda doméstica, outros bons sinais para agroindústrias e produtores rurais radicados no país, e para questões como política agrícola e o papel da agricultura familiar em meio a um flagrante movimento de concentração ao longo de

todos os elos das cadeias do setor, com destaque para as áreas de carnes e açúcar e etanol.

Os dados apresentados mostram que, em 1995, a participação do país nas exportações agrícolas mundiais foi de 2,8%. Em 2005, após uma década de crescimento médio de 10,2% ao ano dos embarques - maior taxa entre os 20 principais países do ranking -, a fatia chegou a 4,8%.

Apesar do crescimento, o Brasil manteve a quarta posição entre os maiores exportadores, atrás de Estados Unidos (10,2%), França (7,4%) e Holanda (6,8%), mas a diferença caiu e continua diminuindo. Em 2008, a fatia brasileira chegou a 5,5%, bem próxima do desempenho da Holanda, que é grande importadora agrícola mas reexporta produtos processados para outros mercados da Europa.

Segundo Fernando Garcia, da FGV Projetos e coordenador técnico do projeto, a evolução decorreu, em grande medida, de ganhos de produtividade. Ainda que a guinada cambial de 1999 tenha sido vital para a competitividade dos produtos brasileiros no exterior naquele momento, o estudo aponta que, em média, a produtividade agropecuária do país cresceu, em média, 2% ao ano entre 1960, aurora da "Revolução Verde", e 2005, superando outros emergentes como China (1,8%) e Índia (1,5%) e nações desenvolvidas como os EUA (0,8%), o líder das exportações. Até 2030, a taxa anual de incremento foi estimada em 1,3%

"Esse ganho de competitividade coincidiu com a maior abertura econômica do país", disse Garcia. Essa maior abertura também explica, segundo ele, o crescimento das importações agrícolas do Brasil, outra tendência que deve perdurar, sem provocar estragos ao gordo superávit comercial do setor como um todo. Dependente do trigo fornecido por países como Argentina e EUA, o Brasil importou US\$ 42,3 milhões em alimentos e US\$ 14,2 milhões em matérias-primas agrícolas para outros fins em 2007, segundo o estudo.

Com o resultado, o país ficou em 13º lugar no ranking liderado por EUA (US\$ 537,4 bilhões em alimentos e US\$ 169,1 em matérias-primas), Japão (US\$ 475,1 milhões e US\$ 91,1 milhões, respectivamente). Em 2030, a projeção aponta que o Brasil deve subir para a 12ª posição entre os importadores, com compras de US\$ 67 milhões em alimentos e US\$ 22,6 milhões em matérias-primas. EUA e Japão seguirão na liderança das importações de alimentos no horizonte apresentado, e a China será ainda mais importante nas importações das duas frentes, consolidando-se como segundo principal destino das exportações brasileira, ainda atrás dos EUA.

"O crescimento mundial será menor até 2030 do que foi nas últimas décadas; mas, como terá um novo perfil [maior peso dos emergentes], a demanda por alimentos aumentará mais", prevê Garcia. Isso sem contar o papel mais relevante das fontes renováveis de energia em meio à obrigação de se ter uma produção agropecuária sustentável.

O especialista está convencido que a sustentabilidade da produção brasileira estará garantida se os ganhos de produtividade continuarem aumentando. Segundo ele, o Brasil ainda tem um grande espaço mal aproveitado, e isso tende a melhorar com mecanização e um uso mais intensivo da terra, especialmente na pecuária de corte. Além disso, há universidades e empresas, a Embrapa entre elas, que movem essa evolução no campo.

"A entrada de novos players em determinados segmentos também traz uma nova cultura, inclusive em pesquisas. O Brasil é muito novo nessa gestão. E a melhora da infraestrutura também vai colaborar", afirma Renato Gennaro, diretor-executivo da

e desenvolvimento e inovação é o de celulose. Em 2005, 5,5% do faturamento do segmento foi destinada a esses trabalhos.

Coordenador  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op  
pa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

